EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À
VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO
AUTOR E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA.

Diego Vernille da Silva

O original se encontra disponível na sede do programa
São Paulo, 19 de junho de 2017

Mercados Públicos em São Paulo:

arquitetura, inserção urbana e contemporaneidade

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em Ciências, Programa de Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: **Prof.^a Dr.^a Heliana Comin Vargas**

São Paulo, 2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DO AUTOR: diego.vernille.silva@usp.br

Silva, Diego Vernille da

S586m Mercados públicos em São Paulo: arquitetura, inserção urbana e contemporaneidade / Diego Vernille da Silva. -- São Paulo, 2017.

331 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) – FAUUSP.

Orientadora: Heliana Comin Vargas

1.Planejamento territorial urbano 2.Equipamento urbano 3.Edifícios comerciais, 4.Mercados 5.Setor terciário 6.Comércio 7.Políticas públicas 8.Mercados públicos 9.São Paulo (SP) I.Título

CDU 711.4

Folha de aprovação

SILVA, Diego Vernille da

Mercados Públicos em São Paulo: arquitetura, inserção urbana e contemporaneidade

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Ciências, Programa de Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais e à Adjani,
que sempre me motivam a ir além,
à Madalena,
por dar mais sentido ao caminho que
trilhamos.

Agradecimentos

À professora Dr.^a. Heliana Comin Vargas, cujo apoio e confiança foram fundamentais para a efetivação deste projeto, tendo aceitado orientar um trabalho enxergando um potencial que não estava evidente nas ideias iniciais.

Aos servidores da Supervisão de Mercados e Sacolões, arquiteto Antônio Jaime Tedesco, Osmar Roberto Teixeira, bem como ao Sidmar e Mariângela, que colaboraram com a obtenção das plantas existentes dos mercados da cidade. Também à Célia Alas Rossi e Marcos César Politi, cujos dados fornecidos foram essenciais ao resultado final da pesquisa.

Aos responsáveis pelo acervo da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, de onde se obteve algumas das fotografias mais importantes para o desenvolvimento do trabalho.

À minha família, especialmente minha mãe Nadia, meu pai Silva, minha irmã Daniela e minha tia Bernardete, que estão sempre lá para me ajudar, e tiveram de fazer hora extra na reta final do trabalho. À família Odo, em especial ao Claudio, à vó e ao vô.

À minha esposa, Adjaní, responsável pelo incentivo inicial a este trabalho, sempre me levando a ir além das minhas expectativas, e cuja importância não cabe satisfatoriamente nestas linhas. À nossa pequena Madá, que trouxe ainda mais luz à nossa casa.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o papel dos mercados públicos na contemporaneidade, tendo como foco principal os mercados públicos em São Paulo. À luz dos processos de transformação dos mercados ocorridos no cenário internacional, a análise estará centrada no entendimento do contexto socioeconômico e político em que se conformou a ideia de mercado público como equipamento urbano, ligado ao abastecimento, as transformações sofridas no tempo e seu papel na atualidade, tendo em vista as novas demandas urbanas.

O foco principal do trabalho será a cidade de São Paulo, tencionando revelar o desenvolvimento histórico deste equipamento, as formas que assumiu em diferentes períodos e chegar numa análise sobre seu papel nos dias de hoje. Fornecer subsídios para as políticas urbanas que envolvem sua permanência como centro de abastecimento, sua apreensão como área de centralidade, sua mudança de função ou a incorporação de novas funções urbanas, também é objetivo da presente pesquisa.

Palavras-chave: planejamento territorial urbano, equipamento urbano, edifícios comerciais, mercados, setor terciário, comércio, políticas públicas, São Paulo (SP)

Abstract

The objective of this study is to analyze the role of public markets in contemporary times, with the main focus being the public markets in São Paulo. In the light of the processes of transformation of markets that is taking place on the international scene, the analysis will be centered on the understanding of the socioeconomic and political context that conformed the idea of public market as urban equipment, Linked to food supply, the transformations suffered over time and its role in the present day, taking into account the new urban demands.

The main focus of the work will be the city of São Paulo, intending to reveal the historical development of this equipment, the forms that it assumed in different periods and to arrive at an analysis about its role in the present day. Providing subsidies for urban policies that involve their stay as a center of supply, their apprehension as a central area, their change of function or the incorporation of new urban functions, is also the objective of this research.

Keywords: urban planning, urban equipment, commercial buildings, markets, tertiary sector, commerce, public policies, São Paulo (SP)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta da Ágora de Mileto.....	40
Figura 2: Vista de pássaro do Les Halles, Paris 1863.....	47
Figura 3: O bairro consolidado de Les Halles, 1935.....	47
Figura 4: Mercado Municipal Praça XV em 1930.....	48
Figura 5: Desativação do Mercado Municipal Praça XV.....	49
Figura 6: Primeira loja Piggly Wiggly, Memphis, 1918.....	50
Figura 7: Projeto Cozinha Escola no Mercado de Belo Horizonte, 2011.....	55
Figura 8: Eataly, Schranenhalle Munich, 2015.....	58
Figura 9: Benefícios dos Mercados Públicos.....	59
Figura 10: Mercado de Santa Caterina, Barcelona em 1980.....	62
Figura 11: Mercado de Santa Caterina, Barcelona, 2005.....	63
Figura 12: Implantação do Mercado de Santa Caterina, Barcelona.....	63
Figura 13: Mercado da Ribeira, Lisboa, 2009.....	64
Figura 14: Mercado da Ribeira, Lisboa, 2015.....	65
Figura 15: Borough Market, Londres.....	66
Figura 16: Largo da Misericórdia, 1870.....	82
Figura 17: Comércio no entorno da Misericórdia, 1870.....	82
Figura 18: Palácio do Governo em São Paulo, 1827, Debret.....	83
Figura 19: Casinhas da Ladeira do Carmo, 1862.....	88
Figura 20: Barracão do Carmo em fotografia de 1860.....	91
Figura 21: Ilustração do Matadouro Humaitá.....	96

Figura 22: Mercado 25 de Março em 1870.....	102
Figura 23: Mercado 25 de Março após reforma de 1907.....	102
Figura 24: Largo do Mercadinho em 1877.....	104
Figura 25: Palácio do Tesouro Provincial em 1890.....	104
Figura 26: Palazzo della Ragione, Pádua, Itália.....	105
Figura 27: Matadouro Vila Mariana em 1887.....	110
Figura 28: Matadouro Vila Mariana em 1910.....	110
Figura 29: Transporte de carne em frente ao Matadouro.....	111
Figura 30: Vista interna de instalações do Matadouro Municipal.....	111
Figura 31: Mercado de Carne no Largo São Paulo.....	112
Figura 32: Teatro no local do antigo mercado, 1966.....	113
Figura 33: Mercado São João, em torno de 1900.....	115
Figura 34: Mercado São João, em torno de 1910.....	115
Figura 35: Mercado São João (centro dessa página) em painel fotográfico localizado no saguão de acesso às plataformas da estação da Luz.....	116
Figura 36: Mercado São João, 1899.....	118
Figura 37: Abertura da atual Praça do Correio após demolição do Mercado São João, 1914.....	118
Figura 38: Praça Verdi, atual praça do Correio e local onde existiu o Mercado São João, 1919..	118
Figura 39: Mercado dos Caipiras em 1898.....	121
Figura 40: Interior do Mercado dos Caipiras em torno de 1910.....	121
Figura 41: Mercado de Peixe, 1918.....	122
Figura 42: Antigo Mercado de Santo Amaro. Sem data. Fonte: Casa de Cultura de Santo Amaro.	126

Figura 43: Antigo Mercado de Santo Amaro. 1935.....	126
Figura 44: Antigo Mercado de Santo Amaro. 1978.....	126
Figura 45: Teatro Colombo, construído no local do antigo Mercado do Largo da Concórdia, 1952.	130
Figura 46: Incêndio do Teatro Colombo, 1966.....	130
Figura 47: Menção ao “Novo Mercado do Riachuelo” em notícia do dia 13 de agosto de 1891..	131
Figura 48: Menção ao Mercado do Riachuelo em funcionamento em notícia do dia 14 de agosto de 1892.....	131
Figura 49: Interior do Mercado antigo de Pinheiros, sem data. Fonte: Acervo Faculdade de Saúde Pública da USP.....	135
Figura 50: Banca no Mercado antigo de Pinheiros, sem data. Fonte: Acervo Faculdade de Saúde Pública da USP.....	137
Figura 51: Planta do Mercado antigo (Entrepasto) de Pinheiros.....	139
Figura 52: Fachada do Mercado Anhangabaú, localizado em baixo do viaduto Santa Ifigênia, sem data.....	141
Figura 53: Cobertura do Mercado Anhangabaú, 1920.....	142
Figura 54: Açougue no Mercado Anhangabaú, sem data.....	143
Figura 55: Rua Anhangabaú vista do Viaduto Santa Ifigênia. À esquerda é possível ver parte do Mercado Anhangabaú, 1918.....	144
Figura 56: Feira livre na Avenida Tiradentes, sem data.....	148
Figura 57: Feira Coberta na Avenida Dr. Arnaldo, 1971.....	151
Figura 58: Feira no Distrito de Santana em 2016.....	152
Figura 59: Feira no Distrito de Santana em 2016.....	152

Figura 60: Publicidade de 1922 da Cia do Parque da Várzea do Carmo, responsável pela construção do novo Mercado Municipal.....	160
Figura 61: Publicidade de 1925 da Cia do Parque da Várzea do Carmo, já indicando a projeção do Mercado Municipal.....	161
Figura 62: Mercado Municipal Paulistano recém inaugurado, 1933.....	163
Figura 63: Vista aérea do Mercado Municipal Paulistano, 1965.....	163
Figura 64: Vista interna do Mercado Municipal Paulistano, 1966.....	164
Figura 65: Vista interna do Mercado Municipal Paulistano, 1994.....	164
Figura 66: Vista interna do Mercado Municipal Paulistano, 2016.....	165
Figura 67: Vista interna do Mercado Municipal Paulistano, 2016.....	165
Figura 68: Fachada do Entrepasto Municipal, atual Mercado Kinjo Yamato, em notícia de novembro de 1936.....	169
Figura 69: Interior do Mercado Kinjo Yamato, década de 1940.....	170
Figura 70: Interior do Mercado Kinjo Yamato, 1959.....	171
Figura 71: Interior do Mercado Kinjo Yamato, 2016.....	171
Figura 72: Mercado da Lapa em 1954.....	182
Figura 73: Mercado da Lapa em 2014.....	182
Figura 74: Interior do Mercado da Lapa em 2016.....	183
Figura 75: Fachada do Mercado de Santo Amaro, 2016.....	187
Figura 76: Interior do Mercado de Santo Amaro, 2016.....	187
Figura 77: Perspectiva do projeto original do Mercado de São Miguel Paulista, 1965.....	193
Figura 78: Fachada do Mercado de Vila Formosa, 1971.....	203
Figura 79: Interior do Mercado de Vila Formosa, 1971.....	203

Figura 80: Mercado em construção, 1971.....	208
Figura 81: Mercado da Penha em 1971.....	209
Figura 82: Aspecto atual do Mercado da Penha.....	209
Figura 83: Final da Construção do Mercado de Pinheiros, 1970.....	213
Figura 84: Fachada do Mercado de Pinheiros, 2016.....	218
Figura 85: Interior do Mercado de Pinheiros em 2016.....	218
Figura 86: Perspectiva do projeto do mercado de Pinheiros.....	219
Figura 87: Construção do Mercado Distrital de Pirituba.....	221
Figura 88: Construção do Mercado de Pirituba.....	222
Figura 89: Construção do Mercado de Pirituba.....	222
Figura 90: Implantação geral dos Mercados de São Paulo Escala 1:7500.....	276

Lista de Mapas

Mapa 1: Rede de Mercados de Barcelona no século XX.....	51
Mapa 2: Município de São Paulo, SP, Brasil.....	69
Mapa 3: Planta da Cidade de São Paulo em 1850.....	77
Mapa 4: Carta da Capital de São Paulo, 1842.....	81
Mapa 5: Planta da cidade de São Paulo, por C. A. Bresser, 1841.....	85
Mapa 6: Planta da Cidade de São Paulo, 1881.....	86
Mapa 7: Planta da Cidade de São Paulo, 1800–74.....	89
Mapa 8: Planta da Cidade de São Paulo, 1868.....	97
Mapa 9: Lugares de mercado de São Paulo até meados do século XIX.....	99
Mapa 10: Local do Mercado 25 de Março em relação ao primeiro anel viário de São Paulo.....	101

Mapa 11: Mapa da capital da Província de São Paulo, 1877.....	107
Mapa 12: Planta geral da Cidade de São Paulo, 1905.....	109
Mapa 13: Mappa da Villa de Reis de Santo Amaro, 1791.....	125
Mapa 14: Planta Geral da Capital de São Paulo, 1897.....	134
Mapa 15: Planta da Cidade de São Paulo, 1913b.....	134
Mapa 16: Mercados Públicos em São Paulo até início do século XX.....	145
Mapa 17: Total de Feiras Livres no Município de São Paulo.....	153
Mapa 18: Localização do Ceagesp e das 3 Centrais de Abastecimento propostas em 1988.....	241
Mapa 19: Localização dos Mercados Municipais de São Paulo.....	263
Mapa 20: Localização dos Mercados de São Paulo em relação à densidade habitacional.....	279
Mapa 21: Localização dos Mercados de São Paulo em relação à densidade de empregos.....	281
Mapa 22: Localização dos Mercados de São Paulo em relação à renda domiciliar.....	283
Mapa 23: Localização dos Mercados de São Paulo em relação ao sistema de transporte público de alta/média capacidade.....	285

Lista de Detalhes

Detalhe 1: Pouso de Tropeiros na região da Luz.....	76
Detalhe 2: Porto Geral.....	76
Detalhe 3: Rancho de Tropeiros na região do Brás.....	76
Detalhe 4: Rancho de Tropeiros na região do Bexiga.....	77
Detalhe 5: Rancho de Tropeiros na região da Liberdade.....	77
Detalhe 6: Largo da Misericórdia.....	80
Detalhe 7: Planta de 1841 indicando as ruas de comércio no entorno do largo da Misericórdia..	85

Detalhe 8: Localização do Campo da Luz.....	87
Detalhe 9: As diferentes “Casinhas” na planta 1800–1874.....	88
Detalhe 10: Localização das Casinhas da Ladeira do Carmo e do Barracão do Carmo em Planta de 1842.....	90
Detalhe 11: Localização do Açougue em detalhe de Planta de 1841.....	93
Detalhe 12: Localização do matadouro Humaitá de 1841, em planta de 1868.....	97
Detalhe 13: Localização do Matadouro Humaitá em detalhe da planta de Affonso A. de Freitas – 1800 e 1874.....	98
Detalhe 14: Local do Mercado 25 de Março em planta de 1850.....	100
Detalhe 15: Local do Mercado 25 de Março em planta de 1881.....	100
Detalhe 16: Local do Mercado 25 de Março em planta de 1930.....	100
Detalhe 17: Local do Mercado 25 de Março em aerofotogrametria de 1958.....	103
Detalhe 18: Local do Mercado 25 de Março em ortofoto de 2004.....	103
Detalhe 19: Local do Mercado 25 de Março em imagem de satélite de 2016.....	103
Detalhe 20: Local do Palácio do Tesouro Provincial, antiga rua das Casinhas, em relação ao Mercado 25 de Março em Mapa de 1877.....	106
Detalhe 21: Legenda do Mapa de 1877 com os dois equipamentos, números 28 e 32.....	106
Detalhe 22: Matadouro Vila Mariana em planta de 1905.....	108
Detalhe 23: Local do Mercado do Largo São Paulo em planta de 1895.....	112
Detalhe 24: Local do Mercado do Largo São Paulo em planta de 1913.....	112
Detalhe 25: Local do Mercado do Largo São Paulo em aerofotogrametria de 1958.....	113
Detalhe 26: Local do Mercado do Largo São Paulo em ortofoto de 2004.....	113
Detalhe 27: Local do Mercado São João em planta de 1881.....	114

Detalhe 28: Local do Mercado São João em planta de 1895.....	114
Detalhe 29: Local do Mercado São João em planta de 1913.....	114
Detalhe 30: Local do Mercado São João em planta de 1930.....	119
Detalhe 31: Local do Mercado São João em aerofotogrametria de 1958.....	119
Detalhe 32: Local do Mercado São João em ortofoto de 2004.....	119
Detalhe 33: Provável local dos anexos do Mercado 25 de Março (Mercado dos Caipiras e Mercado de Peixes) em planta de 1913.....	120
Detalhe 34: Local apontado como Mercado de Peixe numa fotografia de Aurélio Becherini (figura 41), em planta de 1930.....	120
Detalhe 35: Local do Mercado antigo de Santo Amaro em relação ao núcleo histórico do distrito em imagem de satélite de 2016.....	124
Detalhe 36: Recorte semelhante ao Detalhe 35 numa planta de 1791, onde se evidencia a posição do Mercado no caminho que ligava a povoação ao Rio Pinheiros.....	125
Detalhe 37: Triângulo formado pelos Mercados novo (à direita) e antigo (topo) de Santo Amaro e a Catedral, em imagem de satélite de 2016.....	127
Detalhe 38: Local do Mercado do Largo da Concórdia em planta de 1893.....	128
Detalhe 39: Local do Mercado do Largo da Concórdia em planta de 1905.....	128
Detalhe 40: Local do Mercado do Largo da Concórdia em planta de 1913.....	128
Detalhe 41: Local do Mercado do Largo da Concórdia em aerofotogrametria de 1958.....	129
Detalhe 42: Local do Mercado do Largo da Concórdia em ortofoto de 2004.....	129
Detalhe 43: Local do Mercado do Largo da Concórdia em imagem de satélite de 2016.....	129
Detalhe 44: Localização do Largo do Riachuelo em planta de 1890.....	132
Detalhe 45: Localização do Largo da Concórdia em planta de 1890.....	132

Detalhe 46: Localização do Largo da Concórdia em planta de 1893.....	133
Detalhe 47: Localização do Largo do Riachuelo em planta de 1893.....	133
Detalhe 48: Legenda da planta de 1893 indicando no item 25 “mercado” Riachuelo.....	133
Detalhe 49: Local do Mercado antigo de Pinheiros em planta de 1897.....	136
Detalhe 50: Local do Mercado antigo de Pinheiros em planta de 1913b.....	136
Detalhe 51: Local do Mercado antigo de Pinheiros em planta de 1930.....	136
Detalhe 52: Local do Mercado antigo de Pinheiros em aerofotogrametria de 1958.....	138
Detalhe 53: Local do Mercado antigo de Pinheiros em ortofoto de 2004.....	138
Detalhe 54: Local do Mercado antigo de Pinheiros em imagem de satélite de 2016.....	138
Detalhe 55: Local do Mercado Anhangabaú em relação ao do antigo São João. Planta de 1916..	140
Detalhe 56: Local do Mercado Anhangabaú em relação ao do antigo São João. Planta de 1929..	140
Detalhe 57: Local do Mercado Anhangabaú em relação ao do antigo São João. Ortofoto de 2004.	140
Detalhe 58: Local do Mercado Municipal Paulistano em relação ao local do antigo mercado 25 de Março em planta de 1913.....	162
Detalhe 59: Local do Mercado Municipal Paulistano em relação ao local do antigo mercado 25 de Março em planta de 1929.....	162
Detalhe 60: Local do Mercado Municipal Paulistano em relação ao local do antigo mercado 25 de Março. Satélite de 2016.....	162
Detalhe 61: Local do Mercado Kinjo Yamato em planta de 1930.....	168
Detalhe 62: Local do Mercado Kinjo Yamato em aerofotogrametria de 1958.....	168
Detalhe 63: Local do Mercado Kinjo Yamato em imagem de satélite de 2016.....	168
Detalhe 64: Local do Mercado da Lapa em planta de 1930.....	181

Detalhe 65: Local do Mercado da Lapa em aerofotogrametria de 1958.....	181
Detalhe 66: Local do Mercado da Lapa em imagem de satélite de 2016.....	181
Detalhe 67: Local do novo Mercado de Santo Amaro em mapeamento de 1954.....	186
Detalhe 68: Local do novo Mercado de Santo Amaro em aerofotogrametria de 1958.....	186
Detalhe 69: Local do novo Mercado de Santo Amaro em imagem de satélite de 2016.....	186
Detalhe 70: Local do Mercado de São Miguel em relação ao Largo da Capela de São Miguel em planta de 1930b.....	191
Detalhe 71: Local do Mercado de São Miguel em relação ao Largo da Capela de São Miguel em aerofotogrametria de 1958.....	191
Detalhe 72: Local do Mercado de São Miguel em relação ao Largo da Capela de São Miguel em imagem de satélite de 2016.....	191
Detalhe 73: Local do Mercado do Tucuruvi em planta de 1930b.....	198
Detalhe 74: Local do Mercado do Tucuruvi em mapeamento de 1954.....	198
Detalhe 75: Local do Mercado do Tucuruvi em imagem de satélite de 2016.....	198
Detalhe 76: Local do Mercado de Vila Formosa em planta de 1930b.....	202
Detalhe 77: Local do Mercado de Vila Formosa em aerofotogrametria de 1958.....	202
Detalhe 78: Local do Mercado de Vila Formosa em imagem de satélite de 2016.....	202
Detalhe 79: Local do Mercado da Penha em planta de 1930b.....	207
Detalhe 80: Local do Mercado da Penha em aerofotogrametria de 1958.....	207
Detalhe 81: Local do Mercado da Penha em imagem de satélite de 2016.....	207
Detalhe 82: Local do novo Mercado de Pinheiros em aerofotogrametria de 1958.....	212
Detalhe 83: Local do novo Mercado de Pinheiros em ortofoto de 2004.....	212
Detalhe 84: Local do novo Mercado de Pinheiros em imagem de satélite de 2016.....	212

Detalhe 85: Local do Mercado de Pirituba em planta de 1930b.....	220
Detalhe 86: Local do Mercado de Pirituba em aerofotogrametria de 1958.....	220
Detalhe 87: Local do Mercado de Pinheiros em imagem de satélite de 2016.....	220
Detalhe 88: Corte de uma das lajes que compõem a cobertura do Mercado de Pirituba.....	223
Detalhe 89: Local do Mercado do Ipiranga em planta de 1930b.....	227
Detalhe 90: Local do Mercado do Ipiranga em aerofotogrametria de 1958.....	227
Detalhe 91: Local do Mercado do Ipiranga em imagem de satélite de 2016.....	227
Detalhe 92: Local da Central Leste de Abastecimento em aerofotogrametria de 1958.....	240
Detalhe 93: Local da Central Leste de Abastecimento em imagem de satélite de 2016.....	240
Detalhe 94: Local do Mercado de Guaianases em planta de 1930b.....	245
Detalhe 95: Local do Mercado de Guaianases em imagem de satélite de 2016.....	245
Detalhe 96: Local do Mercado de Sapopemba em planta de 1930b.....	250
Detalhe 97: Local do Mercado de Sapopemba em aerofotogrametria de 1958.....	250
Detalhe 98: Local do Mercado de Sapopemba em imagem de satélite de 2016.....	250
Detalhe 99: Local do Mercado Teotônio Vilela em imagem de satélite de 2016.....	254
Detalhe 100: Local da Central de Abastecimento do Pátio do Pari em planta de 1893.....	258
Detalhe 101: Local da Central de Abastecimento do Pátio do Pari em aerofotogrametria de 1958.	258
Detalhe 102: Local da Central de Abastecimento do Pátio do Pari em imagem de satélite de 2016.	258

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ocupação do Mercado Municipal Paulistano.....	167
Gráfico 2: Ocupação do Mercado Municipal Kinjo Yamato.....	173
Gráfico 3: Ocupação do Mercado Municipal da Lapa.....	185
Gráfico 4: Ocupação do Mercado Municipal de Santo Amaro.....	189
Gráfico 5: Ocupação do Mercado Municipal de São Miguel Paulista.....	197
Gráfico 6: Ocupação do Mercado Municipal do Tucuruvi.....	201
Gráfico 7: Ocupação do Mercado Municipal de Vila Formosa.....	205
Gráfico 8: Ocupação do Mercado Municipal da Penha.....	211
Gráfico 9: Ocupação do Mercado Municipal de Pinheiros.....	217
Gráfico 10: Ocupação do Mercado Municipal de Pirituba.....	225
Gráfico 11: Ocupação do Mercado Municipal do Ipiranga.....	229
Gráfico 12: Ocupação da Central Leste de Abastecimento.....	243
Gráfico 13: Ocupação do Mercado Municipal de Guaianases.....	249
Gráfico 14: Ocupação do Mercado Municipal de Sapopemba.....	253
Gráfico 15: Ocupação do Mercado Municipal Teotônio Vilela.....	257
Gráfico 16: Ocupação da Central de Abastecimento do Pátio do Pari.....	261
Gráfico 17: Comparativo de áreas e permissionários dos mercados municipais de São Paulo....	275
Gráfico 18: Ocupação dos Mercados Municipais de São Paulo.....	291

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil do Mercado Municipal Paulistano.....	166
Tabela 2: Perfil do Mercado Municipal Kinjo Yamato.....	172
Tabela 3: Perfil do Mercado Municipal da Lapa.....	184
Tabela 4: Perfil do Mercado Municipal de Santo Amaro.....	188
Tabela 5: Perfil do Mercado Municipal de São Miguel Paulista.....	196
Tabela 6: Perfil do Mercado Municipal do Tucuruvi.....	200
Tabela 7: Perfil do Mercado Municipal de Vila Formosa.....	204
Tabela 8: Perfil do Mercado Municipal da Penha.....	210
Tabela 9: Perfil do Mercado Municipal de Pinheiros.....	216
Tabela 10: Perfil do Mercado Municipal de Pirituba.....	224
Tabela 11: Perfil do Mercado Municipal do Ipiranga.....	228
Tabela 12: Perfil da Central Leste de Abastecimento.....	242
Tabela 13: Perfil do Mercado Municipal de Guaianases.....	248
Tabela 14: Perfil do Mercado Municipal de Sapopemba.....	252
Tabela 15: Perfil do Mercado Municipal Teotônio Vilela.....	256
Tabela 16: Perfil da Central de Abastecimento do Pátio do Pari.....	260
Tabela 17: Comparativo de áreas e permissionários dos mercados municipais de São Paulo.....	274
Tabela 18: Perfil dos Mercados Municipais de São Paulo.....	288

Sumário

Introdução.....	30
1. A ideia de Mercado Público.....	36
1.1. Mercado Público: origem, desenvolvimento e crise.....	42
1.2. Mercados na atualidade.....	54
2. Mercados Públicos em São Paulo até o início do século XX.....	68
2.1. Os lugares de mercado até meados do século XIX.....	74
2.1.1. Pousos de Tropas e Porto Geral, as portas da cidade.....	74
2.1.2. Feira da Misericórdia e Praças de Mercado.....	79
2.1.3. Ruas e Casinhas.....	82
2.1.4. Feira de Pilatos.....	86
2.1.5. Casinhas da Ladeira do Carmo.....	88
2.1.6. Barracão do Carmo.....	91
2.1.7. Curral do Conselho e Açougue.....	93
2.1.8. Matadouro Humaitá.....	95
2.2. Primeiros mercados cobertos.....	100
2.2.1. Mercado 25 de Março e o primeiro Anel Viário.....	100
2.2.2. Mercado de Verduras e Largo do Mercadinho.....	104
2.2.3. Matadouro Vila Mariana e Mercado do Largo de São Paulo.....	108
2.2.4. Mercado São João.....	114

2.2.5. Mercado dos Caipiras e Mercado de Peixes.....	119
2.2.6. Mercado de Santo Amaro.....	123
2.2.7. Mercado do Largo da Concórdia.....	128
2.2.8. Mercado do Largo do Riachuelo.....	131
2.2.9. Mercado de Pinheiros.....	134
2.2.10. Mercado Anhangabaú.....	140
3. Rede de Mercados Públicos de São Paulo: histórico e caracterização.....	146
3.1. As feiras livres.....	148
3.2. Os mercados municipais.....	155
3.2.1. Fase de transição – 1920 a 1947.....	157
3.2.1.1. Mercado Municipal Paulistano.....	159
3.2.1.2. Mercado Kinjo Yamato.....	169
3.2.2. Fase de consolidação – 1947 a 1986.....	174
3.2.2.1. Mercado da Lapa.....	181
3.2.2.2. Novo Mercado de Santo Amaro.....	186
3.2.2.3. Mercado de São Miguel.....	191
3.2.2.4. Mercado do Tucuruvi.....	198
3.2.2.5. Mercado de Vila Formosa.....	202
3.2.2.6. Mercado da Penha.....	207

Sumário

3.2.2.7. Novo Mercado de Pinheiros.....	212
3.2.2.8. Mercado de Pirituba.....	220
3.2.2.9. Mercado do Ipiranga.....	227
3.2.3 Fase de declínio e descaracterização do modelo – 1986 a 2014.....	231
3.2.3.1. Central Leste de Abastecimento.....	239
3.2.3.2. Mercado de Guaianases.....	245
3.2.3.3. Mercado de Sapopemba.....	250
3.2.3.4. Mercado Teotônio Vilela.....	254
3.2.3.5. Central de Abastecimento do Pátio do Pari.....	258
3.3. Arquitetura, inserção urbana e contemporaneidade.....	262
3.3.1. Arquitetura dos Mercados.....	265
3.3.2. Inserção urbana.....	277
Considerações Finais.....	292
Referências.....	296
Apêndice A - Cronologia dos lugares de mercado da cidade de São Paulo.....	312
Apêndice B - Comparativo geral entre os mercados.....	314
Anexo A - Ramos de Atividade.....	316
Anexo B - Ocupação dos Mercados Municipais.....	318

Introdução

O que dizer sobre mercados e cidades? Pode-se estudar e escrever sobre este tema a partir de uma miríade de pontos de vista. Tanto que encontramos trabalhos a este respeito em diferentes áreas do conhecimento; geografia¹, ciências humanas², arquitetura e urbanismo³. Nem poderia ser diferente, tal a relação intrínseca existente de um para com o outro, estando o mercado, ou, de forma mais ampla, os Lugares de Mercado⁴ na origem das aglomerações humanas, às quais chamaremos indistintamente, cidades.

Este trabalho, inserido na cadeira de planejamento urbano, na escola de arquitetura e urbanismo, focará tema tão complexo em dois aspectos, próprios desta área conhecimento, quais sejam, arquitetura e inserção dos mercados na cidade. Complementando estes dois pontos, existirá a preocupação constante com contemporaneidade dos mercados públicos.

Estando situado na área de concentração Planejamento Urbano e Regional, focará os esforços numa etapa inicial, e muitas vezes ignorada, de leitura e interpretação da cidade real, os processos históricos, sociais e econômicos de construção de seu tecido, elucidando diferentes momentos de inflexão, ruptura e descontinuidade intrinsecamente ligados a estes processos.

1 Como em Teixeira (2002) ou Medeiros (2010).

2 Como em Freitas (2006) ou Bruno (2010).

3 Como em Filgueiras (2006), Veiga (2007) ou Romano (2004).

4 Tal como sintetiza Vargas (2009, p.10).

Na eleição deste Lugar, ou equipamento urbano, para estudo, esteve presente uma inquietação sobre “a cidade que queremos” para nosso futuro. Este termo, utilizado à exaustão nos recentes processos de planejamento urbano participativo que vivenciamos no Brasil, já não causa o impacto pretendido. Na prática, vemos poucos questionamentos sobre os rumos que historicamente temos tomado no crescimento de nossas cidades, ou a forma de vida, de sociabilidade que estas possibilitam.

Os Mercados Públicos, sejam cobertos ou não, pertencem a um outro ritmo de vida, possuem uma urbanidade⁵ distinta daquela que encontramos em nossas metrópoles pós-industriais, onde velocidade, eficiência, impessoalidade sejam, talvez, as marcas mais evidentes. Não é de estranhar que os edifícios que simbolizam e sintetizam este nosso momento sejam aeroportos, estações multimodais, Shopping Centers, Hipermercados, Flagship Stores, Outlets, Museus multimídia, Arenas multiúso.

Em confronto as características destes últimos, os Mercados Públicos ainda são o local do encontro⁶, onde o diálogo entre indivíduos, comprador e vendedor, é fundamental para efetivação da troca. Troca aqui colocada com a densidade exposta em Vargas (2009, p.8) onde para além de uma relação monetária com um objeto de consumo, trocam-se “costumes, valores, desejos”.

5 A questão da urbanidade dos Lugares de Mercado é o foco das atenções em Castello (2005, 2006, 2008), Filgueiras (2006) e Sanabra (2015).

6 O mesmo encontro entre indivíduos que definiu o próprio surgimento do Lugares de Mercado como explica Vargas (2001).

A simples indicação, por parte do vendedor, da forma de preparo de um determinado alimento, que o comprador desconhecia, exemplifica uma relação de troca que transcende o objeto em si, e afirma-se como cultura.

A partir desta percepção, torna-se um exercício interessante olhar para os elementos que permanecem na cidade. Tratam-se, estes, de reminiscências de outro momento, que sobrevivem quase que por inércia, às vezes, ativamente defendidos e valorizados por uma pequena parcela da sociedade.

Do ponto de vista da formulação de políticas públicas, incluindo-se neste rol o próprio planejamento urbano, esta situação de sobrevivência residual explícita que tais equipamentos não são considerados no processo de desenvolvimento urbano e da cidade do amanhã.

Com este trabalho, direcionaremos nossa atenção para os Mercados Públicos da cidade de São Paulo, tendo como objetivo compreender o desenvolvimento histórico destes, de que forma o contexto social, econômico, cultural levou à formação da rede de equipamentos hoje existente, com a expectativa de questionar qual o papel e a importância destes na cidade contemporânea. Quais suas diferenças, frente os atuais equipamentos de abastecimento da cidade e quais as possibilidades que se descortinam na hipótese de revalorização destes lugares, ou edifícios, como equipamentos públicos de relevância.

Tendo em vista o objetivo acima exposto, o trabalho está estruturado em três partes. O primeiro capítulo fará o percurso histórico na busca de entender como se formou a ideia de Mercado Público tal como hoje o entendemos, mergulhando na origem do conceito de Lugar de Mercado e sua exemplificação nos mercados antigos.

Em seguida abordará as transformações ocorridas no século XIX que redundaram na conformação de um modelo de mercado e sua disseminação por contextos nacionais distintos. Chegamos, então, à contemporaneidade, onde o modelo do século XIX já não atende plenamente às expectativas de nossas aglomerações humanas, mas possuem características que tornaram válidas diferentes experiências de adaptação destes à sociedade atual.

O segundo capítulo fará o percurso histórico dos Lugares de Mercado na cidade de São Paulo e como o modelo configurado no século XIX também reverberou por aqui. Está organizado em duas partes, onde a primeira trata dos primeiros lugares de mercado da cidade. A segunda aborda os primeiros mercados cobertos, onde é evidente a passagem entre a ideia de Lugar de Mercado para a conformação do equipamento Mercado Público.

O terceiro e último capítulo divide-se, também, em duas partes. A primeira traça o histórico de formação do sistema de mercados públicos da cidade, distinguindo as duas redes existentes, e aprofundando-se no funcionamento dos mercados cobertos.

Já a segunda parte, traz uma análise do funcionamento destes últimos, e para isso se estrutura em três partes. A primeira trata de aspectos arquitetônicos, confrontando linguagem arquitetônica e quadro de áreas para os dezesseis mercados existentes.

A segunda parte trata da distribuição destes na cidade, correlacionando suas respectivas localizações com densidade habitacional, densidade de empregos, renda, estrutura de transportes públicos e eixos de desenvolvimento urbano.

A última parte trará a contemporaneidade dos mercados, elencando horário de funcionamento, densidade de permissionários e distribuição dos ramos de atividade.

Com base nas considerações obtidas pela análise destes distintos aspectos que envolvem a situação atual dos mercados de São Paulo, poderemos organizá-los em grupos funcionais e vislumbrar possibilidades de desenvolvimento futuro para os mesmos, fazendo uma ponte com as estratégias contemporâneas de renovação de mercados, estudadas no primeiro capítulo e, assim, contribuir com efetiva (re)incorporação destes no rol de equipamentos públicos essenciais para pensar a cidade que queremos, rompendo a áurea de inércia a que foram relegados.

1. A ideia de Mercado Público

Hoje, quando ouvimos o termo “Mercado Público”, um tipo específico de equipamento urbano nos vêm à mente, com toda uma série de características já definidas e compreendidas. Apenas para exemplificar, pensamos num grande espaço coberto, cujo foco principal seria o abastecimento alimentar da cidade, com suas bancas de frutas, legumes, verduras, suas peixarias e açougues.

Lugar da diversidade em todos os níveis, de pessoas, cores, odores e sabores. Imagem idílica da mistura e do encontro, em contraste aos opressivos Shopping Centers, Hipermercados, Outlets. Seria, então, um ponto firme de resistência da urbanidade, cada vez mais rara nos espaços públicos da cidade? Rennó (2006) explora especificamente este contraste entre mercados públicos e supermercados em seu estudo semiótico do Mercado da Lapa.

Esta visão assume, algumas vezes, formas romanceadas, mesmo em trabalhos acadêmicos. Contudo, o estudo da conformação daquilo que hoje conhecemos como Mercados Públicos, mostrou que tal forma foi resultado de um processo que envolveu retirar da cidade o comércio que acontecia de forma espontânea em suas Ruas e praças, para lugares confinados onde o controle estatal e cobrança de impostos se fizessem possíveis.

Outras questões como higiene e segurança alimentar também estiveram envolvidas neste processo, que será mais bem detalhado na sequência do trabalho.

Portanto, desde logo deve-se romper possíveis idealizações que o termo Mercado Público possa suscitar e partir para um entendimento mais preciso do que, afinal, é esta construção social.

Tendo em vista que o “Público”, presente no termo, nos faz pensar em “Gestão Pública” ou “Poder Público”, ambos ligados a uma ideia de Estado, e que tal noção toma forma apenas com o fim da Idade Média, devemos obrigatoriamente dar um passo atrás, pois os mercados estão na raiz da própria civilização⁷.

Antes de prosseguir, é prudente atentar para uma questão metodológica ao falarmos de mercado. Conforme nos diz Guàrdia e Oyón (2010, p. 12), esta palavra abrange muitos significados podendo referir-se tanto ao lugar ou edifício, que abriga as atividades de comércio de modo concreto, ou à própria noção de mercado mais abstrata, que abrange a oferta e a demanda para determinados bens e serviços, referindo-se também, a todo o sistema de abastecimento e consumo urbano.

É justamente esta conjunção de significados que faz do mercado um “observatório privilegiado da arquitetura, da cidade e da sociedade de seu tempo”. Para nós, interessa o entendimento do mercado enquanto lugar.

⁷ Em seu extenso estudo sobre a história da cidade, Benevolo (2007) nos traz a cada cidade estudada, menção a seu lugar do mercado, e sem que para seja necessário um foco específico, pois a história das cidades está intrinsecamente relacionada a tais lugares.

Conforme expõem Lasuén e Baró⁸ (2005 apud Guàrdia e Oyón, 2007), a origem das cidades teria sido o consumo em comum, e não a produção em comum. Seguindo por este caminho, podemos correlacionar consumo em comum com a necessidade da troca. Vargas (2001) nos traz que a necessidade da troca nasce com o homem, e que para suprir tal necessidade era necessário o encontro.

O lugar do mercado é este lugar do encontro, campo neutro onde a troca poderia efetivar-se com segurança sob o olhar dos outros indivíduos ali presentes. Daí retiramos uma noção mais ampla de “Público”, referindo-se a um local acessível a todos, ou mesmo a sua condição de neutralidade. Vargas (2001) expõe a visão de que os lugares de mercado, originalmente, localizaram-se no encontro de fluxos, em locais que não estavam sob domínio de um ou outro grupo dentre as pessoas que ali se estabeleciam para efetivar a troca.

Quando adentramos na história das cidades, temos mostras de como o lugar do mercado foi conformado diferentemente nas diversas civilizações. Como exemplo de evolução dos lugares de mercado podemos citar as ágoras gregas, os fóruns romanos, os bazares árabes⁹. Cada qual destes inseridos de maneira específica na cidade, e também

-
- 8 LASUÉN, J.R., “Sectors quinaris. Motor de desenvolupament de l'Àrea Metropolitana de Barcelona”, en el Plan Estratégico del Área Metropolitana de Barcelona. (en línea).
http://www.bcn2000.es/es/9_lista_descargas/descargas.aspx?idioma=Es&_gIdContexto=2
- 9 A caracterização de cada um destes lugares já está bem sedimentada na bibliografia estudada. Assim, não é o caso de retomar neste trabalho generalidades ou resumos sobre os mesmos, mas sim entender que devemos distinguir estes antigos mercados da ideia que hoje temos de mercados públicos.

repercutindo de forma diferente no tecido urbano.

Porém, da concepção inicial de lugar do mercado como campo neutro, de acesso público, começamos com estes três exemplos citados acima, não eram edifícios, ou construções, monofuncionais, e abrigaram para além do comércio, atividades cívicas, religiosas, políticas. Steel (2009), ao mencionar a ágora e o fórum como “dois dos mais famosos espaços públicos do mundo” também chama a atenção para a origem destes lugares como mercados de alimentos, pontos de abastecimento da cidade.

Retomando o percurso histórico, com o fim do império romano e a interiorização da Europa durante a Idade Média, o desenvolvimento rural e o crescimento demográfico, decorreu a intensificação dos assim chamados mercados periódicos e das feiras, que não tinham carácter permanente, mas responderam pela intensificação das atividades comerciais que acabaram por marcar o lugar do mercado (Vargas, 1992).

Estes lugares de mercado por excelência, vão acontecer em praças e Ruas, transformando-se em palco do abastecimento das cidades com gêneros alimentícios e produtos manufaturados de toda espécie. Desta forma, temos a caracterização da praça do mercado como espaço livre intraurbano onde atividades comerciais passaram a ocorrer de forma temporária, mas tendendo a tornarem-se permanentes¹⁰.

Figura 1: Planta da Ágora de Mileto.
Fonte: Vargas, 2001.

¹⁰ As cidades árabes tiveram uma outra forma de estruturação urbana e inserção do seu lugar de mercado, o Bazar, possível de se verificar em (Vargas, 1992, 2001), mas que foge ao escopo desta dissertação.

As praças de mercado, embora, como já mencionado, fossem a base para um comércio não perecível, mantinham a tradição do mundo clássico como inserção na cidade. Segundo Vargas (2001), podem ser distintas em três tipos. Aquelas que serviam ao abastecimento cotidiano da população localizavam-se no centro da área a ser atendida. As que concentravam itens especializados podiam ser espalhadas pela malha urbana. E também um terceiro tipo que se formava junto às portas das cidades, para fora da linha de muralhas.

Seguindo o desenvolvimento da sociedade medieval e a intensificação do comércio entre regiões, recompondo rotas mercantis, as praças de mercado ganham importância e o comércio passa a demandar espaços especializados e permanentes. O exemplo citado por Vargas (2001) da Grand-Place de Bruxelas é bastante didático para a apreciação de como, a partir da praça, o comércio conformou seu entorno urbano entre os séculos XIII e XV, dando, inclusive, nome dos produtos comercializados às Ruas que os abrigavam.

O dinamismo crescente da economia, observado desde o século XIII e que configurará os períodos posteriores do Renascimento e Barroco, impõe uma maior complexidade aos lugares de mercados, que associado a um maior controle econômico dos mesmos com a formação dos estados nacionais e governos locais levará a progressiva retirada do comércio das Ruas e praças para conformá-lo em recintos próprios para este fim.

Ao observarmos que antes, as praças congregavam usos comerciais, religiosos, cívicos e políticos, mistura que fundamenta o conceito de urbanidade (Sanabra, 2015), podemos presumir que o confinamento dos lugares de mercado envolveu não apenas uma busca pelo controle econômico dos mesmos, mas também a reafirmação do poder central ante a imprevisibilidade e, de certa forma, insubordinação, que tais espaços emanavam. E assim, surgirá uma outra concepção da ideia de mercado público.

1.1. Mercado Público: origem, desenvolvimento e crise

“Este povo do século XIX tem o sentimento muito forte de que o espaço público lhe pertence. Tudo o que ele pede é poder utilizá-lo à sua vontade, de modo indiferenciado, capaz de aceitar uma certa desordem. Pois essa desordem, que tanto incomoda os higienistas, esses primeiros urbanistas, é favorável a uma flexibilidade, a uma variedade de usos incontrolados. É por isso que a noção de equipamentos coletivos - apropriação pública do espaço, certamente, mas para um uso bem definido - não é necessariamente popular.” (Perrot, 1988)

No século XVIII, inicia-se na Inglaterra a sequência de transformações posteriormente denominadas como Revolução Industrial. Definida por Benevolo (2007) como uma das passagens fundamentais da história humana, ao lado da revolução agrícola neolítica e da revolução urbana da Idade do Bronze, acarretou em diversas alterações na ordem das cidades e seus territórios.

O mesmo autor nos traz algumas das características que incorreram em modificações no ambiente construído: aumento da população devido à diminuição da mortalidade; aumento dos bens e dos serviços produzidos pela agricultura, pela indústria e pelas atividades terciárias; a redistribuição dos habitantes no território; desenvolvimento dos meios de comunicação, tais como estradas, canais, estradas de ferro, navios a vapor; a rapidez e o caráter aberto destas transformações, que não encontram um novo equilíbrio; desvalorização das formas tradicionais de controle público do ambiente construído.

Ao destacarmos deste quadro o crescimento e redistribuição populacional no território, temos prontamente que novos desafios estavam colocados para o ambiente urbano. Tais desafios levaram a uma valorização da racionalidade, com a crença de que era possível corrigir os defeitos e limitações do ambiente através de ações calculadas.

Neste contexto temos a primeira onda de renovação dos mercados públicos, vinculada a “aparição de um novo saber urbano”, pautado por ideais iluministas de racionalidade (Guàrdia e Oyón, 2007). Vale ressaltar que os mercados cobertos já estavam presentes nas cidades no final da Idade Média.

Segundo Guàrdia, reflexões de Voltaire acerca de um concurso para a praça Louis XV, em 1749, já expõe argumentos básicos deste pensamento. O embelezamento da cidade não deveria mais se pautar pela estética das novas construções, mas sim ao

desenvolvimento de um sistema de comodidades, dentre as quais a distribuição homogênea de mercados, passeios, salas de espetáculo e igrejas.

Ainda segundo Guàrdia, na França revolucionária de 1790, todos os direitos feudais vinculados aos mercados foram abolidos, passando estes para a responsabilidade do município.

Com a organização centralizada do Estado, novas formas de gestão urbana são desenvolvidas, e tem início o que foi chamado de “cidade dos equipamentos”. A partir deste momento, mercados, matadouros, hospitais, escolas, estabelecimentos judiciais, museus, e outros, são enquadrados num sistema de equipamentos responsáveis pelos serviços públicos.

Temos no último quarto do século XVIII os primeiros esboços de criação do mercado coberto como um tipo arquitetônico. Tal passo pode ser constatado nos enclosed markets da Grã-Bretanha e nos mercados parisienses do período (Guàrdia e Oyón, 2010).

Dentre as características mais marcantes na conformação deste tipo, estão a busca por localizações centrais na cidade, a separação de produtos e de diferentes ramos de atividade e, também, entradas exclusivas para pessoas e carRuagens, ou seja, organização de fluxos.

Os mercados passaram a integrar amplas redes, atendendo novas exigências de rendimento e eficácia. Para tal, foi disseminado o modelo de mercado coberto, retirando-se da Rua e das praças o congestionamento, até então característico das cidades. Podemos vincular esta medida às nascentes concepções higienistas, mas também a uma intenção clara de distinção entre espaços público e privado. Outro ponto que não pode ser menosprezado é o papel regulatório e fiscalizador do Estado, e o ganho que os mercados cobertos, delimitados, significavam para maior controle sobre as operações de venda, sobre os produtos e também sobre os vendedores (Pintaudi, 2006).

Se, num primeiro momento, a retirada dos mercados das Ruas e formação de redes de mercados cobertos tinham, por fim, garantir o abastecimento alimentar, em condições adequadas de higiene, sob forte controle estatal, para uma população crescente, a partir da segunda metade do século XIX algumas mudanças nos hábitos de consumo fazem-se perceptíveis.

E, de fato, os mercados construídos principalmente após a segunda metade do Século XIX, convertem-se em expressão de poder para a administração local, verdadeiros monumentos (Pintaudi, 2006), que passavam a marcar a gestão da cidade e o desempenho da sua economia (Vargas, 2003). Tal como hoje se faz com Museus, Estádios, e demais “projetos urbanos” que visam alterar a imagem da cidade num determinado sentido de alinhamento aos ideais da época.

A primeira onda de estruturação de redes de mercados, mencionada anteriormente, que teve como característica a retirada dos mercados existentes nos espaços públicos e seu “confinamento” em edifícios, também contou com a utilização de edifícios preexistentes reconfigurados como mercados (Guàrdia e Oyón, 2007).

A segunda onda de expansão de tais redes, por sua vez, teve como principal característica a introdução do ferro na sua construção, que embora tenha na Grã-Bretanha a sua origem, teve em Paris, na segunda metade do século XIX, a definição de um “modelo”.

Vale lembrar, conforme afirma Zucconi (2009), que foi na França napoleônica que ocorreu grande impulso à “laicização dos serviços públicos”, através de reformas institucionais e administrativas que constituíram um sistema de serviços públicos controlados diretamente pelo Estado.

Foi na Paris Pós-Liberal de Haussmann, que se observou o fortalecimento dos Les Halles como modelo de mercado público, posteriormente disseminado para o restante da Europa, e outras partes do globo. Os mercados estão enquadrados, na série de transformações urbanas levadas a cabo por Haussmann, num contexto de ampliação das redes de serviços secundários da cidade, junto aos hospitais, escolas, prisões, parques públicos, etc.

Figura 2: Vista de pássaro do Les Halles, Paris 1863.
Fonte: Desenho de Victor Baltard. [Wikimedia Commons].

Figura 3: O bairro consolidado de Les Halles, 1935.
Fonte: Guàrdia e Oyón, 2010.

O projeto para Les Halles foi aprovado em 1853 e em 1858 já estavam em funcionamento 8, dos 12 pavilhões que compunham o projeto do mercado. Quando finalizado, o mesmo ocupou uma área de 33.480m², e converteu-se em referência para outros vinte mercados de bairro espalhados por Paris e mais de quatro centenas por toda a França (Guàrdia e Oyón, 2007).

Através de revistas de arquitetura inglesas, francesas e alemãs, o modelo dos mercados metálicos disseminou-se por toda a Europa e Américas, impulsionando a renovação de mercados nos EUA e em países Latino-americanos.

Embora, no Reino Unido, o auge da construção destes equipamentos tenha sido a década de 1870, já se observa uma primeira crise dos mercados públicos, em sua concepção como equipamento urbano, no final do século XIX, conforme indicam Guàrdia e Oyón (2010, p. 25), constatando-se uma queda progressiva entre 1911 e 1920, não sendo acrescentado nenhum mercado à rede existente.

Na França, os edifícios de mercados também apresentaram um quadro de progressiva diminuição de importância para o abastecimento das cidades, no mesmo período, por razões diversas, desde o declínio da agricultura tradicional até concorrência com novas formas de comercialização de produtos agrícolas (Guàrdia e Oyón, 2007).

Conforme menciona Vargas (2017), a grande influência inglesa sobre o Brasil, à época, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro (capital do Império do Brasil) e, posteriormente de São Paulo (com o avanço da cafeicultura e a construção das ferrovias), a política de apoio à construção de mercados públicos chega ao Brasil em meados deste mesmo século que começa com edifícios construídos em alvenaria, recebendo, posteriormente exemplares metálicos.

Os mercados metálicos chegaram ao Brasil apenas no último quartel do século XIX com o mercado de São José, no Recife, inaugurado em 1875 (Silva, 1988). Belém e Manaus são outras cidades com exemplos importantes desta tipologia de edifício, mas aquele que foi o maior mercado metálico do Brasil, já não existe. Tratava-se do Mercado Municipal Praça XV¹¹, do Rio de Janeiro, inaugurado em 1907 e cuja área de 12.500m² era equivalente a quatro vezes a do mercado São José.

Por volta da segunda década do século XX, se, por um lado, os mercados cobertos, na Europa, apresentavam um quadro geral de decadência, um outro tipo de mercado público ganhava importância, os mercados a céu aberto.

Figura 4: Mercado Municipal Praça XV em 1930
Fonte: Biblioteca Nacional.

11 Em 1841 é inaugurado o primeiro mercado coberto da cidade do Rio de Janeiro, o Mercado da Candelária, em alvenaria de tijolos. Também chamado Mercado da Praia do Peixe ou, simplesmente, Praça do Mercado, possuía planta quadrada com 5.187m² e foi projetado pelo arquiteto Grandjean de Montigny. (França e Rezende, 2010) Foi posteriormente demolido, dando origem nas imediações ao Mercado Municipal da Praça XV, maior mercado metálico do Brasil. Este manteve-se como único mercado coberto da cidade até o início da década de 1960, quando foi demolido para dar lugar a construção do elevador da Perimetral. Os antigos permissionários do mercado uniram-se para edificar por conta própria um Centro de Abastecimento, o CADEG, ainda existente.

Figura 5: Desativação do Mercado Municipal Praça XV.
Fonte: Agência O Globo.

Num contexto de crescimento da população urbana, e seu espraiamento, principalmente das classes baixas, a necessidade de abastecer uma grande área com alimentos a preços baixos tinha neste novo modelo, seus principais requisitos atendidos (Guàrdia e Oyón, 2010, p. 57), uma vez que não necessitavam de grandes intervenções ou instalações, e podiam ocorrer de forma itinerante¹².

Paralelamente a este novo momento de valorização dos mercados itinerantes, devemos dar atenção a outro fenômeno iniciado nos primeiros anos do século XX, o surgimento dos supermercados¹³.

Segundo Vargas (2001), os supermercados representaram uma revolução de processo e não de produto, o que os tornou mais impactantes. Isto porque não implicam, a princípio, que se criem produtos específicos para tal modelo, sendo que todos os tipos de estabelecimento existentes poderiam adotar o self-service como sistema de compras

12 No Brasil, nesta mesma época também são instituídos estes mercados a céu aberto, os assim chamados mercados francos ou feiras livres em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

13 Clarence Saunders, um comerciante Norte-Americano de Memphis, Tennessee, ao considerar que o tempo gasto na interação entre seus funcionários e os clientes produzia um grande impacto em suas despesas, entendeu que retirar a sociabilidade da prática de compras permitiria uma grande redução no preço de seus produtos. Assim, em 1916 foi inaugurada a loja Piggly Wiggly, primeira a possuir o sistema de self-service e base para a conformação do modelo de supermercado que temos hoje (Steel, 2009). Sesso Filho (2003), menciona também a loja Alpha Beta Markets, inaugurada em 1915 na Califórnia, como predecessora dos supermercados modernos. Na década de 1930, com a grande depressão da economia Norte Americana, o modelo se expande graças à capacidade de suprir uma grande demanda a preços menores, que os métodos convencionais de varejo não estavam dando conta. A configuração de fato do modelo supermercado se dá nesta época, e é atribuída às lojas King Kuller e Big Bear (Sesso Filho, 2003).

e conseguir vantagens comerciais diante dos concorrentes.

Neste sentido, cabe uma observação: os supermercados representam a concentração do capital varejista na medida em que são uma unidade comercial que opera fornecendo uma imensa gama de produtos sobre seu controle. Os mercados públicos, por sua vez, eram então formados pela reunião de diversas unidades comerciais independentes, com suas respectivas bancas ou lojas. Na configuração do Mercado Público como equipamento, tem-se a figura do permissionário, ou seja, o comerciante que detém a permissão dos responsáveis pela administração do mercado, para atuar em suas dependências.

Relembremos também dos souks que originaram os bazares, ou as tendas das praças de mercado medievais que aos poucos vão se fixando e passam a ocupar os edifícios que configuravam tais praças. Um supermercado, por mais produtos que disponibilize, é uma única unidade comercial.

Contudo, o impacto de tal novidade ainda não havia tomado dimensões globais. Na Europa, assistia-se a uma nova onda de construção de mercados cobertos, agora em países que não foram centrais na expansão dos mercados metálicos. Nas primeiras três décadas do século XX, a Alemanha passa a ser o centro de inovação na construção destes equipamentos, agora em concreto armado (Guàrdia e Oyón, 2010, p. 58).

Figura 6: Primeira loja Piggly Wiggly, Memphis, 1918.

Fonte: Piggly Wiggly. <<https://www.pigglywiggly.com>>

Mapa 1: Rede de Mercados de Barcelona no século XX.
Fonte: Guàrdia e Oyón, 2010.

A Espanha, país periférico na configuração do modelo de mercados metálicos, também inicia uma fase de construção mais intensa de mercados neste período, que, focando em duas de suas principais cidades, Barcelona e Madrid, se estenderá até a década de 1970.

No segundo pós-guerra consolidam-se os modelos de autosserviço dos supermercados, que logo passam a adotar a designação hipermercado, alargando o rol de produtos ofertados e as dimensões do estabelecimento.

Foi na década de 1950 que se introduz o formato do supermercado no Brasil, sendo que muitos estabelecimentos reclamam o seu pioneirismo. Em 1955, o sistema já era empregado em 52 países.

Steel (2009), lista como inovações fundamentais para o crescimento deste novo modelo de equipamento, que passa a dominar inquestionavelmente o abastecimento alimentar das cidades, a popularização do automóvel e do refrigerador doméstico. Outra implicação que decorre do uso do autosserviço é o desenvolvimento cada vez mais sofisticado das embalagens, uma vez que estas passam a ser a única fonte de comunicação entre o produto e os consumidores que se quer atingir.

As décadas de 60 e 70, num contexto geral, marcam o cume do segundo período de crise para os mercados públicos, tendo os super/hipermercados já assumido o posto de principais polos de abastecimento varejista das cidades. Contudo, é bom frisar, que tal

processo não se deu de forma homogênea, e muitos países definiram restrições para a instalação destas grandes lojas particulares.

Na Itália, uma lei de 1971 requeria permissões especiais para instalação de lojas maiores que 1.500m². Na França, a Loi Royer de 1973 requeria aprovação dos governos locais para empreendimentos maiores que 1.000m² e do governo central para aqueles maiores que 10.000m².

Na Alemanha, onde a reconstrução levou em consideração a reativação do comércio nas regiões centrais da cidade, optou-se por limitar a 1.500m² o tamanho máximo das lojas varejistas de subúrbio, de forma a proteger este comércio local (Steel, 2009).

Tais medidas não impediram a desativação do antigo Covent Garden de Londres, no início dos anos 1970, e a demolição das Halles Centrales de Paris, em 1971. Por pouco o edifício do Covent Garden não foi demolido para dar lugar a torres de escritório (Steel, 2009), mas o lugar do mercado foi deslocado para novas instalações na periferia da cidade.

Tendo em vista que o processo de substituição do sistema de abastecimento das cidades não se dá de forma homogênea, existem hoje em dia situações bastante díspares com relação aos mercados públicos. Fonte: Guàrdia e Oyón, 2010.

Nos Estados Unidos e Reino Unido, os super/hipermercados assumiram indubitavelmente tal processo. Porém, mesmo nestes países existem exemplos de ressurgimento de mercados, sejam públicos, sejam geridos por outros meios, como associações de comerciantes. Na França, mais especificamente em Paris, os antigos mercados cobertos cederam lugar a mercados semanais (feiras), sendo que dos seus 78 mercados, apenas 13 são cobertos (Maillard, 2004).

Em Portugal, apesar de terem perdido importância no abastecimento das cidades ao longo das últimas décadas, continuam consideravelmente presentes na maioria dos Distritos, ultrapassando três centenas em todo o território (Barreta, 2012). Novos mercados continuam a ser construídos e assiste-se, nos últimos anos, a esforços de renovação de alguns já existentes.

Na Espanha, que também não sofreu com a mesma intensidade e, ou, receptividade, dos países centrais da economia europeia, as incursões dos sistemas de abastecimento voltado aos super/hipermercados, manteve muitos de seus mercados, sendo que as redes de Barcelona e Madrid, ainda hoje, passam por intenso processo de renovação (Guàrdia e Oyón, 2010).

Na pesquisa por projetos recentes de mercados públicos em plataformas digitais especializadas em arquitetura, tem-se exemplos de tais em países como Bélgica, Países Baixos, Noruega e Turquia, a despeito da supremacia dos demais sistemas de

abastecimento, característicos da contemporaneidade.

Nas Américas, para além dos Estados Unidos, encontramos exemplos importantes no Canadá, como a rede de mercados públicos de Montreal, e em países como Colômbia, Chile e México, com iniciativas de novos mercados. O Brasil não está fora deste processo, e temos também exemplos de renovação de antigos mercados, e até construção de alguns novos.

Frente a este quadro, questiona-se sobre o que vem despertando esta renovação do interesse a cerca dos mercados públicos, sendo que, do ponto de vista puramente pragmático e econômico, os super/hipermercados detêm uma eficiência aparentemente inquestionável e, talvez, inalcançável pelos mercados “tradicionais”?

1.2. Mercados na atualidade

A presença do mercado público na cidade ou fora de seus muros (quando eles existiam), seja de forma temporária ou perene, nunca foi questionada como local de abastecimento de produtos, enquanto, em diferentes sociedades, perdurou o costume de ali realizarem as trocas necessárias à reprodução da vida. O questionamento dessa forma emerge, justamente quando ela passa a se desfazer, quando ela chega aos limites de sua existência enquanto forma (incluída sua estrutura e função) reconhecida e apropriada socialmente para a reprodução da sociedade (Pintaudi, 2006).

Figura 7: Projeto Cozinha Escola no Mercado de Belo Horizonte, 2011.

Fonte: Rosenbaum. <www.rosenbaum.com.br>

Exemplo de uso contemporâneo de mercado público, com a criação de um espaço educacional, ligado à gastronomia e em parceria com setor privado.

Segundo Pintaui (2006) é a partir deste questionamento da existência dos mercados, ante o confronto com as novas formas de abastecimento, que se criou o afastamento entre o equipamento e o cotidiano, e fez surgir com isto a vinculação dos mercados a ideais de “identidade local”, “tradição”, presente em muitas pesquisas sobre o tema. Outro desdobramento deste afastamento, parece ser a transformação dos mercados em atrações turísticas¹⁴.

Filgueiras (2006), pauta seu estudo sobre o Mercado Central de Belo Horizonte a partir de dois conceitos: mercado popular ; espaço de vitalidade. Por “espaço de vitalidade”, entende que sejam locais na cidade que permitem a “espontaneidade, a imprevisibilidade e a diversidade do encontro”, desconsiderando, inclusive, as diversas divisões internas da sociedade.

Já o termo “popular” é atribuído a mercados que se caracterizem como “referências urbanas, culturais e históricas” de sua cidade. Não está vinculada à segmentação de classes pelo poder aquisitivo, mas sim a uma certa noção de regionalismo, tradição.

14 São muitos os exemplos de mercados que perderam seu uso original, e hoje abrigam atividades terciárias voltadas basicamente ao turismo. Estes, no entanto, não serão tratados neste trabalho, que foca nas continuidades e transformações dos mercados que ainda mantêm funções de abastecimento. Para alguns exemplos de mercados que se converteram em polos turísticos, ver artigo de Simionato (2010).

Esta concepção carrega uma dificuldade de interpretação ao desvincular o mercado das necessidades contemporâneas, levando Filgueiras (2006) a uma encruzilhada quando questiona o futuro do mercado de Belo Horizonte: “Shopping Center ou Museu?”.

Desta indagação pode-se entender que os mercados assim entendidos, simplesmente não terão futuro, ou serão alterados a ponto de não serem mais reconhecíveis. Ou seja, serão equiparados a outros equipamentos varejistas contemporâneos, permanecendo na cidade como meras lembranças de outros tempos, curiosidades históricas, anacronismos.

Para se pensar em alternativas de futuro para os mercados, deve-se seguir por outro caminho. Tendo em vista o percurso histórico apresentado de conformação do equipamento “mercado público”, compreende-se que este se formou a partir de construção de artefatos que visaram responder às necessidades de abastecimento que se faziam presentes num dado momento, sendo o perfil de produtos e ramos de atividade instalados de início, ligados às práticas contemporâneas (daquele momento histórico) da sociedade responsável por sua construção.

Inclusive, em muito momentos, em vez de representarem a livre circulação e acesso a todos, indistintamente, foram responsáveis por facilitar o controle, por parte do Estado, da conduta dos indivíduos (Vargas, 1993).

Tendo em vista que, pela perspectiva do abastecimento urbano, a situação contemporânea é bastante diferente daquela que no século XIX deu origem a tal equipamento urbano, faz-se necessário, para a manutenção deste, que suas características distintivas sejam evidenciadas.

Temos que os super/hipermercados representam a concentração do capital, gerando economia de escala e possibilitando preços inferiores aos outros sistemas de abastecimento. No entanto, quais as características socioeconômicas que fariam dos mercados públicos contrapontos interessantes a estes para pensar a cidade do amanhã?

As diferenças de sociabilidade entre ambos os conceitos é a base de muitas das pesquisas que contribuem para esta dissertação. Algumas dessas diferenças já foram tratadas neste trabalho, como a questão da conversa e da diversidade que tais espaços propiciam. Freitas (2006), em sua abordagem etnográfica a respeito do Mercado de Campo dos Goytacazes, inclusive traz a ideia de “sedução” do lugar de mercado como uma das explicações para sua permanência.

Seguindo a perspectiva semiótica exposta por Rennó (2006), pode-se perceber, que a estética de extrema eficiência econômica e completa ausência de sociabilidade dos super/ hipermercados vem se desgastando.

Temos insinuações deste aspecto ao nos defrontarmos com projetos recentes de supermercados sofisticados, ou praças de alimentação promovidas como “mercados gastronômicos” que simulam a ambientação dos antigos mercados públicos.

Dentre as características que buscam esta aproximação está a procura de uma inserção mais central na cidade, abrindo mão da localização suburbana, bem como do grande pátio de estacionamento, típicos dos hipermercados e que os desconectavam de seu entorno urbano.

A arquitetura, em muitos casos, resgata aspectos dos grandes pavilhões de mercado, metálicos ou não, com pés-direitos altos e estrutura da cobertura aparente. Já a distribuição de mercadorias buscam uma aproximação com as bancas de mercados.

Como exemplo desta tendência pode-se citar o Eataly¹⁵. No projeto da unidade de São Paulo, a retórica do escritório de arquitetura responsável pelo projeto explicita a inspiração nos mercados públicos italianos¹⁶, porém, a unidade inaugurada em 2015 em Munique é mais explícita, ocupando o Schrannenhalle¹⁷, reconstrução contemporânea (2005) de um antigo mercado do século XIX da cidade.

Figura 8: Eataly, Schrannenhalle Munich, 2015.
Fonte: Archdaily. <www.archdaily.com>

15 Rede de supermercados especializada em produtos gastronômicos italianos de alta qualidade. Teve a primeira unidade aberta em 2007, na cidade de Turim, e foi instalado numa antiga fábrica de vermute.

16 Disponível em: <http://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/espacoonovo-projetos-de-arquitetura_/eataly-sao-paulo/2933>.

17 Disponível em: <<http://www.munichfound.com/article/schrannenhalle/>>.

Figura 9: Benefícios dos Mercados Públicos.
Fonte: Project for Public Spaces. <www.pps.org>

Rol de características apontadas pela organização Project for Public Spaces como distintivas dos mercados públicos.

Pelo lado dos “mercados gastronômicos”¹⁸, se pode citar os exemplos mexicanos Mercado Polanco¹⁹, e Mercado Roma²⁰. Não é caso de se estender as considerações sobre este fenômeno, os casos citados já demonstram bem as apropriações, em equipamentos privados, de características estéticas e culturais dos mercados públicos.

Tem crescido o volume de questionamentos sobre o atual quadro da distribuição de alimentos, tanto numa perspectiva global, quanto local. Neste sentido, se pode citar a organização Project for Public Spaces²¹, que tem como uma das linhas de pesquisa, a importância dos mercados públicos na estruturação das comunidades locais.

Uma outra iniciativa, também nos Estados Unidos, é o portal eletrônico Civil Eats²², que apesar do foco mais abrangente sobre toda a cadeia de distribuição e consumo de alimentos, também foca a importância dos mercados públicos, principalmente os “Farmers Markets”²³, no enfrentamento aos desertos alimentares²⁴ e à

18 Nos Países Baixos, temos o exemplo do World of Food.

19 Disponível em: <<http://www.archdaily.mx/mx/761139/mercado-polanco-baque-arquitectos-plus-morodo-arquitectos>>

20 Disponível em: <<http://mercadoroma.com/el-mercado/>>

21 Fundada em 1975 nos Estados Unidos por William Whyte, autor do livro “The Social Life of Small Urban Spaces”, e dedicada a projetos de transformação comunitária de espaços públicos.

22 Fundado em 2009 e que publica diariamente matérias relativas ao sistema de abastecimento alimentar dos EUA. Disponível em: <<http://civileats.com/>>

23 Segundo Garreña (2007), tipologia emergente nos anos 1930 e que consiste em mercados de produtores, onde estes, sem intermediários, dispõem seus produtos diretamente aos consumidores. São equivalentes às antigas praças de mercado, e similares às nossas feiras livres nos tipos de produtos ofertados.

24 Entende-se por desertos alimentares locais com acesso limitado a produtos naturais frescos, como

concentração das decisões de abastecimento em grandes redes privadas de supermercados²⁵.

Sobre a supremacia dos equipamentos privados, Steel (2009) nos informa que na Inglaterra, 80% do abastecimento se dá pelos supermercados. No entanto, ressalta que estes tem prerrogativas econômicas, e não políticas, com reflexo na distribuição dos estabelecimentos na cidade.

Com isso, Steel (2009) reforça que o “controle sobre os alimentos é poder”, e nos últimos cem anos, este tem passado das mãos dos estados (também das cidades e produtores), para as de uma elite global de corporações, de tal forma que hoje, apenas 30 companhias detém 30 por cento de todo o comércio mundial de alimentos.

No Brasil, dados de 2015 da Abras²⁶, informam que o setor de autosserviço como um todo possui faturamento nominal de 315,8 bilhões de reais, correspondendo a 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, gerando 1,85 milhão de empregos diretos, num total de 84.547 lojas.

frutas, verduras e legumes. No caso brasileiro, não é um fenômeno de destaque, justamente pela existência, bastante disseminada, das feiras livres. O recente destaque que tem merecido os Farmers Markets em países como EUA e Reino Unido, refletem a proliferação destes espaços na cidade, haja vista que o supermacia dos sistemas privados de abastecimento levou ao abandono de áreas onde seus interesses econômicos não eram atendidos.

25 Disponível em: <<http://civileats.com/2016/06/17/the-women-behind-harlems-farmers-markets/>>.

26 Associação Brasileira de Supermercados, entidade criada em 1968 e representante do setor supermercadista a nível nacional.

Ao se observar que as 20 maiores empresas do setor, com 17 vezes menos lojas (4.824), concentram 21% dos funcionários e detêm 57% do faturamento total do ramo (180 bilhões de reais), se pode vislumbrar o poder de concentração do capital varejista de abastecimento alimentar capitaneado pelos super e hipermercados.

Foi justamente diante desta avaliação econômica dos mercados e buscando incluir as características de sociabilidade e urbanidade que os mercados públicos representam, que as administrações locais de Barcelona vem, desde a segunda metade da década de 1980, reassumindo estes equipamentos como uma rede, com ciclos de planejamento e revisão bem estruturados.

Em 1986 foi lançado o “Plan Especial de Equipamiento Comercial Alimentario de la Ciudad de Barcelona” que destacava a “transcendência” urbanística dos mercados, como polaridades fundamentais do comércio de proximidade²⁷, e fez da renovação desta rede existente a principal ferramenta de intervenção (Guàrdia e Oyón, 2007).

Em 1991 foi criado o Instituto Municipal de Mercados de Barcelona (IMMB), com o objetivo de gerir, administrar e modernizar os mercados municipais. O entendimento que os mercados atuam como centralidade social, cívica e cultural é que conduziu tais

27 Segundo Barreta (2012), “o conceito de comércio de proximidade retrata o comércio que está próximo de sua procura, não só fisicamente, mas também, e principalmente, social, cultural, patrimonial e comercialmente.” O autor distingue neste quadro o comércio dito “tradicional”, alegando que o comércio tradicional também é comércio de proximidade, mas nem todo comércio de proximidade será comércio tradicional, uma vez que este último está associado a práticas de negócio, de gestão e da atividade diária “menos modernas”, e que comércio de proximidade não implica estas limitações.

iniciativas, e hoje, Barcelona firma-se como um polo de produção do conhecimento à cerca dos mercados públicos (Guàrdia e Oyón, 2010).

O atual ciclo de planejamento (Pla estratègic Mercats de Barcelona 2015 | 2025) prevê a avaliação e desenvolvimento da rede em termos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, legais e ambientais.

Nestes termos, define a visão estratégica para os mercados em três grandes conceitos: Mercados são alma, ligados à vida e identidade de cada bairro; Mercados são motores, lideram o comércio local e são peça chave de desenvolvimento econômico; Mercados são sustentabilidade, sinônimo de valores associados a sustentabilidade social, ambiental e cultural.

Seguindo este exemplo, temos em 2003 o “Plan de Innovación y Transformación de los Mercados Municipales de Madrid”, desenvolvido pelas “pastas de governo de Economia, Emprego e Participação Cidadã”. Apenas com esta indicação dos setores responsáveis pelo planejamento da rede de mercados, podemos vislumbrar as muitas interfaces que estes assumem na estruturação da cidade.

Foram três os eixos deste primeiro momento de estudo da rede de Madrid: fomento à renovação e modernização das estruturas dos mercados; melhoria e promoção de uma imagem comum; e profissionalização da gestão.

Figura 10: Mercado de Santa Caterina, Barcelona em 1980.
Fonte: Blog mtvo-bcn. <https://mtvo-bcn.blogspot.com/2013/03/barcelonaconvento-de-santa-caterina_17.html>

Figura 11: Mercado de Santa Caterina, Barcelona, 2005.
Fonte: Barcelona Home. <<http://barcelona-home.com/blog/wp-content/upload/2013/11/santa-caterina-market.jpg>>

Figura 12: Implantação do Mercado de Santa Caterina, Barcelona.
Fonte: Archdaily. <<http://ad009cdnb.archdaily.net/wp-content/uploads/2012/10/1350040270-santa-caterina-market-10.jpg>>

Inserção urbana do mercado, sendo possível observar o bloco de habitação social anexo ao mercado.

A mais recente integrante deste grupo de cidades, que assumiu os mercados como “ferramenta de reequilíbrio urbano”, segundo definição de Guàrdia e Oyón (2007), é Lisboa.

Em julho de 2016 foi lançado o “Plano Municipal dos Mercados de Lisboa 2016-2020”²⁸. Foram definidos três eixos estratégicos para reposicionamento dos mercados na cidade: Mercados mais competitivos, através da capacitação dos comerciantes, melhoria do serviço e modernização da estrutura; Mercados mais abertos, com a criação de parcerias, fomento ao empreendedorismo e implementação de uma marca; Mercados mais cidade, com a promoção de iniciativas locais e sustentabilidade.

Numa perspectiva mais abrangente, a União Europeia, por meio de seu programa transnacional de cooperação territorial para países do mediterrâneo (MED), criou o MedEmporion. Com a parceria entre Barcelona, Turim, Marselha e Gênova, almejou identificar os mercados destas como elementos-chave no comércio de proximidade, articulação das populações, promoção de alimentos locais, promoção da relação campo-cidade, sustentabilidade, independência alimentar, dentre outras questões, com o intuito de criar uma rede de intercâmbio de boas práticas²⁹.

28 Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Cultura_Lazer/Imagens_e_pdf/PMM_versao_final_7_nov.pdf>

29 Plano Municipal dos Mercados de Lisboa 2016-2020

Este projeto está inserido em outro maior, o URBACT-Markets, parte do programa URBACT II da União Europeia. O objetivo do projeto foi também promover a troca de boas práticas entre as cidades participantes no intuito de tornarem seus mercados em motores do desenvolvimento social, econômico, cultural, ambiental e da saúde, chegando a planos de ação locais que visassem adaptar os mercados para que respondessem a estas premissas. Deste projeto participam cidades de dez países, tendo Barcelona como cidade líder, e as cidades parceiras de Dublin, Ática, Plovdiv, Londres, Suciava, Turim, Toulouse, Varsóvia, e Pécs.

Estas iniciativas de planejamento vêm produzindo tanto a renovação de mercados existentes, quanto a construção de novos. Em Barcelona, dos 40 mercados existentes à época da criação do IMMB (1991), 20 foram remodelados. Em Madrid, dos 46 mercados existentes, 39 passaram por adequações, envolvendo reabilitações e também substituições de edifícios. Lisboa dá os primeiros passos no reposicionamento de sua rede de mercados, e já promoveu a adequação de três, de seus 28 mercados. A saber, Ribeira, Campo de Ourique e Arroios, sendo que o plano traça o perfil e elabora as estratégias para intervenções em todos.

Para além destas cidades, que vem promovendo esforços de pensar os mercados num contexto de planejamento de rede, temos iniciativas pontuais em uma miríade de lugares, com características semelhantes.

Figura 13: Mercado da Ribeira, Lisboa, 2009.

Fonte: Flickr: Marco Coelho.

<<https://www.flickr.com/photos/mpjcoelho/>>

Figura 14: Mercado da Ribeira, Lisboa, 2015.
Fonte: Flickr: bilderflut photography.
<<https://www.flickr.com/photos/alexsven/>>

Pode-se resumi-las como sendo: incorporação das refeições fora de casa como uma necessidade contemporânea, com criação de praças de alimentação e restaurantes; criação de estacionamentos, preferencialmente subterrâneos, a fim de se adequar ao entorno urbano dos mercados; incorporação de supermercados como unidades comerciais dentro do próprio mercado; mescla com outros serviços, privados e públicos; mercados como lugar para “compras hedônicas”, e não apenas “compras obrigatórias”³⁰; criação de marcas, neste caso, mais relacionada àquelas cidades que pensam os mercados como rede; e profissionalização da gestão.

Estas características não são, por óbvio, encontradas em conjunto em todas as iniciativas de requalificação de mercados, ou construção de novos. Quanto mais destas se concatenam, maior a expectativa projetada de mudanças estruturais e de ampliação do papel dos mercados na estruturação da cidade.

Com essa abordagem apresentada, não se tem a segurança do “afastamento histórico”, tendo em vista que as iniciativas encontradas ainda não estão consolidadas, e muitas das tendências hoje seguidas, podem, no futuro, mostrarem-se equivocadas. Contudo, muitos dos riscos ao desenvolvimento futuro dos mercados já estão presentes nestas próprias iniciativas, e um olhar mais atento consegue antevê-los.

30 Seguindo concepções apresentadas por Vargas (2016). Com isto se quer dizer que os mercados vêm assumindo a característica de não apenas servirem ao abastecimento alimentar, mas sim tornam-se cada vez mais locais de recreação e lazer.

Segundo Guàrdia e Oyón (2010), a verdadeira encruzilhada em que se encontram as cidades que ainda contam com sistemas de mercados, é não caírem num viés de “gentrificação”, com estes atendendo a anseios de exclusividade e luxo, nem numa vertente turística simplificadora.

Como exemplo desta primeira vertente, pode-se citar o Borough Market, em Londres. Segundo Steel (2009), à primeira vista, tem a aparência de uma “Farmers’ Market”, mas o invés de encontrar produtos a preços acessíveis e com certa rusticidade, o que se encontra é um sofisticado mercado que atende às expectativas de “foodies”³¹ e serve bem as compras para ocasiões especiais, não do dia-a-dia.

Steel faz uma comparação entre este mercado e os mercados franceses ainda em atividade, dizendo que não são similares, justamente porque o exemplo londrino está desvinculado do cotidiano, e arremata dizendo que frequentar o “Borough não se trata de comprar alimentos, de forma alguma, trata-se de celebrá-los”.

Porém, ambos os riscos estão presentes, na verdade, em todos os mercados localizados em posições centrais nas cidades, sendo alvos mais fáceis para a conversão turística e ou elitização, seja em Barcelona, Londres, Lisboa, ou mesmo Belém e São Paulo.

Figura 15: Borough Market, Londres
Fonte: Flickr: Jessica Spengler.
<<https://www.flickr.com/photos/wordridden/>>

Exemplo de mercado gastronômico, local de “celebração do alimento” segundo Steel, 2009.

³¹ Termo que se refere a pessoas que tem são entusiastas da alimentação. Buscam conhecer a origem dos ingredientes, tem interesses que vão desde a produção do alimento até o preparo dos pratos. Estão ligados a tendência gourmet que tem avançado nas últimas décadas.

Um ponto chave para se buscar manter estes riscos sob controle, é a gestão do acesso aos espaços do mercado por parte dos comerciantes, ou seja, o valor da outorga paga pelo uso do espaço, a permissão. Um dos diferenciais que os mercados públicos detêm ante aos demais espaços de comércio é o seu caráter público e de gestão que não visa lucro, podendo subsidiar os valores de “aluguel” a preços inferiores aos praticados pelo setor privado.

Toda esta discussão, aqui apenas esboçada, demonstra o potencial que estes equipamentos ainda oferecem na contemporaneidade, bem como da importância do entendimento das especificidades de cada cidade para a definição das políticas de incorporação dos mercados públicos no processo de desenvolvimento urbano, visando manter aspectos de sua identidade e tradição como mercado, mas também adequando a sua função às novas demandas sociais.

Seguindo nesta direção, os próximos capítulos se propõem ao resgate da história dos mercados na cidade de São Paulo, abarcando o desenvolvimento destes, conformação como equipamentos urbanos e o papel contemporâneo dos que ainda estão presentes na cidade.

2. Mercados Públicos em São Paulo até o início do século XX

Mapa 2: Município de São Paulo, SP, Brasil.
Fonte: Mapa adaptado pelo autor com base em cartografias do IBGE e da Prefeitura do Município de São Paulo – Portal Gestão Urbana.

Após o estudo histórico da formação do modelo “mercado público”, é momento de se avaliar como este percurso pode ser transposto para o caso paulistano. Antes, cabe uma delimitação. Apesar da atual configuração metropolitana de São Paulo, manteremos o foco no centro desta conurbação, ou seja, o município de São Paulo propriamente dito.

Está organizado em duas partes, uma dedicada ao estudo dos primeiros lugares de mercado da cidade, e outra referente à introdução dos mercados cobertos. O interesse em torno dos mercados antigos reside numa expectativa de se consolidar o entendimento a cerca destes lugares, que aparecem de forma fragmentada em grande parte da bibliografia estudada. Assim, organizou-se uma cronologia, e o texto se desenvolve seguindo esta estrutura.

Cada mercado, ou lugar de mercado, está apresentado não apenas como “história”, mas sim, fazendo conexões com a cidade contemporânea, o que permitiu, em alguns casos, constatar que, embora estruturas físicas tenham desaparecido, o lugar do mercado permanece presente. Já em outro caso, tem-se a manutenção do edifício de mercado, enquanto os usos que configuravam-no como lugar de mercado, não estão mais presentes.

Antes de se prosseguir, cabe uma ressalva. Foi necessário o uso, em grande medida, de plantas históricas da cidade e, para tal, foi preciso atentar quanto ao direcionamento destas plantas em relação ao norte. O mesmo cuidado vale quando da

leitura do trabalho, tendo em mente que se espera conseguir deixar claro o vínculo existente entre passado e contemporaneidade, e para isso, a leitura correta das plantas, mapas e imagens de satélite, se faz fundamental.

Conforme já dito anteriormente, os lugares de mercados estão na própria base da conformação das cidades. É através deles que se fez possível abastecer as aglomerações humanas com toda sorte de produtos, principalmente alimentos.

Para habitantes do século XXI, é difícil vislumbrar as dificuldades de se abastecer uma cidade com a quantidade necessária de alimentos para a sobrevivência de sua população. Tem-se hoje uma quantidade e variedade de alimentos prontamente disponíveis ao consumo que seria inimaginável a gerações passadas. E além deste aspecto quantitativo, tem-se também uma profunda mudança qualitativa no processo: ele é praticamente invisível (Steel, 2009).

Nos séculos anteriores, o movimento das tropas de animais para abate ou o carregamento incessante dos produtos do campo eram visíveis na cidade. Com a industrialização, este quadro começou a mudar, e hoje este movimento pode facilmente passar despercebido da maioria da população. Soma-se a isto as alterações sofridas pelos lugares de mercado, progressivamente retirados das Ruas e praças, chegando à configuração de mercados encerrados em edifícios.

Como diz Reis Filho (1994), tais serviços de abastecimento exigiram obras importantes, resultado de disputas e projetos variados, e que, no caso de São Paulo, grande parte se perdeu. O objetivo desta seção é identificar a localização e os possíveis desdobramentos dos primeiros lugares de mercado da cidade.

A relação da cidade e seu abastecimento muitas vezes fica um pouco à margem na historiografia, contudo, Taunay (1954) traz pontos importantíssimos sobre o assunto. Um ponto inicial é o fato de na São Paulo do século XVI, uma das principais fontes de recursos para o singelo aparelho administrativo da vila provir do arrendamento do suprimento de carne verde (carne fresca, abatida nas suas cercanias).

A dificuldade na manutenção do abastecimento de carne em quantidade e qualidade suficiente é recorrente ao longo do texto, (Taunay, 1954, p. 250), e apenas no final do século XIX a cidade contará com um equipamento de porte adequado a tal fim. Apesar de não representarem propriamente, lugares de mercado, os espaços necessários para suprir a demanda de carne da cidade, mantinham, pelo menos no período que está sendo focado nesta seção (do século XVI até início do XX), relação estreita com estes lugares.

Outro ponto importante é o papel do Estado na normatização e fiscalização de pesos e medidas. Sobre este ponto, Guàrdia e Oyón (2007), estudando a conformação dos mercados espanhóis, relembram que com o início da organização dos governos

municipais, fazia-se necessário regular o funcionamento destes mercados, e para tal foi adotado um cargo típico das cidades muçulmanas, “muito mais avançadas nestas questões”, o Almotacel. Esta figura é também recorrente no texto de Taunay sobre São Paulo.

Os espaços que trataremos no decorrer do texto evidenciam o esforço permanente de se abastecer a vila, e depois cidade de São Paulo, ao longo de sua história, e poderemos começar a entender qual o impacto destes lugares na cidade que temos hoje. Nesta primeira parte, têm-se dois períodos bem marcados. Um primeiro momento caracterizado por lugares de mercado a céu aberto, numa possível equiparação com as praças de mercado medievais. Inclusive, aludindo-se novamente ao exemplo da Grand-Place de Bruxelas, tratado no capítulo anterior, haverá caso similar em São Paulo, onde as Ruas do entorno de uma praça, cristalizaram em sua toponímia o comércio que dali se irradiava.

Pode-se, inclusive, elencar estes primeiros mercados nos três perfis de praças medievais expostas por Vargas e apresentadas no primeiro capítulo, quais sejam; a praça de abastecimento central; praças de comércio especializado, espalhadas pela cidade; praças junto às portas do núcleo urbano. Evidentemente, não se quer com isto, definir a São Paulo de antes do século XIX como uma cidade medieval, apenas buscar correlações entre o perfil de seus lugares de mercado com a historiografia destes, nas cidades ocidentais.

Com o final desse primeiro período, iniciam-se as primeiras tentativas de estabelecer de forma mais perene os lugares de mercado, por meio da definição de estruturas físicas, destinadas a essa atividade.

Assim, o segundo período caracteriza-se pela conformação e disseminação do mercado coberto como modelo prioritário de equipamento para abastecimento da cidade. Com experiências bastante distintas, poder-se-á observar que os reflexos contemporâneos destes, também são bastante diversos.

Correlações podem ser esboçadas quanto ao percurso dos lugares de mercado em São Paulo, frente ao embasamento histórico exposto no primeiro capítulo. Destes primeiros mercados cobertos, apenas um permanece edificado, o de Santo Amaro, no entanto, sem configurar-se mais com lugar de mercado. Em contrapartida, outros dois permanecem, mesmo que de forma exitante, a despeito da completa eliminação dos edifícios que originalmente os conformaram.

É o caso do Largo da Concórdia e da Praça Fernando Costa, que localizam-se respectivamente na posição dos antigos mercados Concórdia e 25 de Março, e abrigam, ou abrigaram em diferentes momentos durante o século XX e até início do XXI, mercados informais. Serão melhor apresentados no decorrer do trabalho.

Estes dois períodos iniciais tratados, são bastante significativos para a compreensão da transformação da cidade de São Paulo na metrópole de hoje, pois no

início do século XIX, pouca alteração no ritmo de vida provinciana experimentada nos três séculos anteriores, podia ser observada.

No entanto, ao final deste mesmo século, a cidade já estava em pleno desenvolvimento, tendo como base o avanço da cultura cafeeira e um surto inicial de industrialização, com crescimento demográfico e alterações nos costumes, que culminariam com a rápida substituição de todo o sistema de abastecimento construído. Neste contexto, se encerrará o período no início do século XX, tendo a fase dos primeiros mercados cobertos, durado poucas décadas.

2.1. Os lugares de mercado até meados do século XIX

2.1.1. Pousos de Tropas e Porto Geral, as portas da cidade

Os primeiros lugares de mercado que devemos tratar não foram concebidos especialmente para este fim. Eles surgiram a partir da convergência de fluxos, tal como os mercados que se formaram nas portas das cidades medievais. São os Pousos de Tropas, encontrados nos entroncamentos entre a vila/cidade de São Paulo e as estradas que rumavam para o interior ou para o litoral da província.

Dois textos trazem de forma clara a referência ao papel das tropas, ou tropilhas, no abastecimento de São Paulo, (Moura, 1999) e (Deaecto, 2002). De certa forma, mesmo sem maiores referências bibliográficas ao tema, não é difícil supor tal importância, uma vez que constata-se que muitos dos espaços tratados na sequência, localizavam-se próximos a estes pousos.

Os pousos localizavam-se nas imediações das pontes que davam acesso ao cento da vila, definindo-se como verdadeiras entradas da cidade (Silva, 2008). Na entrada oeste, a ponte do Lorena, cruzando o rio Anhangabaú na região do Piques e do Bixiga. Na entrada norte, a ponte da Constituição (em alguns mapas chamada ponte do Miguel Carlos), que cruzava o rio Anhangabaú próximo à confluência com o rio Tamanduateí, na região do campo da Luz.

Pelo leste, o conjunto do “aterrado do Braz”, formado pelas pontes do Carmo, do Meio e do Irmão (sendo esta última também chamada de ponte do Ferrão, ponte da Figueira ou ponte do “Braz”, dependendo da referência cartográfica), cruzando o rio Tamanduateí e chegando à base da ladeira do Carmo.

Pelo sul, temos o caminho do Lavapés (também caminho velho, ou caminho para Santos), passando sobre o ribeirão Lavapés, e que chegava ao largo da Força. Nesta última entrada temos indicações de pousos tanto no topo da colina, próximo ao largo mencionado, quanto na baixada do Lavapés. Na planta a seguir, datada de 1850 e

organizada pelo Engenheiro Gastão Cesar Bierrembach de Lima, o pouso próximo ao largo da Força parece melhor estruturado.

Sobre o papel das tropas no abastecimento, Moura (1999) nos traz o relato de Francisco de Assis Vieira Bueno, testemunha viva da vida paulistana de princípios do século XIX, que destaca os mantimentos trazidos por estas tropas de locais mais distantes como Cotia, Juqueri e Nazaré.

Uma outra “Porta” da cidade deve ser melhor estudada e interpretada como lugar de Mercado, porta fluvial da cidade, a do Porto Geral. Deaecto (2002) afirma que até a primeira metade do século XIX, grande parte dos alimentos e da pesca entravam pelo Porto Geral.

Ao que parece, os Beneditinos tiveram influência na localização deste porto, haja vista uma das principais fontes de produtos que desembarcavam, ser a Fazenda de São Caetano (Martins, 2003, p.98), pertencente a esta ordem.

O papel das ordens religiosas no abastecimento da cidade já foi destacado por Reis Filho (1994), que, para além dos citados, incluiu os Carmelitas e Jesuítas, e sendo a venda de gêneros alimentícios realizada à margem do Tamanduateí e aos pés destas instituições. Embora Reis Filho não mencione, não se pode esquecer dos Franciscanos neste quadro.

Detalhe 1: Pouso de Tropeiros na região da Luz.

Detalhe 2: Porto Geral.

Detalhe 3: Rancho de Tropeiros na região do Brás.

Detalhe 4: Rancho de Tropeiros na região do Bexiga.

Detalhe 5: Rancho de Tropeiros na região da Liberdade.

Mapa 3: Planta da Cidade de São Paulo em 1850.
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os pescados deveriam ter um papel relevante no abastecimento da vila em seus primórdios, pois datam do início do século XVII medidas de proteção à ictiofauna local (Taunay, 1954). Outros produtos que chegavam nas canoas eram cereais, frutas, cana-de-açúcar e hortaliças. O porto Geral perdeu seu lugar em 1848, com a retificação do Tamanduateí.

A Planta de 1850, apresenta-se como a mais detalhada na indicação da localização dos pousos de tropas. Em outra planta pesquisada, datada de 1868 (Campos, 2008), constata-se uma fisionomia urbana já distante da antiga cidade que dependia de tropas de burros ou bois para seu abastecimento. Nela já consta o traçado da linha de ferro da Companhia São Paulo Railway, primeira ferrovia a cortar o território Paulista. Iniciava-se uma nova etapa do desenvolvimento da cidade e novos lugares de mercado surgiram para se adequar a estes novos tempos.

A pesquisa iconográfica sobre estes espaços se mostrou bastante exígua. Fotografias consideradas relevantes, resumem-se a duas, referentes ao Largo do Riachuelo, pouso de tropas dos caminhos para Santo Amaro e para Pinheiros, próximo ao Piques, atual Praça da Bandeira. Ambas de Militão Augusto de Azevedo, década de 1860, e provenientes do acervo da Casa da Imagem, instituição ligada à secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo.

Destes primeiros lugares apresentados, aquele que ainda hoje mantém uma importante localidade como lugar de mercado, é o Porto Geral. Não mais pela existência do porto, que como dito, deixou de existir próximo à metade do século XIX, mas pela centralidade comercial da Rua que se sobrepôs ao antigo leito do Tamanduateí, a Rua 25 de Março.

2.1.2. Feira da Misericórdia e Praças de Mercado

Seguindo a identificação dos lugares de mercado iniciais de São Paulo, o mercado a céu aberto mais antigo, que em português entendemos de imediato como uma feira, (embora aqui de carácter permanente) revelado pela pesquisa bibliográfica realizada foi o mercado da praça da misericórdia. Segundo Taunay (1954), em 1687 o juiz Dr. Tomé de Oliveira definiu que se vendessem “gêneros da terra, hortaliça e peixe na praça e terreiro da Misericórdia”. O curioso é que nesta determinação consta que tais produtos poderiam ser vendidos livremente, sem almotacaria.

Tal indicação pode facilmente ser classificada como liberal, em oposição a toda construção regulatória que tinha no Almotacel um símbolo. Contrapontos entre momentos de forte regulação e liberalização dos mercados são uma constante na história do comércio nas cidades.

Não foi encontrada nas plantas históricas de São Paulo a indicação “Praça da Misericórdia” ou “terreiro da Misericórdia”, mas seguindo a lógica de nomenclatura dos espaços livres intraurbanos, podemos presumir que este local era o pequeno largo situado em frente a antiga Igreja da Misericórdia, já demolida, mas que ficava nas imediações da Rua Direita, no que hoje é o encontro desta com as Ruas Álvares Penteado e Quintino Bocaiuva.

No detalhe 6, extraído de planta de 1842, temos a indicação da Igreja da Misericórdia, onde podemos observar o provável local desta feira do século XVII. Durante o governo de Bernardo José de Lorena, cujo início se deu a 15 de Julho de 1788, a Praça da Misericórdia, ou Largo da Misericórdia, recebeu a primeira grande fonte pública, o chafariz da Misericórdia. Notar na planta, o detalhe do chafariz no centro do Largo.

É bastante sugestivo que este tenha sido o local escolhido para comportar tal equipamento, sendo possível supor que as atividades comerciais que aconteciam ali desde o século XVII, tenham reforçado uma centralidade importante para a cidade. Tal hipótese pode ser melhor explorada fazendo uma revisão das plantas históricas, verificando-se quais Ruas foram ao longo do tempo adquirindo um carácter comercial, e mais especificamente, de abastecimento, tema que será tratado na sequência do texto.

Detalhe 6: Largo da Misericórdia

Na página seguinte:

Mapa 4: Carta da Capital de São Paulo, 1842.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Para além dessa primeira feira, Silva (2008, p.46) traz que posturas de 1827 definiram que o comércio de Rua poderia também se desenvolver nas praças do Carmo, São Bento, São Francisco e São Gonçalo, conformando, assim, um conjunto de lugares de mercado que cobria toda a região central da cidade, o que equivalia, neste momento, a quase totalidade da zona urbanizada.

A pesquisa iconográfica identificou duas fotografias relevantes, também de Militão Augusto de Azevedo, ambas do período 1860-1870. Uma foca a Igreja da Misericórdia, o Largo e o Chafariz. A outra traz a Rua Direita, nas imediações do Largo e apresenta o perfil do comércio que se desenvolveu naquele local.

2.1.3. Ruas e Casinhas

Antes da cidade contar com um edifício de mercado público, no sentido que entendemos hoje, os gêneros alimentícios de todo tipo eram vendidos, para além das praças (largos), pelas próprias ruas, pelas pretas de tabuleiro e pelos caipiras, que vinham dos sítios vizinhos (Moura, 1999). É este comércio que nomeia, por exemplo, a Rua da Quitanda, que hoje corresponde ao trecho da Rua Álvares Penteado que fica entre a atual Rua da Quitanda e a Rua Direita.

Figura 16: Largo da Misericórdia, 1870.
Fonte: Casa da Imagem.

Figura 17: Comércio no entorno da Misericórdia, 1870.
Fonte: Casa da Imagem.

Figura 18: Palácio do Governo em São Paulo, 1827, Debret.
Fonte: Itaú Cultural.

Nesta imagem de Debret, é possível observar a figura das negras de tabuleiro, as quitandeiras.

A atual Rua da Quitanda é a composição de dois seguimentos viários, que receberam diversos nomes com o passar do tempo. Numa planta de 1810, de autoria do Engenheiro Rufino José Felizardo e Costa, aparecem os nomes Beco da Cachaça e Rua do Cotovelo.

O nome Beco da Cachaça é sugestivo do comércio que se realizava naquele local. Já na Planta de 1841, autoria de Carlos Abraão Bresser, está indicada Rua Nova da Quitanda e, ainda, Beco da Cachaça, e na de 1847, do mesmo Bresser, Rua da Quitanda e Beco da Cachaça (Campos, 2008).

A Rua da Quitanda original, também sofreu seguidas alterações de nome até ter a designação de hoje. Na planta de 1810, acima mencionada, aparece como Rua do Commercio. Já na de Bresser, 1841, apresenta dois trechos, Rua do Commercio e Rua da Quitanda, sendo o primeiro entre os atuais Largo da Café Rua da Quitanda (atual), e o segundo entre a Rua da Quitanda (atual) e Largo da Misericórdia.

O importante nesta atenção à toponímia, é perceber, como exposto no detalhe 7 da planta de 1841, a forma como o comércio, a princípio localizado no Largo da Misericórdia, parece ter se “espalhado” pelas Ruas circundantes. Deaecto (2002, p. 138), chama a atenção para os topônimos como indicadores da importância que o comércio assumiu, já no século XIX, no núcleo histórico de São Paulo.

Seguindo estas considerações, pode-se ver na posição 47 da legenda nesta planta de Bresser, a palavra “Cazinhas”. Esta indica o local de instalação, em 1773, das primeiras estruturas edificadas especificamente para o suporte das atividades comerciais, as conhecidas “casinhas”, que aparecem largamente na bibliografia.

Totalizavam seis quartos, mandados construir pela Câmara (Campos, 2007) para que fossem arrendadas ao comércio de gêneros alimentícios, principalmente toicinho, cereais, carne-seca, dentre outros produtos que, até então, eram exclusividades das quitandeiras e ambulantes. Pode se inferir que estas foram um desdobramento da intensificação do comércio bem no centro do chamado triângulo histórico, em conjunto com os espaços de mercado do período.

Segundo Moura (1999), as casinhas poderiam ser definidas como uma carreira de casebres, que ocupavam um dos lados da via que passou a ser denominada, por isso, Rua das Casinhas. No mesmo texto, temos que os principais produtos fornecidos nestes espaços eram toicinho e carne de porco salgada. Taunay (1954), menciona também os cereais no rol de produtos ofertados por estas.

Abordando a aparência que estes estabelecimentos teriam, Campos (2007a) menciona descrição feita em 1819 pelo botânico francês August de SaintHilaire, onde descreve as mesmas com um aspecto repulsivo, “com o toucinho, os cereais, a carne, tudo jogado e misturado pelo chão, sem limpeza e nem nenhuma ordem”.

Detalhe 7: Planta de 1841 indicando as ruas de comércio no entorno do largo da Misericórdia.

Mapa 5: Planta da cidade de São Paulo, 1841.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Não se deve confundir estas Casinhas, ou a Rua que as abrigou, com um outro conjunto de casebres destinados ao abastecimento da cidade, as chamadas Casinhas da Ladeira do Carmo, que serão tratadas mais adiante. As casinhas a que nos referimos nesta seção localizavam-se no lado norte da atual Rua do Tesouro e foram derrubadas em 1874. A pesquisa iconográfica não encontrou fotografias destas casinhas, apenas indicações em plantas.

Para além dessas, Bruno (1984, p. 304) traz que a mesma ordem municipal a cerca da construção destas seis casinhas tratadas acima, indicava que outras quinze fossem construídas na Rua do Rosário (atual XV de Novembro). Dessas últimas, não se tem indicação em cartografia, não se podendo afirmar que tenham sido edificadas.

As Casinhas constituem a primeira tentativa de estabelecer um lugar de mercado minimamente edificado, no entanto, é o conjunto formado por estas mais o logradouro público (Rua/casinhas) que deve ser considerado como o lugar de mercado.

2.1.4. Feira de Pilatos

Ainda no século XVIII, houve o estabelecimento de uma feira no ano de 1797, chamada “Feira de Pilatos”³² e tinha lugar no Campo da Luz.

³² Uma curiosidade, o nome da feira se deve a uma referência ao governador da Província, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, responsável pela instalação da feira, e que era conhecido pela alcunha de Pilatos (Taunay, 1954).

Mapa 6: Planta da Cidade de São Paulo, 1881.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Na página seguinte:
Detalhe 8: Localização do Campo da Luz.

Uma dúvida que persiste é a localização desta feira, haja vista que a referência à “Campo da Luz” é um tanto vaga e não foi encontrada em representações cartográficas, mesmo porque não era permanente. Segundo Martins (2003), o lugar escolhido era o passeio público defronte do Jardim Botânico e da Praça da Luz, onde se faziam exercícios militares.

Sobre o funcionamento da feira, Bruno (1984, p. 305) descreve a presença de “negociantes de São Paulo e das vizinhanças se transportavam para aquele local em certos dias do ano, expondo seus produtos em barracas”. Sobre os produtos vendidos, falou em ferragens, cereais, e alimentos (gêneros) produzidos na redondeza da cidade, e também das vilas próximas.

Ainda, Bruno (1984), menciona uma correspondência do governador (General Pilatos), onde este esclarece ter escolhido a época de “estio” para a realização da feira. E isto devido a ser esta uma época de pouca atividade na agricultura e por chegarem a cidade os habitantes da vizinhança, a fim de assistirem à Festa de Corpus Christi. Assim, pode-se definir que a feira ocorria em algum período entre final do outono e início do inverno, nos meses de maio e junho. Desta mesma carta do governador, Martins (2003, p. 235) trascreve:

Posso certificar a V. Ex.^a, sem exageração, que ainda não vi uma Feira onde mais se ligasse a modéstia com a alegria do Povo, e que entretivesse com igual prazer todas as classes de pessoas, de forma que por gosto se podia

Devido às denominações semelhantes, estas casinhas são referidas em alguns textos como Casinhas da Ladeira do Carmo, em outros como Casinhas do Buracão do Carmo (Silva, 2008), ou ainda, da descida do Carmo, dentre outras, são frequentemente confundidas com as Casinhas da Rua das Casinhas.

A falta de documentação iconográfica das primeiras poderia ser um dos motivos da confusão, haja vista que nos acervos pesquisados, as imagens das casinhas do Carmo aparecem descritas apenas como “Casinhas”. Apenas o estudo das plantas históricas pode esclarecer estas sobreposições.

No detalhe 9, da planta de Affonso A. de Freitas que apresenta detalhes do desenvolvimento da cidade entre os anos de 1800 e 1874, pode-se observar a localização das várias “Casinhas”. Silva (2008, p. 53), descreve que nestas podia-se encontrar mantas de toucinho, banhas, farinha de milho e mandioca, açúcar, feijão e porcos, que ficavam em chiqueiros nos fundos das edificações.

Também esclarece que havia neste momento dois sistemas complementares para o abastecimento; as casinhas, com produtos mais duráveis, que suportavam ser estocados; as quitandeiras (negras que praticavam comércio ambulante, a despeito de seguidas normas tentando coibir estas práticas), oferecendo legumes e produtos de menor porte e mais perecíveis. Com isto, as ruas continuam a se afirmar como lugar de mercado essencial.

Detalhe 10: Localização das Casinhas da Ladeira do Carmo e do Barracão do Carmo em Planta de 1842.

2.1.6. Barracão do Carmo

Assim como a Feira da Misericórdia, o espaço do qual se falará agora não é amplamente discutido nos textos que tratam da história da cidade. O texto que apresenta a existência do Barracão do Carmo foi o de Campos (2007). O autor indica a existência dos registros sobre tal lugar nas atas e registros da Câmara dos anos de 1836, 1838 e 1839. Silva (2008) complementa esta indicação, e faz saber de norma de 1835 que definia a construção de casinhas no “lado esquerdo das descidas das Pontes do Carmo e Açú (...) para venda de peixes e abrigo das quitandeiras (...)”.

A casinha da ladeira do Carmo (ou Barracão do Carmo), foi erguido entre 1836 e 1838, sem acompanhamento técnico de engenheiro ou mestre de obras, tamanha a simplicidade da construção, para servir como mercado municipal. Complementaria assim as já existentes Casinhas, tanto aquelas da Rua das Casinhas, quanto as da Ladeira do Carmo, bem como as feiras já tratadas anteriormente.

Contudo, seu regulamento como mercado não foi aceito pela assembleia provincial, e a obra foi arrendada a particulares que nela instalaram usos dos mais distintos, chegando até a funcionar como abrigo a cocheiras e cavaliças (Campos, 2007). Apesar de não ter assumido seu lugar como mercado público, a tentativa de construção de um edifício de mercado, diferindo das casinhas, que não passavam de

Figura 20: Barracão do Carmo em fotografia de 1860.
Fonte: Campos, 2007b.

cômodos distintos voltados para a Rua, demonstra os anseios e a necessidade de organizar o abastecimento da cidade.

No detalhe 10, podemos observar a localização das Casinhas e do Barracão do Carmo. Já na figura 20, vê-se que o Barracão está na esquina da Ladeira do Carmo com a Rua de Santa Theresa, com a igreja do convento do Carmo logo atrás deste. Notar a pequena travessa que existe à esquerda do Barracão, tal detalhe está de acordo com a descrição encontrada na bibliografia.

Uma curiosidade é que esta passagem, que dava vazão às águas provenientes do Convento de Santa Theresa, criava a erosão na topografia acidentada, logo atrás das casinhas, chamada de Buracão do Carmo. Daí a expressão pela qual as casinhas da Ladeira do Carmo são por vezes referidas.

Já para a edificação indicada para a ladeira do Açú, não foram encontradas evidências nem na cartografia, nem em fotografias³³. Mas a simples existência da norma que indicou sua construção, demonstra o esforço, por parte da administração público, de pensar espacialmente o sistema de abastecimento da cidade. Vale destacar que a ladeira do Açú, conectava o largo do Rosário com a Rua de São João, cruzando o ribeirão Anhangabaú na ponte do Açú e configurando-se como uma segunda entrada oeste da cidade.

33 Consta que em 1797, quando foram demolidas as primeiras casinhas e, enquanto não se edificavam outras, serviram de mercado, provisoriamente, uma das casas do capitão Antonio Alvares Reis, localizadas no Açú (Bruno, 1954).

Detalhe 11: Localização do Açougue em detalhe de Planta de 1841.

2.1.7. Curral do Conselho e Açougue

Ainda neste período, um outro ponto crítico do sistema de abastecimento, era o fornecimento de carne fresca. O único modo de se atender à demanda numa cidade pré-industrial era realizando o abate dos animais em local próximo, se não dentro dos limites, da cidade. Muitos foram os problemas gerados por esta situação e um relato de alguém que viveu tal momento, é muito precioso para que se possa reconstruir o modo de vida na cidade daquele tempo (Moura, 1999).

[...] A carne era vendida em um único açougue, que trabalhava só até meio-dia, sob a fiscalização do juiz almotacel, inspetor de pesos e medidas, que trazia como insígnia de sua autoridade uma rodela de vime do lado direito, na altura da cintura. O curral do Conselho (matadouro) ficava à beira da estrada de Santo Amaro, hoje Rua, bem defronte de um sobrado muito posteriormente edificado por um marchante fuão cujo, não há muito habitado pelo conhecido clínico dr. Bráulio Gomes. Entro nestes pormenores para que se conheça a inconveniência da situação, tão próxima da povoação, de um matadouro, cujo fétido ia longe, porque não havia a respeito dele preocupação alguma higiênica. As reses, atadas a um mourão, debaixo de um telheiro aberto, e derribadas sobre um chão de terra revolvida, aí eram sangradas. (Francisco de Assis Vieira Bueno In: Moura, 1999)

No detalhe 11 extraído da planta de 1841, observa-se a localização do açougue. Complementando-se esta informação com a rica descrição faz Francisco de Assis Vieira Bueno (Moura, 1999), pode-se entender que o curral do conselho, local em que o gado era mantido à espera do abate, estendia-se pelos campos próximos dali, no que hoje conhecemos por Bexiga, nas imediações da Rua Santo Amaro³⁴.

O número 52 da legenda menciona apenas “O Bexiga”. Trata-se da chácara em que existia um dos pousos de tropa já mencionados anteriormente, acesso tanto ao caminho de Santo Amaro quanto ao de Pinheiros. Pelo detalhe, pode-se observar que este foi o pouso mais próximo ao núcleo urbano. Importante notar a localização do Açougue, justamente no caminho para Santo Amaro, e próximo a este pouso.

A designação de “Bexiga” para esta região pode também estar associada a este primeiro matadouro. Schneck (2010, p. 68), em seu estudo sobre a formação do bairro do Bexiga, traz as três versões para o nome: Apelido do antigo proprietário da chácara, Antônio Soares Calheiros, conhecido por Antônio Bexiga; associação da região à epidemia de varíola³⁵; ou pela presença das “bexigas de boi”, descartadas no matadouro.

34 Complementando esta informação, em artigo eletrônico disponível na página digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, se tem a indicação que este primeiro matadouro localizava-se nas imediações da atual Rua Jacaré. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/impressao/?id=302431&ver_imp=true>.

35 Segundo Gonçalves (2016), o nome do proprietário seria Antônio Manuel. Já sobre a varíola, complementa que a região teria servido de refúgio para os acometidos por tal enfermidade.

Schneck (2010, p. 8) também cita a região do Piques (outra designação para esta localidade) como “local de mercado de escravos e produtos”. E para além do pouso de tropas, cita a presença de estalagens, repúblicas estudantis (provavelmente associadas à existência da Faculdade de Direito) e zona de meretrício. Com isto, pode-se afirmar que existiu uma centralidade neste lugar de mercado, associado à entrada oeste da cidade de São Paulo.

2.1.8. Matadouro Humaitá

Conforme o núcleo central crescia, em meados do século XIX, algumas atividades incômodas que ocorriam nas cercanias tiveram de se afastar. Um dos casos mais emblemáticos é do antigo matadouro descrito no subitem anterior. Silva (2008, p. 72) destaca o papel das autoridades sanitárias na definição deste afastamento.

Nos mapas apresentados, pode-se perceber a proximidade deste equipamento com o núcleo da cidade, bem aos pés da ladeira que dava acesso ao Largo de São Francisco.

Como evidência das preocupações higienistas a cerca da qualidade da carne e da construção de um matadouro melhor estruturado, Silva (2008, p. 73) traz parecer, datado de 1848, das Comissões de Obras Públicas e da Fazenda em que existem tanto

considerações a respeito dos “miasmas” emanados do matadouro antigo (Bexiga), quanto ao aspecto da carne aí preparada.

Apenas em 1849 a Câmara conseguiria angariar recursos junto à Assembleia Provincial, por meio da transferência do recolhimento de diversos impostos para a municipalidade. A partir daí, obras públicas importantes e a muito requeridas puderam tomar forma. Um novo matadouro municipal, em local mais adequado e com melhores instalações era uma destas prioridades.

Projetado e construído por Carlos Abraão Bresser (1849 – 1853) à beira do Ribeirão Anhangabaú, em local próximo da atual Rua Humaitá (Campos, 2007b) que, embora melhor instalado do que o anterior, ainda apresentava uma construção rústica, feita em taipa de pilão.

Note-se como este equipamento iniciou seu caminho em direção ao Sul, algo que será mantido, conforme veremos mais a frente. O primeiro matadouro, conforme já demonstrado, localizava-se no caminho para Santo Amaro.

Este último mencionado, mantinha-se nas cercanias deste caminho, mas também próximo de uma nova estrada para Santos, aberta entre 1862 e 1863, onde hoje estão a Avenida da Liberdade e Rua Vergueiro. Outro ponto importante, é o afastamento deste novo equipamento, dos lugares de Mercado da cidade.

Figura 21: Ilustração do Matadouro Humaitá.
Fonte: Biblioteca Municipal Mário de Andrade, In: Campos, 1997.

Detalhe 12: Localização do matadouro Humaitá de 1841, em planta de 1868.

Mapa 8: Planta da Cidade de São Paulo, 1868.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Diferentemente do anterior, que formava um conjunto entre largo do Bexiga (Piques), açougue e curral do conselho, onde o abate dos animais era realizado nas imediações da própria comercialização, o novo matadouro, por sua vez, garantia um afastamento entre estas atividades.

O caso paulistano, no entanto, estava longe de constituir exemplo de higiene pública ou de efetivo isolamento entre as atividades que passavam, neste período, a ser consideradas incompatíveis com a vida urbana. Moroz e Gouveia (2016) trazem uma descrição³⁶ do “riacho de sangue” em que se tornava o ribeirão Anhangabaú a partir das duas horas da tarde. Cena esta, testemunhada por todos os habitantes das redondezas.

Ao considerar que o Anhangabaú conformava o limite oeste de todo o centro urbano, é possível imaginar que a presença do matadouro continuava a ser motivo de infortúnio.

Detalhe 13: Localização do Matadouro Humaitá em detalhe da planta de Affonso A. de Freitas – 1800 e 1874.

36 Freitas, A. A. de Tradições e Reminiscências Paulistanas. Col. Paulística vol IX, Estado de São Paulo, 1978.[1ª edição 1921], 229p.

Mapa 9: Lugares de mercado de São Paulo até meados do século XIX.

- 1 - Pouso de tropeiros da Luz
- 2 - Porto Geral
- 3 - Largo da Misericórdia
- 4 - Rua da Quitanda
- 5 - Rua das Casinhas
- 6 - Feira de Pilatos
- 7 - Casinhas da Ladeira do Carmo
- 8 - Barracão do Carmo
- 9 - Açougue e Curral do Conselho
- 10 - Matadouro Humaitá

Fonte: Mapa adaptado pelo autor com base em cartografia de 1850.

2.2. Primeiros mercados cobertos

2.2.1. Mercado 25 de Março e o primeiro Anel Viário

Chega-se à segunda metade do século XIX, e apenas no ano de 1867 São Paulo recebe aquilo que Taunay (1984) definiu como “a primeira praça de mercado digna deste nome de que a cidade dispôs.” Foi justamente neste ano que se inaugurou a estrada de ferro ligando o planalto ao litoral. Os tempos de tropas de burro e carros de bois já estavam distantes e novos equipamentos urbanos, mais adequados aos modos de vida da cidade que assumia, definitivamente, ares urbanos, faziam-se necessários.

A partir deste momento, o modo de enfrentamento do desafio de abastecer a cidade ganha outra perspectiva. Os mercados vão ganhar a conformação de recintos fechados, e serão tratados como equipamentos públicos.

O primeiro exemplar desse período é o Mercado 25 de Março, que posteriormente ganhou anexos, o Mercado dos Caipiras e o Mercado de Peixes, situados nas proximidades do Rio Tamanduateí. Segundo Campos (2007b, p. 17, 56), a localização deste Mercado 25 de Março só foi possível devido à formação do primeiro anel perimetral da cidade.

Detalhe 14: Local do Mercado 25 de Março em planta de 1850.

Detalhe 15: Local do Mercado 25 de Março em planta de 1881.

Detalhe 16: Local do Mercado 25 de Março em planta de 1930.

Desde a década de 1840 cogitava-se a abertura de novas Ruas, fora da colina histórica, interligando as estradas mais movimentadas que chegavam à cidade, permitindo assim que as tropas e boiadas vindas do Norte e do Oeste alcançassem a estrada para Santos sem causar transtornos ao núcleo urbano³⁷.

Notar no Mapa 10 a posição do Mercado 25 de Março (destaque amarelo) no anel viário. Em torno desta estrutura, um outro mercado foi edificado. Tratou-se do Mercado São João, construído na região em que a Rua Formosa cruza a Rua de São João, o qual será detalhado mais a diante.

O projeto do mercado foi desenvolvido pelo engenheiro inglês Newton Bennaton, e tratava-se de planta bastante simples. Consistia num pavilhão alongado, formado por 35 arcos plenos (Campos, 2007a), sendo que destes, 33 se abriam para um pátio (a praça de mercado). Externamente, a fachada era subdividida pela demarcação dos pilares e a cobertura em telhas ficava oculta por uma platibanda. O pátio era cercado por gradil, configurando um conjunto apartado do espaço público.

37 Na década de 1850, a ideia do anel viário começou a ser concretizada, e abriram-se as seguintes ruas: a Rua Formosa (1855) e a Rua Bela (1858), futura 25 de Março. A totalidade do Anel corresponde às seguintes vias: Rua Formosa, Rua do Seminário, Rua Alegre, travessa dos Bondes, Rua do Senador Florêncio de Abreu, Travessa 25 de Março, Rua 25 de Março, Rua do Mercado (1869), Rua do Hospício (1873), Rua Conde d'Eu (1875), Rua Lavapés, Rua da Glória, travessa dos Estudantes, largo da Liberdade, Rua da Assembleia, Rua Riachuelo (prolongada entre 1867 – 1868), largo do Riachuelo e largo da Memória (Campos, 2007b, p. 17, 56). Contudo, Campos também menciona que devido ao longo tempo transpassado na conformação deste anel, seu impacto foi bastante atenuado, pois a ferrovia assumira preponderância no abastecimento da cidade.

Na página anterior:

Mapa 10: Local do Mercado 25 de Março em relação ao primeiro anel viário de São Paulo.

Fonte: Mapa adaptado pelo autor com base em cartografia de 1881 e informações contidas em Campos (2007b, p. 17, 56).

Figura 22: Mercado 25 de Março em 1870.

Fonte: Casa da Imagem.

Figura 23: Mercado 25 de Março após reforma de 1907.

Fonte: Casa da Imagem.

Detalhe 17: Local do Mercado 25 de Março em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 18: Local do Mercado 25 de Março em ortofoto de 2004.

Detalhe 19: Local do Mercado 25 de Março em imagem de satélite de 2016.

Com o mercado pronto, foi estabelecido um regulamento provisório de funcionamento, baseado no regulamento do mercado de Campinas. Nesta norma, não era apenas disciplinado o comércio, mas também “a intensa circulação, apostando na racionalização e sociabilidade”(Silva, 2008, p. 60). Fica evidente, seguindo o mesmo percurso que teve na Europa a conformação do equipamento “mercado público”, a relação desta configuração de lugar de mercado com o controle, por parte da administração pública, das atividades ali exercidas.

Este mercado sofreu diversas reformas. O pátio ganhou coberturas, as grades foram substituídas por muros. Em 1895 é autorizado³⁸ o calçamento em paralelepípedos das áreas internas e externas do mercado. Em 1906 é publicada norma³⁹ que autoriza reconstrução da “parte velha”(o pavilhão original). Já em 1908⁴⁰, é demandado o prolongamento dos hangares e lanternins. A demolição do mercado, apontada por Deaecto (2002, p. 139), tratou-se na verdade da demolição da parte velha, e reconstrução em outros padrões.

Com isto, o “mercado praça” vai se transformando em mercado coberto, com fachadas ornadas ao gosto do ecletismo em voga no período. Nos detalhes de plantas apresentados, pode-se verificar a progressiva construção do mercado. Pelas fotografias, avaliamos a mudança de aspecto que as sucessivas reformas lhe atribuíram.

38 Lei nº 131, de 23 de janeiro de 1895.

39 Lei nº 888, de 11 de abril de 1906.

40 Lei nº 1104, de 17 de julho de 1908.

Já as fotografias aéreas apresentadas permitem que se observe como, após a completa demolição do edifício de mercado, a praça resultante (atual Praça Fernando Costa) reassume a condição de lugar de mercado. Abrigou a instalação de um comércio informal que se expandiu com vigor até o início do século XXI (pode ser observado o desenho formado pelas coberturas das bancas), tendo seu desenvolvimento sido contido, apesar da aparente melhora na estrutura física das unidades comerciais, e servindo hoje a um comércio popular não dedicado a gêneros alimentícios.

2.2.2. Mercado de Verduras e Largo do Mercadinho

Uma nova tentativa de se criar um mercado coberto iniciou-se em 1873, com a apresentação de uma planta, supostamente pelo engenheiro a serviço da Câmara, Carlos Rath (Campos, 2007), de um mercado de verduras. Devido às dificuldades da Câmara em arcar sozinha com os custos de tal edifício, a mesma recorreu ao presidente da Província, à época João Teodoro, para complementar os recursos necessários à obra.

Tendo em vista que tal edifício seria de interesse exclusivo da municipalidade, o presidente da província propôs que o mesmo abrigasse, para além do mercado, algumas repartições provinciais. É bastante curiosa as considerações de cunho pessoal que Campos expõe em seu texto à cerca deste mercado, ou projeto de mercado.

Figura 24: Largo do Mercadinho em 1877.
Fonte: Casa da Imagem.

Figura 25: Palácio do Tesouro Provincial em 1890.
Fonte: Casa da Imagem.

Figura 26: Palazzo della Ragione, Pádua, Itália.
 Fonte: hotelbeatricedeste. <<https://www.hotelbeatricedeste.it>>
 Acesso em: jun. 2016.

Termos como “indefensável” e “estapafúrdia” transparecem a opinião do autor quanto à incompatibilidade entre os usos propostos ao edifício, qual sejam, mercado e repartições públicas. Contudo, ao estudarmos a história deste equipamento, vemos que não foram raras as ocasiões em que o uso de mercado associou-se a outros usos correlacionados ao poder, seja político, seja econômico⁴¹.

Este novo mercado ocuparia o lugar das antigas casinhas da Rua das Casinhas. A princípio, o andar térreo seria o mercado de verduras e o superior abrigaria a Escola Normal e o Tesouro Provincial. Porém, em 1875, já estando a Província sob presidência do Dr. Sebastião José Pereira, houve a suspensão das obras. O novo presidente não concordava que tais usos compartilhassem o mesmo edifício (Campos, 2007a).

Silva (2008, p. 68), nos traz notícia publicada no Correio Paulistano⁴² e que demonstra a insatisfação de determinado grupo com a construção deste mercado. O argumento principal é de que não faria sentido instalar um mercado em “uma das praças mais centrais e que merece ser aformoseada”, tendo em vista que o grande mercado da 25 de março estava nas imediações. Interessante notar nesta argumentação, conforme

41 Apenas como um exemplo desta discussão, temos o Palazzo della Ragione, de Pádua, Itália. Este edifício do século XIII foi construído sobre a praça do mercado da cidade. Através de uma série de arcadas o piso da praça foi preservado como mercado e o pavimento superior abrigou a câmara do Conselho da cidade. Segundo Steel (2009), o edifício refletiu perfeitamente a hierarquia urbana: política sendo suportada pelo comércio e a interdependência entre ambos. Outro exemplo foi a relação do Townhouse com o mercado na grande Place de Bruxelas no século XV (Vargas, 2001).

42 Correio Paulistano, 22 de janeiro de 1876, p. 3.

pontua Silva (2008, p. 69), a intenção de se afirmar a região central em “novos padrões econômicos, higiênicos e urbanos”, com os mercados (que não se enquadravam nestes padrões), afastados deste núcleo.

O projeto foi, então, revisto e o uso de mercado foi excluído do programa de necessidades. Assim, o edifício foi finalizado apenas como abrigo de repartições públicas e, a Rua das Casinhas, a partir daí, seria chamada Rua do Palácio, e hoje, Rua do Tesouro. Como curiosidade, nas discussões da Assembleia, os deputados contrários ao projeto original, chamavam-no pejorativamente de “palácio das verduras” (Campos, 2007a).

Nas fotos, vemos dois momentos do Palácio do Tesouro Provincial. Na primeira, retratando este ainda em fase de conclusão, percebe-se, no térreo, o desenho das arcadas que abrigariam originalmente o mercado de verduras. Interessante notar também aí as semelhanças ao Palazzo della Ragione, anteriormente mencionado.

Apesar da tentativa frustrada do Mercado de Verduras, ocorreu a formação de outro lugar de mercado nesta região das antigas Casinhas, o largo do Mercadinho (atual Praça Manoel da Nóbrega), largo este que dá acesso à Ladeira General Carneiro (chamada Rua Municipal à época de sua construção em 1855). O termo Mercadinho refere-se à ocupação do lugar por vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, fato que ocorreu após a demolição das casinhas (Campos, 2007a). A própria Rua das Casinhas foi ocupada por tal comércio.

Detalhe 20: Local do Palácio do Tesouro Provincial, antiga rua das Casinhas, em relação ao Mercado 25 de Março em Mapa de 1877.

Detalhe 21: Legenda do Mapa de 1877 com os dois equipamentos, números 28 e 32.

Na página seguinte:

Mapa 11: Mapa da capital da Província de São Paulo, 1877.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Tendo em vista que o novo mercado não foi concretizado, conforme visto, formou-se, informalmente, um mercado a céu aberto, pois a necessidade de abastecimento se mantinha.

Interessante notar a persistência do lugar de Mercado, pois mesmo após a edificação de um grande mercado central, (25 de Março) a demolição das antigas Casinhas setecentistas não se mostrou operação simples, tendo o largo do Mercadinho se formado à revelia dos ideais higienistas e estéticos que se consolidavam no gosto das classes dirigentes.

2.2.3. Matadouro Vila Mariana e Mercado do Largo de São Paulo

Seguindo o processo de afastamento entre os lugares de mercado e a o abate de animais, temos a construção de um novo matadouro na região da Vila Mariana, inaugurado em 1887.

Conforme menciona Taunay (1954), este novo equipamento trazia, agora sim, uma estrutura adequada para o abastecimento de carne da cidade, serviço outrora tão defeituoso e que produziu registros, desde o século XVII, sobre a escassez e baixa qualidade do produto que chegava à população. Ainda segundo Taunay, este novo matadouro abatia diariamente uma média de 50 bovinos, 30 suínos e 5 ovinos.

Detalhe 22: Matadouro Vila Mariana em planta de 1905.

Na página seguinte:

Mapa 12: Planta geral da Cidade de São Paulo, 1905.

Fonte: SMUL/PMSP.

Destaque aos três matadouros e o deslocamento deste equipamento para a região Sul.

- 1 - Curral do Conselho
- 2 - Matadouro Humaitá
- 3 - Matadouro Vila Mariana.

PLANTA GERAL DA CIDADE DE SAO PAULO 1905

Adoptada pela Prefeitura Municipal para uso de suas Repartições
Levantada e organizada pelo Engenheiro Civil:
ALEXANDRE MARIANO COCOCI E LUIZ FRUCTUOSO E COSTA
ENGENHEIROS DA COMISSÃO GEOG. E GEOLOGICA
ESCALA 1:100,000

Pontos Triangulados
Em que se baseia a organização da planta
pelo Engenheiro
A.M. COCOCI
Escala de 1:100,000

Indicador

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

LEGENDA

DELEGACIAS		DISTRITOS DE PAZ	
Primeira	Norte da S.	1	Norte da S.
Segunda	Sul da S.	2	Sul da S.
Tercera	S. E. E. E. E.	3	Debranzinho
Quarta	Consolação	4	Braz
Quinta	Braz	5	Consolação
		6	Santa Efigenia
		7	Cecilia
		8	Sant'Anna
		9	Penha
		10	N. S. do O.
		11	Villa Mariana

Estação Central	1 6
Serviço de	1 4
Norte	3 5
Bonds electricos	
a tração animada	

Indicador

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indicador

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indicador

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indicador

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indicador

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indicador

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Os direitos de reprodução reservados

Como consequência da instalação de tal equipamento, este arrabalde, outrora distante da cidade, foi incorporado à área urbana no mesmo ano de 1887, sendo os moradores, a partir daí, obrigados a solicitar alinhamento para poder edificar em seus lotes. (Campos, 2008). Sobre o tema do matadouro, pode-se buscar suas conexões com os conceitos higienistas, então em voga⁴³. Já para este trabalho, interessa a sua relação direta com uma das praças de mercado da cidade.

A localização deste equipamento está associada à existência da estrada de ferro que ligava São Paulo ao município vizinho de Santo Amaro. Segundo Carvalho (2015), a proposta para a construção do matadouro neste local⁴⁴, à época denominado “Rincão dos Sapateiros”, se deve ao parecer do engenheiro da Câmara Municipal, Dr. Francisco Carlos da Silva. Localização também defendida pelo engenheiro Alberto Kuhlman, tendo como argumento a facilidade de transporte devido à presença desta estrada de ferro.

O Concurso para o projeto do matadouro aconteceu em 1884, tendo como vencedor o mesmo Kuhlman, e ficando em segundo lugar Ramos de Azevedo (Angrimani, 1999, p. 24 in: Giordano, 2006, p. 132).

43 Sobre esta abordagem, Giordano (2006) avalia os pareceres médicos e a aceitação destes nas casas legislativas, tanto a municipal quanto a provincial, para a tomada de decisões relativas as seguidas realocações dos matadouros de São Paulo.

44 Foram avaliadas, desde o ano de 1879, outras localizações para o novo matadouro, tendo o engenheiro Alberto Kuhlman como um dos responsáveis pela sugestão de tal equipamento (Carvalho, 2015, p. 58). Entre os possíveis locais estavam Perdizes e Pinheiros (região do Rio Pequeno).

Figura 27: Matadouro Vila Mariana em 1887.
Fonte: Casa da Imagem.

Figura 28: Matadouro Vila Mariana em 1910.
Fonte: Alesp.

Figura 29: Transporte de carne em frente ao Matadouro.
Fonte: Fundação Energia e Saneamento.

Figura 30: Vista interna de instalações do Matadouro Municipal.
Fonte: Fundação Energia e Saneamento.

Carvalho (2015, p. 59) ainda cita, como um dos fatores da defesa inicial de Kuhlman à região de Vila Mariana, a sua sociedade junto a José Duarte Rodrigues na Companhia Carris de Ferro São Paulo a Santo Amaro.

Esta Companhia iniciou as obras em direção à Santo Amaro, passando pela Vila Mariana, em 1883. Em 1885, já com a aprovação da construção do Matadouro, foi autorizado pela Assembleia Provincial⁴⁵ a construção do ramal entre a estação Vila Mariana e este novo equipamento.

O conjunto matadouro e a linha férrea era ainda complementado por outro equipamento urbano, mas, sobre o qual, restam dúvidas sobre seu funcionamento. Temos que no ano de 1895, foi autorizada a construção de um novo mercado, desta vez ao sul do triângulo histórico, no Largo São Paulo. Este largo recebeu diversos nomes com o passar do tempo: Largo da Glória (1881); Praça de São Paulo (1890); Largo de São Paulo (1895); Praça Almeida Júnior (1930).

Situava-se entre a Rua da Glória, Rua São Paulo, Rua Conselheiro Furtado e Rua dos Estudantes. Em seu lugar, hoje passa a ligação viária Leste-Oeste, metros abaixo da cota original. Resta-nos o nome, Praça Almeida Júnior, como referência do lugar.

Este mercado não foi encontrado na revisão bibliográfica, apenas na pesquisa direta da legislação municipal, que revelou a lei nº 176, de maio de 1885, que autorizava

⁴⁵ Lei nº 89, de 9 de abril de 1885. Assembleia Legislativa Provincial.

Figura 32: Teatro no local do antigo mercado, 1966.
Fonte: Hagop Garagem. <www.hagopgaragem.com>

Detalhe 25: Local do Mercado do Largo São Paulo em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 26: Local do Mercado do Largo São Paulo em ortofoto de 2004.

Giordano indica 1898 como data do estabelecimento da instituição do Tendal na Praça São Paulo. Desta proliferação de datas, pode-se extrair duas hipóteses: foi edificado um Tendal no Largo São Paulo, em 1888 (um ano após a inauguração do matadouro) e, em 1895, foi convertido em mercado; ou, foi edificado um mercado no Largo São Paulo, em 1895, e em 1898, aproveitando a fácil conexão com o matadouro e baixo interesse como mercado, foi convertido apenas em tendal.

Em todo caso, considera-se que existem erros de indexação nos arquivos que fazem a guarda da referida fotografia, e também incoerências nos trabalhos que a referenciam. A primeira hipótese parece coerente em termos de datação, já a segunda, baseia-se na existência limitada de referências ao “Mercado do Largo São Paulo” nas legislações municipais, estando estas concentradas no biênio 1895/1896.

Esta segunda parece ser a verdadeira. Bruno (1984, p. 1144), citando Pinto (1900, p. 264), afirma que “ainda em fins do século passado (XIX) se construiu no largo São Paulo um grande barracão destinado, a princípio, como mercado, mas logo em seguida transformado em depósito de carne verde”. Maiores esclarecimentos sobre o tema constam em Giordano (2006, p. 141), que transcreveu parecer do Intendente de Policia e Higiene⁵⁰, onde este afirma ter extinto o mercado do Largo São Paulo “a 6 de agosto, aproveitando o seu pessoal no Depósito de Carne, de acordo com a lei nº 344, de

⁵⁰ Relatório do Intendente da Policia e Higiene, 1898. In: A Secretaria de Higiene e Saúde da cidade de São Paulo: história e memória, documentos comemorativos de quadragésimo aniversário. p.66, 67. in: Giordano, 2006, p. 140, 141.

12 de março de 1898”.

O que parece claro, é que existiu uma ligação ferroviária entre o matadouro e uma Praça de Mercado próxima à região central, provavelmente servindo como ponto de distribuição da carne proveniente deste equipamento.

2.2.4. Mercado São João

O mercado, ou mercadinho, São João foi o único mercado metálico de São Paulo. Foi inaugurado em 1890 e junto ao Mercado Municipal 25 de Março, formou a base do abastecimento da região central da cidade. Contudo, difere daquele em dimensão e variedade de produtos, sendo bem menor e mais focado em verduras. Assim, veio preencher o lugar que o Mercado de Verduras não ocupou, conforme já relatado.

Pelos detalhes de plantas apresentados, podem-se avaliar as alterações do entorno da região onde o mercado foi instalado, passando de uma situação de limite da área urbanizada (próximo à ponte do Açú), para ser englobada como nova centralidade, ligando o triângulo histórico aos novos bairros do oeste (República e Campos Elísios).

Segundo Bruno (1984, p. 1144), desde sua inauguração, deixou-se de realizar a venda de verduras e legumes existente na antiga Rua da Casinhas⁵¹.

⁵¹ Neste período, nomeado Largo do Mercadinho, conforme exposto anteriormente.

Detalhe 27: Local do Mercado São João em planta de 1881.

Detalhe 28: Local do Mercado São João em planta de 1895.

Detalhe 29: Local do Mercado São João em planta de 1913.

Figura 33: Mercado São João, em torno de 1900.
Fonte: Instituto Moreira Sales.

Figura 34: Mercado São João, em torno de 1910.
Fonte: Casa da Imagem.

Na revisão bibliográfica, este mercado é o que possui maior destaque, até por conta do seu método construtivo sem par no contexto paulistano. Existe um acervo iconográfico relativamente amplo sobre o mesmo, porém, muitas vezes a indexação está falha, referindo-se ao mercado como sendo algum outro equipamento, ou simplesmente o ignorando. Parece ser este o motivo da incerteza com que alguns dos textos referem-se a certas características de sua arquitetura, assim como sua efêmera permanência.

Kuhl (1998) menciona que o mercado “contava, provavelmente, com um pátio central descoberto, para serviços”. Esta suposição foi comprovada durante a pesquisa iconográfica, sendo o acervo da Fundação de Energia e Saneamento e o do Instituto Moreira Sales responsáveis pela guarda das fotografias mais significativas deste mercado. Na reprodução do painel fotográfico existente atualmente na Estação da Luz, é possível ter uma ampla visão da região do vale do Anhangabaú no início do século XX, e perceber a localização do Mercado São João (pouco abaixo do Teatro Municipal) e confirmar a existência do pátio central.

Vale ressaltar que, apesar de o Mercado São João ser um mercado metálico, não possui filiação direta com as características arquitetônicas do modelo Les Halles, quais sejam, grandes dimensões, pé direito alto, intenção de constituir-se num verdadeiro monumento para a cidade. Antes, exemplifica as novas possibilidades que a produção industrial criou, como produção seriada, pré-fabricação, padronização.

Figura 35: Mercado São João (centro dessa página) em painel fotográfico localizado no saguão de acesso às plataformas da estação da Luz.
Fonte: Instituto Moreira Sales.

Foi construído com o chamado “Sistema Danly” (KUHL, 1998), que se baseia numa pré-fabricação total da edificação, desde a estrutura, até a vedação, tendo sido descrito como um quadrado, 50 metros por 50, com uma entrada central em cada face⁵². Já Silva (1988, p. 199) o descreve como retangular, pois observa que existe uma diferença no número de janelas entre as faces, e considera que os módulos seriam iguais.

Silva (2008, p. 71) destaca a diferença funcional entre este mercado São João, e o mercado central (25 de Março), onde o primeiro centralizava a venda de “miudezas”, até então realizada pelas quitandeiras. Já o último, equivaler-se-ia às antigas casinhas, com alimentos menos perecíveis, como arroz, feijão e farinha. Entre as novidades disponíveis no Mercado, cita o peixe vindo de Santos e o bacalhau importado, permitindo antever as novas possibilidades trazidas pela ferrovia.

O mercado foi desativado para dar espaço à remodelação do Vale do Anhangabaú. Em norma de 1907⁵³ foi autorizado ao prefeito realizar sua demolição e possível realocação em “novo ponto da cidade que julgar mais conveniente”. Pela Lei nº 1.083⁵⁴ temos que em 1908, o novo local já estava definido, a Rua Anhangabaú.

O último conjunto de fotografias permite avaliar como a remodelação do vale do Anhangabaú, seguindo a conformação da cidade burguesa da “Belle Epoque” paulistana.

Figura 36: Mercado São João, 1899.
Fonte: Fundação Energia e Saneamento.

Figura 37: Abertura da atual Praça do Correio após demolição do Mercado São João, 1914.
Fonte: Casa da Imagem.

Figura 38: Praça Verdi, atual praça do Correio e local onde existiu o Mercado São João, 1919.
Fonte: Hagop Garagem. <www.hagopgaragem.com>

52 Jorge Americano (2004, p. 102) in Silva (2008, p. 71)

53 Lei nº 1.050, de 2 de outubro de 1907.

54 Lei nº 1.083, de 30 de abril de 1908.

Detalhe 30: Local do Mercado São João em planta de 1930.

Detalhe 31: Local do Mercado São João em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 32: Local do Mercado São João em ortofoto de 2004.

Este período implicou a demolição do mercado metálico e a sua substituição por uma praça mais adequada (conforme julgamento da época) à condição de centro urbana. Notar, no lado direito da imagem, a posição da igreja de Santa Ifigênia ao fundo, sendo que na primeira fotografia, ainda está presente a igreja antiga.

Neste sentido, Bruno (1984, p. 1145) traz um relato interessante do então vereador Alcântara Machado sobre o mercado: “Precisamos suprimir o galpão ignóbil que ali está, a dois passos do centro, afrontando a nossa cultura e conspurcando a cidade”. Segundo Reis Filho (1994, p. 122), o mercado São João foi demolido por volta de 1914. Tendo em vista a amplitude das modificações sofridas por esta região, não é de surpreender que não haja nem vestígio tanto do mercado, quanto da praça que o substituiu num primeiro momento (deixando claro que esta praça não teve uso como mercado).

2.2.5. Mercado dos Caipiras e Mercado de Peixes

O Mercado Municipal 25 de Março, já descrito anteriormente, não consistia num equipamento isolado, antes, compunha um complexo de abastecimento, tendo dois anexos importantes, o Mercado dos Caipiras e o Mercado de Peixes. Por vezes, os textos fazem alguma confusão, atribuindo ao próprio 25 de Março o nome Mercado dos Caipiras, como em Campos (2007b).

Reis Filho (1994) descreve o mercado dos Caipiras como um pequeno pavilhão, ao lado do mercado principal. Em Silva (1988), temos uma transcrição de um relato de época, em que se distinguem os Mercados 25 de Março e o dos Caipiras pelos termos “(mercado) Grande e o dos Caipiras”. Fica evidente uma diferença de dimensão e, subentendido, uma diferenciação dos ramos de atividade e tipos de produtos presentes em cada um.

A pesquisa na legislação revelou um outro nome que, provavelmente, referia-se ao mercado dos Caipiras, num item da Lei nº 131 de 1895 que especificava: “aumento da parte murada destinada a abrigo dos tropeiros”.

Já a pesquisa iconográfica trouxe maiores evidências que o chamado “Mercado dos Caipiras” era o conjunto formado por pavilhão e área murada, ao lado do Mercado 25 de Março, destinado aos tropeiros. O termo “Mercado dos Caipiras” sugere que em tal abrigo também se realizava comércio, não sendo mera parada dos abastecedores do mercado principal.

O outro anexo do Mercado 25 de Março foi o Mercado de Peixes. Deaecto (2002), menciona que, para além do Porto Geral, outro lugar de mercado destinado aos peixes situou-se nas proximidades da escadaria do Carmo. Bruno (1984, p. 682) posiciona melhor este mercado, nas calçadas da igreja do Carmo, que “foram por muito tempo uma espécie de mercado de Peixe da cidade”. Não se trata, portanto, do anexo em questão.

Detalhe 33: Provável local dos anexos do Mercado 25 de Março (Mercado dos Caipiras e Mercado de Peixes) em planta de 1913.

Detalhe 34: Local apontado como Mercado de Peixe numa fotografia de Aurélio Becherini (figura 41), em planta de 1930.

Figura 39: Mercado dos Caipiras em 1898.
Fonte: Instituto Moreira Sales.

Figura 40: Interior do Mercado dos Caipiras em torno de 1910.
Fonte: Instituto Moreira Sales.

Martins (2003, p. 97) posiciona o mercado de Peixes junto ao mercado de Verduras, no mesmo local em que existiu a Ilha dos Amores⁵⁵. A pesquisa iconográfica revelou uma fotografia de Aurélio Becherini, cujo tema seria o Mercado de Peixe. Contudo, a Lei nº 69 de 1893, estabelecia que se construísse um mercado de Peixe no local da antiga ilha dos Amores, a leste da Rua 25 de Março, lado oposto ao do Mercado 25 de Março. Isto o coloca ao lado do Mercado dos Caipiras (Verduras). Notícia do Jornal O Estado de São Paulo, de 1º de junho de 1895 divulga a inauguração do novo mercado de Peixe, na Rua 25 de Março, e o caracteriza como uma edificação de construção simples, mas elegante.

Se a referida fotografia de Aurélio Becherini, cuja localização está indicada no detalhe 34 da planta de 1930, realmente se referia a um mercado de Peixe, este seria um segundo mercado, pois parece claro que o mercado de Peixes referenciado na bibliografia, é aquele que existiu em conjunto ao mercado de Verduras. O fato, é que existiu um mercado de Peixe anexo ao mercado 25 de Março, compondo um complexo de abastecimento. Por meio de uma norma⁵⁶, do ano 1923, sabemos que esse mercado não mais existia nesta data, pois menciona a designação de pontos de estacionamento de veículos na “travessa onde existiu o antigo mercado de Peixe”.

55 Jardim público que existiu numa ilha do Tamanduateí, formada pelos trabalhos de canalização deste rio, e que manteve-se separada da Rua 25 de Março por um pequeno canal, obstruído em 1888 (Martins, 2003, p. 97). Esta data permite estabelecer a construção dos mercados anexos tratados entre finais da década de 1880 e início da década seguinte.

56 Acto nº 2.193, de 2 de outubro de 1923.

Figura 41: Mercado de Peixe, 1918.
Fonte: Casa da Imagem.

2.2.6. Mercado de Santo Amaro

Santo Amaro foi um município até o ano de 1935⁵⁷, quando foi incorporado como distrito ao município de São Paulo. Desta forma, o Mercado de Santo Amaro foi construído como um equipamento unitário, atendendo ao então município de Santo Amaro, e não como parte de um sistema amplo de abastecimento. As fontes bibliográficas sobre o mesmo são mais limitadas, em comparação aos demais mercados tratados até aqui. O principal documento de consulta é o processo de tombamento⁵⁸ do edifício do Mercado, ainda existente, junto ao CONDEPHAAT⁵⁹.

A construção do mercado foi motivada por um incremento da atividade comercial, no fim do século XIX, entre Santo Amaro e as regiões vizinhas de “Itapecerica e M'Boy”, atuais “Embu das Artes e Cotia”⁶⁰. O papel de Santo Amaro era na verdade o de o Entrepasto, sendo a ligação com o município de São Paulo grande responsável pelo

57 Decreto Estadual nº 6.983, de 22 de fevereiro de 1935.

58 Processo de tombamento do Mercado Municipal de Santo Amaro. Disponível em: (http://www.arquicultura.fau.usp.br/images/arquicultura/Processo_1670570_Mercado_Municipal_de_Santo_Amaro.Image.Marked.pdf).

59 Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

60 Texto de autoria de Carlos Fatorelle, disponível na página eletrônica mantida pela SPTuris, órgão municipal de promoção do turismo na cidade. Disponível em: <<http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/8727/A%2BConstrucao%2Bde%2Bum%2BMercado%2BMunicipal%2Bna%2BVila%2Bde%2BSanto%2BAmaro>>. Consultado em jul. 2016.

comércio na região. A inauguração da “Estrada de Ferro Carris de São Paulo a Santo Amaro”, ocorrida em 1886 (Carvalho, 2015), é indicada como potencializadora deste processo. Consta no documento de tombamento, que em 16 de maio de 1891 começou a funcionar o primeiro Mercado de Santo Amaro, em edifício alugado⁶¹, na atual praça Floriano Peixoto.

Em 9 de maio de 1896, é solicitada para a Câmara Municipal, pelo presidente desta⁶², para se construir um Mercado próprio. Em junho do mesmo ano é assinado o contrato de construção do mesmo, sendo edificado na atual Praça Dr. Francisco Ferreira Lopes. Foi inaugurado, presumivelmente, em 23 de maio de 1897⁶³. Em parecer do Presidente da Comissão⁶⁴, são elencadas as qualidades arquitetônicas do edifício⁶⁵:

(...)É, na verdade, prédio de mercado, com linhas e conjunto de indisfarçável carácter mourisco a que não falta o detalhe feliz de alpendres laterais, arrimados a colunatas simples, pelas quais se projetam lanços do telhado. O vão interno é grande e o jogo do madeiramento, erguido a considerável altura, não deixa de evidenciar um certo arrojo de carpintaria.(...)”

61 Sendo proprietário o “Snr. Felix Avelino de Moraes”.

62 Tenente Coronel Carlos da Silva Araújo.

63 Texto de autoria de Carlos Fatorelle, disponível na página eletrônica mantida pela SPTuris, órgão municipal de promoção do turismo na cidade. Disponível em: <<http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/8727/A%2BConstrucao%2Bde%2Bum%2BMercado%2BMunicipal%2Bna%2BVila%2Bde%2BSanto%2BAmaro>>. Consultado em jul. 2016.

64 José Rubens de Macedo Soares.

65 Processo de tombamento do Mercado Municipal de Santo Amaro. Ordem 752/70, p. 18.

Detalhe 35: Local do Mercado antigo de Santo Amaro em relação ao núcleo histórico do distrito em imagem de satélite de 2016.

Detalhe 36: Recorte semelhante ao Detalhe 35 numa planta de 1791, onde se evidencia a posição do Mercado no caminho que ligava a povoação ao Rio Pinheiros.

Mapa 13: Mappa da Villa de Reis de Santo Amaro, 1791.
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A parte estas considerações, pode-se perceber mais claramente influências clássicas, tal como nos mercados franceses e ingleses, anteriores ao período da utilização do ferro (Guàdia e Oyón, 2010).

Sobre a localização, é curioso que não tenha sido implantado no centro do núcleo urbano. O mercado provisório, referido acima, em prédio alugado, estava mais próximo ao Largo Treze de Maio, centro histórico da Freguesia de Santo Amaro. No entanto, pelo detalhe da planta de 1791, pode-se perceber a posição do mercado do cruzamento dos caminhos que iam deste centro, até a margem do Rio Pinheiros.

Em 1954 foi firmado contrato para a construção de um novo mercado, localizado na esquina das Ruas General Osório (atual Ministro Roberto Cardoso Alves) e Anchieta (Padre José de Anchieta). O mesmo foi inaugurado em 13 de novembro de 1958⁶⁶, e continua em atividade. A imagem aérea dá destaque ao triângulo formado pelos mercados, antigo e novo, e o centro histórico de Santo Amaro, representado pela Catedral.

O mercado antigo foi convertido em equipamento de cultura, e é o único sobrevivente dos mercados cobertos de São Paulo, construídos no século XIX.

Figura 42: Antigo Mercado de Santo Amaro. Sem data. Fonte: Casa de Cultura de Santo Amaro.

Figura 43: Antigo Mercado de Santo Amaro. 1935. Fonte: Wikimedia Commons.

Figura 44: Antigo Mercado de Santo Amaro. 1978. Fonte: Casa da Imagem.

⁶⁶ Processo de tombamento do Mercado Municipal de Santo Amaro. Ordem 752/70, p. 11.

Detalhe 37: Triângulo formado pelos Mercados novo (à direita) e antigo (topo) de Santo Amaro e a Catedral, em imagem de satélite de 2016.

2.2.7. Mercado do Largo da Concórdia

Este Mercado do Largo da Concórdia, ao que parece, possui correlação com o Mercado do Largo de São Paulo, já tratado anteriormente, e com o Mercado do Largo do Riachuelo, o qual será abordado na sequência do texto. Os três foram criados na última década do século XIX e localizavam-se em largos dos bairros circundantes do centro histórico.

Teve a autorização para sua construção dada em Agosto de 1896⁶⁷. Filho (1994), menciona este mercado brevemente, informando que o mesmo funcionou até 1914, quando foi então reformado e adaptado para Teatro. Diz também que conservou em parte a aparência original. Não foram encontrados registros fotográficos deste mercado, apenas do Teatro que o sucedeu.

Contudo, a pesquisa na legislação revelou que o mesmo teve uma vida bem mais curta, já estando desocupado em 1906, tendo o prefeito recebido autorização para arrendar o edifício do antigo mercado em Junho deste ano⁶⁸.

A região do Brás já apareceu anteriormente no trabalho, como uma das portas da cidade (porta leste), associada a um pouso de tropas.

Detalhe 38: Local do Mercado do Largo da Concórdia em planta de 1893.

Detalhe 39: Local do Mercado do Largo da Concórdia em planta de 1905.

Detalhe 40: Local do Mercado do Largo da Concórdia em planta de 1913.

67 Lei nº 263, de 14 de agosto de 1896.

68 Lei nº 914, de 9 de junho de 1906.

Detalhe 41: Local do Mercado do Largo da Concórdia em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 42: Local do Mercado do Largo da Concórdia em ortofoto de 2004.

Detalhe 43: Local do Mercado do Largo da Concórdia em imagem de satélite de 2016.

Giordano (2006, p. 139) destaca a chegada do trem em 1887 e a consolidação do bairro como industrial e proletário, com forte presença de imigrantes. Bruno (1984) traz uma descrição do mercado, feita por Alfredo Moreira Pinto:

(...) um edifício quadrangular, tendo no centro um pátio com chafariz e aos lados casas de negócio. Todo rodeado por duas galerias interiores, com o madeiramento em forma de xadrez, com quatro portas de entrada e quarenta e oito janelas, era em 1900 o mais elegante, embora o menos concorrido dos mercados de São Paulo.⁶⁹

A pouca efetividade que teve o mercado da Concórdia, ao que parece, desestimulou este conceito, e o estabelecimento de um novo mercado público só se deu 13 anos depois, em 1909, quando foi criado o Mercado Rural de Pinheiros.

Apesar de ser descrito como um mercado bem equipado, seu fracasso enquanto equipamento de abastecimento, assim como o do Mercado do Largo de São Paulo, é revelador de como não se pode definir a localização comercial por decisão política, ou seja “por decreto”, tal como pontua Vargas (2015).

Não foi possível confirmar se a estrutura do antigo mercado foi reaproveitada na construção do Teatro Colombo, equipamento que o substituiu naquele lugar. Porém, a quantidade de janelas mencionadas na descrição anterior, número alto se comparado ao

⁶⁹ Alfredo Moreira Pinto, *A cidade de São Paulo em 1900*, p. 264. in: Bruno, 1984, p. 1144.

mercado São João, por exemplo, e a existência de muitos vãos “cegos”, visíveis na figura 45 do Teatro Colombo, são indícios de que houve este reaproveitamento.

O Teatro Colombo foi destruído por um incêndio em 1966⁷⁰, e ao longo da segunda metade do século XX, o largo da Concórdia abrigou um comércio informal, influenciado pela dinâmica comercial intensa que se formou naquela região, e se mantém até os dias atuais.

No entanto, o largo foi “revitalizado”⁷¹ em 2006, durante a gestão municipal de José Serra/Gilberto Kassab (2005-2009), tendo os vendedores ambulantes sido completamente retirados e o largo recebido um tratamento paisagístico que não permite seu usufruto integral, conformando caminhos e não um espaço de permanência.

Os detalhes 41 a 43 permitem avaliar esta transformação. O caso do largo da Concórdia é curioso. Após uma tentativa frustrada do poder público em instituir um lugar de mercado, o mesmo acaba afirmando-se à revelia, como decorrência das dinâmicas do entorno, ao ponto de estar fora do controle da própria administração municipal. Esta então, volta a agir, mas com a intenção de suprimir este lugar, pois a sua existência passa a ser motivo de incômodo para os comerciantes legalmente instalados do entorno.

70 Acervo do Jornal o Estado de São Paulo. dia 19/07/1966.

71 Depoimento do então Subprefeito da Moóca, responsável por implementar tal projeto, disponível em: <<http://www.eduardoodloak.com.br/realizacoes/resgate-do-espaco-publico-a-nova-cara-do-largo-da-concordia>>. Consultado em ago. 2016.

Figura 45: Teatro Colombo, construído no local do antigo Mercado do Largo da Concórdia, 1952.
Fonte: Casa da Imagem.

Figura 46: Incêndio do Teatro Colombo, 1966.
Fonte: Acervo do jornal O Estado de São Paulo.

13/08/1891, PÁGINA 3

• EDIÇÃO NACIONAL

Figura 47: Menção ao “Novo Mercado do Riachuelo” em notícia do dia 13 de agosto de 1891.
Fonte: Acervo do jornal O Estado de São Paulo.

14/08/1892, PÁGINA 5

• EDIÇÃO NACIONAL

Figura 48: Menção ao Mercado do Riachuelo em funcionamento em notícia do dia 14 de agosto de 1892.
Fonte: Acervo do jornal O Estado de São Paulo.

2.2.8. Mercado do Largo do Riachuelo

A existência de um mercado no Largo do Riachuelo ainda não está devidamente esclarecida. Silva (2008, p. 71) afirma que “em 1892 foi inaugurado o mercado do Largo do Riachuelo (depois Largo da Concórdia) no Brás”. Já Campos (1997, p. 328) localiza este largo como sendo o “antigo (largo do) Bexiga”. Riachuelo é também o nome de uma rua⁷², que anteriormente chamava-se Rua da Casa Santa (Campos, 1997, p. 771).

Giordano (2006, p. 58), apresenta detalhe de planta da cidade datada de 1877, onde se observa a posição do Largo do Riachuelo e Ponte do Riachuelo na região do Bexiga. No entanto, refere-se, tal como Silva (2008), ao fato de que o Mercado do Largo do Riachuelo estaria, na verdade, no Largo da Concórdia, haja vista mudança de nome deste logradouro (Giordano, 2006, p. 139), e estabelece o conjunto formado entre este mercado, mais os mercados 25 de Março e São João, como os centros de abastecimento da cidade em fins do século XIX.

Os detalhes 44 a 48, das plantas de 1890 e 1893, demonstram que a nomenclatura dos logradouros já estava consolidada neste período. Pode-se afirmar que, de fato, ao se mencionar Largo do Riachuelo, na última década do século XIX, estar-se-á

72 Esta Rua Riachuelo já apareceu indicada neste trabalho, quando se tratou da formação do primeiro anel viário perimetral da cidade. Gonçalves (2016, p. 69), ao transcrever a lei que criou o bairro da Bela Vista (Lei nº 1.242 de 1910), também permite que se localize o Largo do Riachuelo na região do Bexiga.

Detalhe 46: Localização do Largo da Concórdia em planta de 1893

Detalhe 47: Localização do Largo do Riachuelo em planta de 1893.

Detalhe 48: Legenda da planta de 1893 indicando no item 25 "mercado" Riachuelo.

Reforçando esta hipótese, qual seja, de que o Mercado da Concórdia e o Mercado do Riachuelo foram dois mercados diferentes, Giordano (2006, p. 140) traz um parecer⁷⁷ de 1898, do Intendente de Polícia e Higiene do município, onde este afirma estarem os três mercados da cidade (25 de março, São João e Largo da Concórdia) "com todos os seus compartimentos alugados e em condições de prosperidade (...)". Ao passo que, ao mencionar a inauguração do mercado de tropeiro (mercado dos Caipiras) anexo ao 25 de março, diz que "a intendência de Obras mandou construir aproveitando o material do antigo mercado do largo do Riachuelo".

Desta forma, supõe-se que as proximidades do pouso do Bexiga, lugar de mercado que já esteve associado ao abastecimento de carne, abrigou também um mercado coberto, que funcionou por algum período entre os anos 1892 e 1898. Contudo, caberá, ainda, uma investigação mais detalhada para resolver este impasse.

⁷⁷ Relatório do Intendente da Polícia e Higiene, 1898. In: A Secretaria de Higiene e Saúde da cidade de São Paulo: história e memória, documentos comemorativos de quadragésimo aniversário. p.66, 67. in: Giordano, 2006, p. 140, 141.

2.2.9. Mercado de Pinheiros

O primeiro mercado oficial de Pinheiros foi criado, conforme já mencionado, em 1909⁷⁸. O prefeito era Antônio da Silva Prado, e a lei traz no seu artigo 1º que para este mercado serão aplicadas as mesmas taxas do “Mercado de Tropeiros” que, conforme explicitado anteriormente, trata-se do Mercado dos Caipiras, anexo ao Mercado 25 de Março.

Era um mercado não apenas alimentício, mas que poderia comercializar materiais de construção e instrumentos agrícolas, conforme indica a norma de 1909. Tendo em vista que nesta data, Pinheiros ainda era uma povoação pequena e distante da cidade (Amaral, 1985, p.91), faz sentido definir o mercado como centro de abastecimento para toda a sorte de produtos necessários à vida na região.

Segundo Reis Filho (1994, p. 123), neste mesmo ano o bairro foi ligado ao centro pela primeira linha de bondes elétricos da Light, que chegava à região pela Rua Teodoro Sampaio. Deaecto (2002), afirma que este tronco ferroviário é um dos dois principais eixos de confluência de produtos agrícolas produzidos nos arredores da cidade, sendo o outro, a ligação do centro com a Penha.

Mapa 14: Planta Geral da Capital de São Paulo, 1897.
Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo.

Mapa 15: Planta da Cidade de São Paulo, 1913b.
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁷⁸ Lei nº 1.240, de 20 de setembro de 1909.

Figura 49: Interior do Mercado antigo de Pinheiros, sem data. Fonte: Acervo Faculdade de Saúde Pública da USP.

O terreno para sua construção foi uma doação de um casal de moradores do bairro, Pedro Christie do Nascimento e Maria Francisca de Oliveira, em escritura datada de 7 de dezembro de 1909 (Amaral, 1985, p. 92). Tratava-se de um terreno com 4.842 m², parte da chácara do casal, localizada em frente a Capela dos Pinheiros.

Tal terreno tinha frentes para as Ruas Cardeal Arcoverde e Teodoro Sampaio, e as outras duas faces fazendo divisas para terrenos de propriedade do casal doador. Os detalhes ao lado, permitem observar a conformação do bairro de Pinheiros, partindo do caminho que levava ao centro de São Paulo, e a localização do mercado nesta estrutura urbana.

O regulamento do Mercado foi publicado em Julho de 1910⁷⁹, e a inauguração, segundo Reis Filho (1994, p. 123), se deu a 10 de agosto deste mesmo ano. Ainda segundo Reis Filho, a toponímia do Largo da Batata é remanescente deste momento, e os produtos comercializados vinham da região do vale do Rio Pinheiros e municípios vizinhos, como Itapecerica, Embu e Cotia.

A pesquisa iconográfica revelou que o mercado era um grande pátio murado, com pavilhões de madeira, confirmando descrição de Reis Filho (1994, p. 123), e também de alvenaria de tijolos, onde os produtos eram comercializados de forma rústica, talvez à semelhança do Mercado dos Caipiras (anexo do Mercado 25 de Março).

Detalhe 49: Local do Mercado antigo de Pinheiros em planta de 1897.

Detalhe 50: Local do Mercado antigo de Pinheiros em planta de 1913b.

Detalhe 51: Local do Mercado antigo de Pinheiros em planta de 1930.

79 Acto nº 361, de 28 de julho de 1910.

Centro de Memória
da Saúde Pública

Figura 50: Banca no Mercado antigo de Pinheiros, sem data. Fonte: Acervo Faculdade de Saúde Pública da USP.

Em 1917, foi publicada norma⁸⁰ autorizando a “montagem de todo o material aproveitável do antigo mercadinho de S. João, no local onde funciona o mercado rural de Pinheiros (...)”. No entanto, não se encontrou comprovação deste reaproveitamento.

O nome desta região guarda, ainda hoje, a influência da localização do mercado. Em 1927 foi fundada a “Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata em Cotia S.A”. Esta adquiriu terreno com 10.000m², em frente ao Mercado de Pinheiros, para instalação do seu depósito (Amaral, 1985, p. 102). Embora seja, evidentemente, uma iniciativa privada, a instalação do depósito nas proximidades do mercado não der ter sido mero acaso, tendo este conjunto, formado um complexo de abastecimento.

O mercado continuou funcionando até o momento em que foi removido para dar lugar à Avenida Faria Lima, cuja obra na região do Largo da Batata teve início na segunda metade da década de 1960. O Plano Urbanístico Básico⁸¹ (1968, p. 374, v.5) indica que na época de sua elaboração, já estava em andamento o projeto de novas instalações para o atual Mercado de Pinheiros, o qual será apresentado mais adiante.

Nos detalhes ao lado, vê-se a substituição do mercado antigo e dois momentos sucessivos do Largo da Batata, antes e depois da requalificação, iniciada em 2007.

80 Lei nº 2.052, de 10 de fevereiro de 1917.

81 São Paulo. Grupo Executivo de Planejamento.. Plano urbanístico básico. S.l., Grupo Executivo de Planejamento, 1968. 6v. caderno 5.

Detalhe 52: Local do Mercado antigo de Pinheiros em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 53: Local do Mercado antigo de Pinheiros em ortofoto de 2004.

Detalhe 54: Local do Mercado antigo de Pinheiros em imagem de satélite de 2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO
ENTREPOSTO DE PINHEIROS

Figura 51: Planta do Mercado antigo (Entrepósito) de Pinheiros.
Fonte: AMARAL, 1985.

2.2.10. Mercado Anhangabaú

O Mercado São João funcionou até 1914, quando foi desmontado para remodelação da Avenida São João e Vale do Anhangabaú. No seu lugar foi construída uma praça, em cujo centro foi instalado o Monumento a Verdi. Hoje em dia este local, bem em frente ao edifício dos Correios no Vale do Anhangabaú, não possui nenhuma referência ao mercado, à praça ou ao Monumento. Este último foi reinstalado em local bastante escondido, ao lado de uma das escadarias que conectam o vale à Rua Líbero Badaró

Os comerciantes do antigo Mercado foram deslocados para um novo, na Rua Anhangabaú, não muito distante do local anterior, instalado em baixo do Viaduto Santa Ifigênia. Os textos consultados na pesquisa bibliográfica dão a entender que a estrutura do São João foi desmontada e reaproveitada para as novas instalações, no baixio do viaduto.

Contudo, fotografias encontradas no acervo da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, permitem ver que a nova estrutura não tem semelhanças com o mercado metálico original. Foram poucas as fotografias encontradas em outros acervos, e vemos nos detalhes ao lado, que não houve representação deste mercado em cartografias. Sendo encarado, aparentemente, como uma instalação provisória.

Detalhe 55: Local do Mercado Anhangabaú em relação ao do antigo São João. Planta de 1916.

Detalhe 56: Local do Mercado Anhangabaú em relação ao do antigo São João. Planta de 1929.

Detalhe 57: Local do Mercado Anhangabaú em relação ao do antigo São João. Ortofoto de 2004.

A pesquisa da Legislação Municipal trouxe que tal mercado na Rua Anhangabaú já estava em pauta desde 1908⁸². Outro dado importante, e que também sugere que a estrutura do antigo mercado metálico não foi utilizado no Mercado Anhangabaú, é a lei de 1917, mencionada a pouco, sobre o reaproveitamento do material procedente do mercado São João para uso no Mercado de Pinheiros.

O terreno para instalação do mercado foi definido em 1910⁸³, e sua construção autorizada em 1914⁸⁴. O artigo 3º desta última norma, já define que “as armações e instalações metálicas do mercado de S. João serão removidas e adaptadas, si ainda forem aproveitáveis, no local onde funciona o mercado de Pinheiros (...)”.

Considerando que as estruturas metálicas, podiam ser divididas e montadas de forma independente, é possível que as estruturas do Mercado São João tivessem sido usadas nos dois mercados, conforme indica Vargas (2017), sobre fato semelhante ocorrido na cidade de Fortaleza⁸⁵.

Reis Filho (1994, p. 122) estabelece que o mercado funcionou neste local por cerca de dez anos, ou seja, por volta de 1924.

82 Lei nº 1.083, de 30 de abril de 1908.

83 Lei nº 1.326, de 1 de junho de 1910.

84 Lei nº 1.814, de 23 de setembro de 1914.

85 A cidade de Fortaleza recebeu seu terceiro mercado, inaugurado em 1886, em estruturas metálicas e, posteriormente, teve sua estrutura dividida em duas, dando origem a dois novos mercados: o de Pinhões e o de Aerolândia.

Na página anterior:

Figura 52: Fachada do Mercado Anhangabaú, localizado em baixo do viaduto Santa Ifigênia, sem data.

Fonte: Acervo Faculdade de Saúde Pública da USP.

Figura 53: Cobertura do Mercado Anhangabaú, 1920.

Fonte: Casa da Imagem.

Na página seguinte:

Figura 54: Açougue no Mercado Anhangabaú, sem data.

Fonte: Acervo Faculdade de Saúde Pública da USP.

Contudo, pela existência de norma datada de 1933⁸⁶, que menciona, no seu artigo 89 “os atuais locatários dos Mercados da Rua 25 de Março e Anhangabaú (...)”, conclui-se que o mesmo ainda estava em atividade no início da década de 1930.

Reis Filho (1994, p. 123) também destaca que, mesmo após o encerramento do mercado, a Rua Anhangabaú (hoje inexistente, cujos antigos lotes são parte do leito da Avenida Prestes Maia) caracterizou-se pela existência de “uma série de lojas com salsicharias e produtos comuns nos mercados, bem como alguns dos melhores restaurantes da época (...), era a gastronomia dos imigrantes que se impunha.”

De todo o exposto, pode-se compreender que, mesmo sendo tratado como mercado provisório, criou no seu entorno uma concentração comercial voltada ao ramo alimentício, mas, que também se viu engolida pelo incessante processo de “modernização” do centro da cidade.

Figura 55: Rua Anhangabaú vista do Viaduto Santa Ifigênia. À esquerda é possível ver parte do Mercado Anhangabaú, 1918. Fonte: Acervo do jornal O Estado de São Paulo.

⁸⁶ Ato nº 415, de 9 de fevereiro de 1933.

Mapa 16: Mercados Públicos em São Paulo até início do século XX.

- 1 - Mercado 25 de Março
- 2 - Mercado de Verduras
- 3 - Largo do Mercadinho
- 4 - Matadouro Vila Mariana
- 5 - Mercado São João
- 6 - Mercado do Riachuelo
- 7 - Anexos do Mercado 25 de Março
- 8 - Mercado do Largo de São Paulo
- 9 - Mercado de Santo Amaro
- 10 - Mercado do Largo da Concórdia
- 11 - Mercado de Pinheiros
- 12 - Mercado Anhangabaú

Fonte: Mapa adaptado pelo autor com base em cartografia de 1916.

3. Rede de Mercados Públicos de São Paulo: histórico e caracterização

Compondo o sistema de abastecimento da cidade de São Paulo, voltada para o atendimento ao consumidor, identificam-se dois tipos de rede de equipamentos; mercados a céu aberto (Feiras Livres) e mercados cobertos (Mercados Municipais), cuja diferença se manifesta pela apropriação do tempo e do lugar.

No estudo desses mercados atuais, a intenção de recuperar a sua história se torna importante, tendo em vista que são poucos os estudos que se dedicaram a entender a relação destes espaços de mercado com o funcionamento da cidade e com desenvolvimento urbano, considerando seu papel no abastecimento. Nesse processo de entendimento, dois espaços principais foram identificados: as feiras livres e os edifícios de mercados municipais.

Os primeiros, formam, em 2016⁸⁷, uma rede de 878 Feiras Livres, sendo 7 exclusivas para produtos orgânicos. Cobrem de forma relativamente homogênea a superfície urbanizada do Município. Já os mercados municipais são em número de 16, distribuídos de forma mais concentrada e menos periférica.

87 Informação disponível em:
http://www9.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/sdte/pesquisa/feiras/lista_completa.html
<27.10.2016>

3.1. As feiras livres

As feiras têm como marco inicial o *Acto* nº 710, de 25 de Agosto de 1914, e eram chamadas “Mercados Francos”. Os primeiros destes mercados estabeleceram-se nas Praças General Osório, Senador Moraes de Barros, São Paulo, além da Rua São Domingos e Largo do Arouche, através do *Acto* nº 717 de Setembro do mesmo Ano. Cabe ressaltar que a Praça São Paulo, antes Largo São Paulo, já era ponto conhecido no abastecimento da cidade, haja vista ter abrigado uma Praça de Mercado, conforme visto no capítulo anterior.

A criação de Mercados Francos segue para além da região Central, chegando no ano de 1920 à Santana, Lapa, Cambuci e Ipiranga. Apenas como curiosidade, no *Acto* nº 1553 de 1921 aparecem as expressões “mercados livres” e “feiras”, sendo a primeira utilizada nos anos seguintes para designar tal equipamento, substituindo “mercados francos”.

Apenas no Ato nº 624, de 1934 é que tais designações fundem-se e a denominação “feira livre” passa a ser utilizada. Com este Ato, complementado pelo Ato 625 também de 1934, ocorre a ampliação do rol de produtos que poderiam ser comercializados nas Feiras, em comparação ao *Acto* 710 de 1914.

Figura 56: Feira livre na Avenida Tiradentes, sem data.
Fonte: Acervo Faculdade de Saúde Pública da USP.

No lugar da destinação exclusiva a gêneros alimentícios, itens como floricultura e pequena criação passaram a ser plenamente aceitos e objetos de uso doméstico poderiam ser permitidos a juízo da Prefeitura.

A partir desta normativa, a criação de novas feiras ficou a cargo da Intendência Geral de Mercados, e não mais restrita a Atos do próprio Prefeito, o que contribuiu para uma maior agilidade na expansão dessa rede de equipamentos. Tal Intendência foi criada em 1932 e será melhor definida no decorrer desta dissertação.

Sobre aspectos físicos, pode-se destacar a singeleza de tal equipamento. Uma vez que apenas utiliza-se de um trecho de logradouro público, num horário restrito e, na grande maioria dos casos, apenas uma vez por semana. Não é necessário a adequação e ou manutenção de qualquer imóvel, todos os equipamentos e barracas que compõem a estrutura da feira pertencem aos próprios feirantes. Dessa forma cabe à administração municipal apenas a definição e regulamentação do uso de determinado trecho das vias envolvidas.

Estas características são destacadas pela própria administração Municipal⁸⁸ em sua página de internet, quando menciona o “Know-How” adquirido pela Prefeitura de São Paulo na instalação de Feiras e pontua como suas características “a funcionalidade,

88 Informação disponível em:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/feiras_livres/index.php?p=6637 <27.10.2016>

organização e baixo custo de implantação”.

No entanto, houve momentos em que se tentou dar maior suporte aos feirantes e munícipes. Temos o exemplo de uma Feira coberta, instalada entre as Ruas Amália de Noronha e Galeno de Almeida, figura 57. Este terreno não mais existe, estando na posição em que hoje passa o corredor das Avenidas Paulo VI e Sumaré.

O Plano Urbanístico Básico traz a descrição das chamadas “Feiras Modernas”, programa em andamento naquela época pela Secretaria de Abastecimento que visava instalar feiras em áreas centrais, com locais específicos para tal fim, cobertas, e de forma que liberassem a via pública a fim de eliminar “os inconvenientes causados pela feira, de prejuízo ao tráfego de veículos e as condições higiênicas da venda de produtos”⁸⁹. Menciona também que a primeira destas foi instalada sob o viaduto Alcântara Machado, Mooca. É neste contexto que se enquadra a feira na região da Sumaré, apresentada acima.

Este mesmo Plano apresenta dados importantes sobre o funcionamento das feiras à época de sua elaboração, ou seja, segunda metade da década de 1960. Contabilizou um total de 468 feiras em funcionamento, sendo que cada uma delas servia a uma população aproximada de 10.000 pessoas, tendo um raio de atendimento de 600 m⁹⁰.

89 São Paulo. Grupo Executivo de Planejamento.. Plano urbanístico básico. S.l., Grupo Executivo de Planejamento, 1968. 6v. caderno 5, p. 373-374.

90 Idem., p. 368.

Figura 57: Feira Coberta na Avenida Dr. Arnaldo, 1971.
Fonte: Casa da Imagem.

Quanto a relevância das feiras livres para o mercado varejista, à época verificou-se que mais de 80% dos consumidores recorriam a elas para compras de frutas, verduras e legumes. Quanto às compras de cereais e batatas, dividiam a preferência com pequenos estabelecimentos varejistas (armazéns, quitandas, açougues, peixarias, casas de aves e ovos)⁹¹. Os supermercados e os mercados municipais tinham pouca representatividade no conjunto.

Na década de 90, dois projetos de Lei foram apresentados com o intuito de equipar melhor as feiras. O primeiro, PL nº 124/1990, visou criar estacionamento para os consumidores das feiras, em quarteirões adjacentes ao local da realização destas. O segundo, PL nº 447/1996, previa confinar em locais adequados as feiras que ocorriam na área central do município e dispor ao redor de praças públicas aquelas que ocorriam fora deste perímetro. Aquelas que fossem confinadas, deveriam ser atendidas por cabines sanitárias.

Ambos os projetos não tiveram prosseguimento, mas demonstram tentativas de estruturar melhor estes equipamentos tão importantes ao abastecimento da cidade. Contudo, tais propostas acarretariam em maiores custos de instalação e manutenção, prevalecendo até hoje o pragmatismo e agilidade, proporcionados pela singeleza das feiras, como equipamentos públicos, à administração Municipal.

91 Idem. p. 369, 370.

Revisões da normativa de funcionamento das Feiras Livres foram feitas em 1948 (Lei 3.708), 1971 (Decreto 9.662), 1986 (Decreto 22.498), 1988 (Decreto 25.545) e 2007 (Decreto 48.172), sem, no entanto, sofrer alterações significativas no seu funcionamento. Podemos então supor que foi mantido um contínuo interesse por tal equipamento, e tendo em vista o atual quantitativo e distribuição delas pela cidade, que as mesmas mantiveram-se relevantes na função de abastecimento a que foram destinadas desde o início do século XX.

Reis Filho (1994), considera que as feiras são a única forma de comércio que resiste aos supermercados. No entanto, como lembra Vargas (1993), as feiras livres são formas de abastecimento que respondem a baixas densidades, ocorrendo uma vez por semana em cada local, como os mercados periódicos da Idade Média, neste caso mais esporadicamente (Vargas, 1992). Assim, os supermercados não oferecem concorrência pois não se instalarão em locais onde o número de consumidores não os viabilizem, economicamente falando.

Apesar da inegável importância das Feiras e a grande abrangência dessa rede por todo o território da cidade, os mesmos aspectos que lhes conferem facilidade de instalação, também acarretam baixo impacto no seu entorno imediato.

Figura 58: Feira no Distrito de Santana em 2016.
Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 59: Feira no Distrito de Santana em 2016.
Fonte: Acervo Pessoal.

Mapa 17: Total de Feiras Livres no Município de São Paulo.

Fonte: Mapa adaptado pelo autor com base em cartografias do IBGE, da Prefeitura do Município de São Paulo – Portal Gestão Urbana e imagem de satélite Google Maps, 2016.

Uma vez que são equipamentos que implicam alterações mínimas do ambiente físico, são fáceis de instalar, mas também fáceis de extinguir. A dinâmica da cidade é facilmente assimilada pelas feiras, enquanto novas são criadas, em atendimento a demandas de locais de fraco abastecimento, e quase sempre mais periféricos, outras mínguem até o completo encerramento por motivos dos mais diversos (Alves, 2010).

Entre estes motivos, podemos citar: o adensamento demográfico que viabiliza outros equipamentos varejistas, tornando as feiras desnecessárias; a mudança de uso do residencial para o terciário, cujas demandas são de outra ordem, acabando por funcionar como local de alimentação, onde destaca-se a oferta do famoso pastel de feira.

De qualquer forma, as feiras têm resistido e tem prestado um enorme serviço no abastecimento da cidade de São Paulo. Considerada como uma atividade de geração de emprego e renda para os feirantes, elas permanecerão enquanto houver consumidores que as viabilizem.

3.2. Os mercados municipais

Os mercados municipais constituem-se fisicamente em edifícios de grande porte, cujo funcionamento cotidiano rebate-se fortemente na dinâmica urbana do seu entorno. São mais custosos para instalar e manter, e sofrem oscilações no seu funcionamento, diante de mudanças da dinâmica urbana da área em que se inserem.

Se na São Paulo deste início de século XXI, as feiras livres parecem não levantar suspeitas sobre seu papel no abastecimento da cidade, os mercados não dispõem do mesmo consenso. Neste ano de 2017, estes totalizam dezesseis mercados, construídos em diversos momentos ao longo do século XX, respondendo a contextos econômicos e sociais diferentes.

Para dar conta de analisar os mercados na sua inserção urbana, diante de uma heterogeneidade evidente, toma-se como ponto de partida uma organização cronológica, buscando-se entender o processo de implantação da rede, suas motivações e o contexto urbano que os originou.

Como complemento a esta organização cronológica, será apresentada uma avaliação de como contextos específicos refletiram-se na arquitetura desses mercados. Ficará para a seção final uma avaliação do conjunto, evidenciando as correlações e contrastes entre os diferentes mercados, objetivando chegar a uma classificação de

acordo com a situação urbana experimentada por tais equipamentos na atualidade.

Os dezesseis mercados existentes na cidade de São Paulo são: Mercado Municipal Paulistano (1933), Mercado Municipal Kinjo Yamato (1936), Mercado Municipal da Lapa (1954), Mercado Municipal de Santo Amaro (1958), Mercado Municipal de São Miguel Paulista (1967), Mercado Municipal do Tucuruvi (1969), Mercado Municipal de Pinheiros (1971), Mercado Municipal da Penha (1971), Mercado Municipal de Vila Formosa (1971), Mercado Municipal de Pirituba (1972), Mercado Municipal do Ipiranga (1975), Central Leste de Abastecimento (1988), Mercado Municipal de Guaianases (1989), Mercado Municipal de Sapopemba (1989/2000), Mercado Municipal Teotônio Vilela (1991/2006), Central de Abastecimento do Pátio do Pari (2013).

O primeiro período proposto vai de 1920 a 1947. Toma como pontos delimitantes a publicação da lei que autorizou a construção do novo mercado Municipal na várzea do Carmo⁹², atualmente conhecido como “Mercadão” ou, simplesmente “Mercado Municipal de São Paulo”, e a publicação do decreto que regulamentou os “Mercados Distritais”⁹³.

O segundo período vai de 1947 a 1986. Parte do marco que finaliza o período anterior, até o decreto que reestabelece a Secretaria Municipal de Abastecimento⁹⁴. O terceiro e último período tratado, vai desse decreto de 1986 até os dias atuais (primeiras décadas do século XXI).

92 Lei nº 2.346, de 4 de Dezembro de 1920.

93 Decreto nº 1.029, de 18 de Novembro de 1947.

94 Decreto nº 21.845, de 03 de Janeiro de 1986.

3.2.1. Fase de transição – 1920 a 1947

Dessa fase inicial, continuam em funcionamento o Mercado Municipal Paulistano, também conhecido como Mercadão e o Mercado Municipal da Cantareira – Kinjo Yamato. Trata-se de um período ainda muito relacionado à época dos primeiros mercados cobertos, tratados no capítulo anterior.

Assume-se como momento de transição, numa confrontação ao período dos primeiros mercados cobertos, tratados no subcapítulo anterior. É o momento de substituição dos antigos mercados 25 de Março e Anhangabaú, por um novo equipamento, mais adequado às expectativas e decoro da época.

Geraldo Gomes Silva nos traz no seu livro “Arquitetura do ferro no Brasil” a seguinte notícia de 12 de Outubro de 1922, com a descrição do novo Mercado Municipal em comparação ao Mercado São João:

“Não é um simples galpão utilitário, com feição fabril ou de armazém aduaneiro, mas sim um conjunto architectonico expressivo e digno da cidade a mais civilizada do mundo, projecto que honra os seus executores e architectos.”⁹⁵(1922 apud SILVA, 1988, p. 198).

95 Artigo publicado na revista *Ilustração Brasileira* do Rio de Janeiro, sob o título “Os Mercados de São Paulo” em 12 de outubro de 1922.

O Mercado São João, que aparece como referência na notícia, tratava-se, na verdade, do Mercado Anhangabaú. Conforme vimos no capítulo anterior, em 1914 foi dada a autorização para a construção deste último, com vias a substituir o primeiro, demolido devido às obras de urbanização em curso no Vale do Anhangabaú.

Já o Mercado 25 de Março, até então o grande mercado público da cidade, viria a ser demolido, junto com seus anexos, Mercado dos Caipiras e Mercado de Peixes. Este complexo, para além do comércio varejista, desempenhava função de Entrepasto. O novo Mercado Municipal não absorveu totalmente estas funções, e para tal, foi criado um novo Entrepasto Municipal, bem em frente ao grande edifício eclético. Tratava-se do atual Mercado Kinjo Yamato, sobre o qual discorreremos mais a frente.

Outros acontecimentos marcantes deste período foram a regulamentação dos mercados particulares⁹⁶, criação da Intendência Geral de Mercados⁹⁷ e a reorganização da estrutura administrativa Municipal⁹⁸. Cabe também mencionar uma primeira tentativa de se construir um mercado na Penha. Com lei⁹⁹ de 1936, o então prefeito Fabio da Silva Prado obteve autorização para construir um mercado municipal no distrito da Penha. No entanto, o texto leva a entender que ainda não havia um local reservado para tal, muito menos um projeto.

96 Ato nº 289, de 30 de dezembro de 1931 e Ato nº 377, de 29 de julho de 1932.

97 Ato nº 367, de 11 de julho de 1932 e Ato nº 414, de 8 de fevereiro de 1932.

98 Decreto-Lei nº 333, de 27 de dezembro de 1945 e Decreto-lei nº 430, de 8 de julho de 1947.

99 Lei nº 3.546, de 11 de dezembro de 1936.

Não se pôde comprovar que tal empreitada fora adiante, no entanto, chamar a atenção para tal evento tem por finalidade demonstrar que a pauta do abastecimento da cidade, continuava presente, mesmo após poucos anos da inauguração do grande Mercado da cidade, e mais, demonstrando uma pretensão de se levar tal equipamento até os núcleos urbanos afastados do centro.

Cabe, ainda, ressaltar que sendo momento de transição, dois mercados antigos continuavam em funcionamento, o de Pinheiros e o de Santo Amaro. Ambos já apresentados no subcapítulo anterior e cuja substituição por novos equipamentos será tratada mais adiante.

3.2.1.1. Mercado Municipal Paulistano

Verificou-se que desde o ano de 1913, havia a intenção de se construir um novo Mercado Central para a cidade, em substituição ao Mercado 25 de Março. A lei nº 1.649¹⁰⁰ autorizou o Prefeito Raymundo Duprat a abrir concurso para escolha do projeto de um novo mercado, a ser construído na várzea do Carmo. O projeto deveria estar subordinado ao plano Bouvard, plano este que não ficava restrito à região do Vale do Anhangabaú, abrangendo também parte da várzea do Tamanduateí.

¹⁰⁰Lei nº 1.649, de 3 de março de 1913.

Este processo estava inserido num contexto de remodelação mais ampla de toda a Várzea, que para tal, impunha a demolição do antigo Mercado 25 de Março (REIS FILHO, 1994).

Em 1920¹⁰¹, foi autorizada a construção do edifício (atual Rua da Cantareira, 306, Distrito Sé). Para tal, seria necessária a aquisição de lotes da Companhia Várzea do Carmo, empresa criada para dar prosseguimento à urbanização da Várzea. Em 1924, o projeto já estava selecionado, empreitada vencida pelo escritório de Francisco de Paula Ramos de Azevedo. Discussões poderiam ser levantadas sobre a conjugação de interesses público-privados que permeiam toda esta iniciativa, uma vez que a formação da Companhia Várzea do Carmo possuía integrantes ligados ao próprio escritório de Ramos de Azevedo, porém, não é o escopo deste trabalho.

Temos então, a autorização para construção do edifício em 1924¹⁰², seguindo projeto já elaborado. Publicidade de 1925 da Companhia Parque da Várzea do Carmo, já demonstra a implantação do novo edifício, e dá destaque à conjugação deste equipamento com o sistema de transporte sobre trilhos, nomeadamente, uma estação de *Tramway* bem ao lado no grande Mercado. Sua construção se deu entre os anos de 1928 e 1933.

101Lei nº 2.346, de 4 de dezembro de 1920.

102Lei nº 2.779, de 17 de novembro de 1924.

Figura 60: Publicidade de 1922 da Cia do Parque da Várzea do Carmo, responsável pela construção do novo Mercado Municipal. Fonte: Acervo do jornal O Estado de São Paulo.

Figura 61: Publicidade de 1925 da Cia do Parque da Várzea do Carmo, já indicando a projeção do Mercado Municipal.
Fonte: Acervo do jornal O Estado de São Paulo.

Neste momento, a cidade vivia um contexto social, político e econômico referido em alguns textos como Belle Époque Paulistana, e neste contexto se enquadram a construção do Teatro Municipal, urbanização do vale do Anhangabaú, a própria remodelação da Várzea do Carmo, e uma série de outras obras, dentre as quais, o Mercado Municipal. Era a consolidação da imagem de uma cidade voltada a sua elite oligárquica, almejando uma projeção nacional, ou mesmo, internacional alinhada aos preceitos em voga na capital cultural do século XIX, Paris (CAMARGOS, 2013).

Deveria ter sido inaugurado em 1932, fato não confirmado em decorrência da Revolução Constitucionalista de 1932, momento que foi usado como depósito de munições¹⁰³.

Contudo, em 1932 foi criada a Intendência Geral de Mercados, com o Ato nº 367, de julho deste ano. A criação desta estrutura visava modernizar a administração dos equipamentos de abastecimento da cidade, haja vista que a normativa anterior fora elaborada em fins do século XIX.

No entanto, este marco legal não foi o único lançado com vias a esta modernização, tendo uma próxima etapa na esteira da inauguração do novo Mercado

¹⁰³Informação institucional da Prefeitura de São Paulo. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacoleas/unidades/mercados/index.php?p=4207>

Municipal, em 25 de Janeiro de 1933. Neste ano foi publicado seu regulamento¹⁰⁴, substituindo o *Acto* nº 11 de 1896, até então base legal do funcionamento dos mercados em São Paulo.

Esta norma de 1933 tratava também da transferência dos locatários dos mercados 25 de Março e Anhangabaú para o novo mercado. Outras normativas¹⁰⁵ desse mesmo ano, consolidam uma distinção entre a escala dos mercados existentes na cidade, sendo o mercado central tratado por Mercado Municipal, e os equipamentos existentes, ou a serem construídos nos bairros, Mercados Distritais. O antigo mercado de Pinheiros, passa a fazer parte deste último tipo.

Sobre o papel deste novo mercado para a cidade, é interessante avaliar a forma como Nestor Goulart o descreve em seu livro¹⁰⁶:

O mercado foi inaugurado no dia 25 de janeiro de 1933. Estabeleceu-se como o grande templo da gastronomia em São Paulo. O velho mercado reunia, como ainda reúne, todos os ingredientes de primeira qualidade, necessários para a organização de refeições de caráter especial. De início muito limpo, foi procurado durante décadas pelos gastrônomos, donos de restaurantes e pelas famílias de São Paulo, quando pretendiam organizar suas festas.

104Ato nº 415, de 9 de fevereiro de 1933.

105Ato nº 414, de 8 de fevereiro de 1933 e Ato nº 554, de 16 de dezembro de 1933.

106REIS FILHO, Nestor Goulart. São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos. São Paulo: Hucitec, 1994. pag 128.

Detalhe 58: Local do Mercado Municipal Paulistano em relação ao local do antigo mercado 25 de Março em planta de 1913.

Detalhe 59: Local do Mercado Municipal Paulistano em relação ao local do antigo mercado 25 de Março em planta de 1929.

Detalhe 60: Local do Mercado Municipal Paulistano em relação ao local do antigo mercado 25 de Março. Satélite de 2016.

Figura 62: Mercado Municipal Paulistano recém inaugurado, 1933.
Fonte: Casa da Imagem.

Figura 63: Vista aérea do Mercado Municipal Paulistano, 1965.
Fonte: Acervo do jornal O Estado de São Paulo.

Denota-se que seu papel ia além do abastecimento cotidiano, pois, produtos refinados poderiam ser aí encontrados. Estas características se alinham ao período relatado acima, da cidade construída para a elite, ainda que muito reduzida no período.

Talvez por isso não fora incorporado em seu programa toda a função de entreposto, que o antigo Mercado 25 de Março desempenhava. Sendo complementado nesta função pelo Entreposto Municipal da Cantareira, atual Mercado Municipal Kinjo Yamato, mencionado anteriormente.

Implantado num terreno com área¹⁰⁷ 22.850 m², o edifício tem área construída total de 18.170 m² (computando-se os anexos), sendo 7.270 m² a área atualmente destinada aos permissionários, e pé-direito que chega a 16 metros. O complexo formado por este Mercado e o Entreposto, foi o principal centro de abastecimento da cidade até a criação do Ceasa (atual Ceagesp), na década de 60¹⁰⁸.

O declínio sofrido após a inauguração deste último foi tal, que o Plano Urbanístico Básico¹⁰⁹ recomendou seu fechamento, devido às dificuldades de operação decorrentes de sua localização. Define também a necessidade de uma nova Central de Abastecimento em área de 2.000.000 m² na Zona Leste, complementando o funcionamento do Ceasa.

107No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

108Dado da Supervisão Geral de Abastecimento, Prefeitura de São Paulo, 2014.

109São Paulo. Grupo Executivo de Planejamento.. Plano urbanístico básico. S.l., Grupo Executivo de Planejamento, 1968. 6v. caderno 5, p. 363.

A transposição do Plano à Prática não se deu da forma almejada por tais técnicos e, tendo mantido seu uso, é interessante notar que o mercado ainda é importante para o abastecimento no atacado, funcionando durante a madrugada. A conformação e plena atividade da chamada “Zona Cerealista”¹¹⁰ nas imediações do mercado, é indicador de seu papel, ainda presente, como centralidade de abastecimento.

Em 2004, após passar por ampla reforma e requalificação, foi inaugurado um mezanino de 2.000 m² ¹¹¹, que funciona como polo gastronômico e abriga um conjunto de restaurantes e praça de alimentação. Atualmente, encontram-se no mercado 268 permissionários¹¹², sendo 37% destes, dedicados ao ramo¹¹³ hortifrutícola.

Ainda abordando os ramos¹¹⁴ de atividade presentes no mercado, é interessante atentar no gráfico e na tabela correspondente, que apenas três, dos 25 ramos em atividade¹¹⁵, ocupam mais da metade da área disponível.

110 Conjunto de armazéns e empórios localizados ao longo do eixo formado pela Avenida Mercúrio e Rua Santa Rosa.

111 Dado da Supervisão Geral de Abastecimento, Prefeitura de São Paulo, 2014.

112 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

113 No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

114 A definição completa dos ramos de atividade permitidos nos mercados municipais, estão disciplinados na Portaria 51 de 2012 da ABAST/SMSP. (Departamento de Abastecimento/Secretaria Municipal das Subprefeituras – Município de São Paulo.

115 A Portaria 11, de 26/04/2011 (Cosan), estabelece 47 ramos de atividade nos mercados municipais.

Figura 64: Vista interna do Mercado Municipal Paulistano, 1966.
Fonte: Folhapress.

Figura 65: Vista interna do Mercado Municipal Paulistano, 1994.
Fonte: Acervo do jornal O Estado de São Paulo.

Figura 66: Vista interna do Mercado Municipal Paulistano, 2016.
Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 67: Vista interna do Mercado Municipal Paulistano, 2016.
Fonte: Acervo Pessoal.

Estes são: Hortifrutícola, 27%; Restaurantes, 17%; e Empório, 13%. Pela análise da distribuição de permissionários, tem-se os hortifrutícolas já mencionados com 37 %, que junto aos do ramo de Empório (11%), e Açougue (7%), ultrapassam a metade do total de permissionários atuantes no mercado.

Do ponto de vista da inserção urbana, se configura como edifício isolado, ocupando toda uma quadra. Nas laterais, configuram-se praças de acesso com estacionamento público. Na frente que dá para a Avenida do Estado, os acessos de serviço e docas. Já na frente da Rua da Cantareira não há recuo entre o edifício e a calçada, estabelecendo-se uma permeabilidade grande entre interior e exterior através de nove aberturas, sendo maiores as duas que se encontram na base dos torreões.

O mercado funciona todos os dias da semana, sendo de segunda a sábado em dois períodos. O diurno, das 6 às 17 horas, e o noturno, das 22 às 6 horas.

Já aos domingos, funciona das 6 às 16 horas. O período noturno é reservado ao comércio atacadista, permitindo considerar que apesar da existência do Ceagesp, que passou a exercer o papel de entreposto central de toda Região Metropolitana de São Paulo (Romero, 2006, p. 57), este mercado não perdeu completamente seu papel nesta área do abastecimento atacadista.

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissionários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	99	1.955	36,9%	26,9%
2	Empório	31	1.010	11,6%	13,9%
4	Mercearia	13	368	4,9%	5,1%
5	Restaurante	9	1.258	3,4%	17,3%
6	Acougue	20	477	7,5%	6,6%
7	Lanchonete	19	449	7,1%	6,2%
8	Frios e laticínios	12	356	4,5%	4,9%
10	Peixaria	17	327	6,3%	4,5%
11	Avícola	5	84	1,9%	1,2%
12	Rotisseria	3	64	1,1%	0,9%
13	Doçaria	6	126	2,2%	1,7%
16	Utilidades Domésticas	1	18	0,4%	0,2%
18	Padaria	1	66	0,4%	0,9%
19	Adega	2	26	0,7%	0,4%
20	Empório Típico	7	250	2,6%	3,4%
21	Prestação de Serviços	2	42	0,7%	0,6%
23	Café	2	98	0,7%	1,3%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	6	31	2,2%	0,4%
25	Papelaria, Livraria e Revistaria	2	53	0,7%	0,7%
26	Restaurante Típico	1	57	0,4%	0,8%
30	Lanchonete Típica	5	84	1,9%	1,2%
31	Comércio Atacadista de Embalagens	1	13	0,4%	0,2%
33	Tabacaria	1	13	0,4%	0,2%
34	Casa de Suco	2	37	0,7%	0,5%
36	Entidade Assistencial	1	13	0,4%	0,2%
TOTAIS		268	7.274	100.0%	100.0%

Tabela 1: Perfil do Mercado Municipal Paulistano

Gráfico 1: Ocupação do Mercado Municipal Paulistano

Anel externo - área ocupada | Anel interno - permissionários correspondentes - Elaboração do autor com base em dados da COSAN

No entanto, não foi possível encontrar dados esclarecedores sobre sua atividade neste ramo. Faltam estudos específicos sobre o volume comercial, impacto financeiro, área de atendimento e perfil dos consumidores deste mercado. As informações institucionais existentes sobre afluxo de frequentadores semanais¹¹⁶ foram desconsideradas, tendo em vista os próprios gestores da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), órgão municipal responsável pela gestão dos equipamentos de abastecimento, não validarem tais dados.

Essas considerações são válidas para todos os mercados municipais, de tal forma que não se retornará ao tema, centrando-se o trabalho na exploração dos aspectos arquitetônicos e de inserção urbana, para além do perfil das atividades encontradas em cada um dos dezesseis mercados em funcionamento. Com isto espera-se, a despeito da ausência de dados econômicos, que se possa iniciar uma compreensão de qual o papel dos mercados na São Paulo contemporânea.

116Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacoloes/unidades/mercados/index.php?p=4207>

Detalhe 61: Local do Mercado Kinjo Yamato em planta de 1930.

Detalhe 62: Local do Mercado Kinjo Yamato em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 63: Local do Mercado Kinjo Yamato em imagem de satélite de 2016.

Figura 68: Fachada do Entrepósito Municipal, atual Mercado Kinjo Yamato, em notícia de novembro de 1936.
Fonte: Acervo do jornal O Estado de São Paulo.

3.2.1.2. Mercado Kinjo Yamato

O termo entreposto municipal já aparece na norma de 1933 que deu regulamento à Intendência Geral dos Mercados, mencionada anteriormente¹¹⁷. Contudo, apenas em 1935 foi promulgado o regulamento do Entrepósito Municipal de Gêneros¹¹⁸. Na sua leitura pode-se depreender que era um equipamento voltado ao abastecimento atacadista, de funcionamento ininterrupto, à exceção de pequenos intervalos para limpeza.

No momento de tal publicação, existiam dois entrepostos em funcionamento, um junto ao Mercado de Pinheiros e outro junto ao Mercado Municipal. É sobre este último que se discorrerá agora.

Localizado na Rua da Cantareira, 377, em frente ao então “novo Mercado Municipal”, foi inaugurado em 11 de novembro de 1936. Destinava-se à venda de verduras, legumes, aves, ovos, cereais e carvão, segundo notícia do dia 12 de novembro¹¹⁹. Foi construído num terreno com área¹²⁰ de 4.950 m², tendo três acessos e uma área construída total de 5.517 m².

¹¹⁷Acto nº 414, de 8 de fevereiro de 1933.

¹¹⁸Acto nº 888, de 8 de julho de 1935.

¹¹⁹O Estado de São Paulo. Quinta-feira, 12 de novembro de 1936.

¹²⁰No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

A notícia citada na página anterior foi bastante elogiosa quanto à arquitetura do edifício e um ponto interessante a destacar é que em nenhum momento cita-se que a estrutura metálica das coberturas foram reaproveitadas de uma antiga estação de bondes¹²¹. Este dado consta em diversas fontes mas até agora não foram encontrados dados mais precisos que corroborem esta versão. A única menção, ainda nesta notícia, de reutilização de materiais neste novo mercado, remete a um reaproveitamento oriundo do desmonte do antigo entreposto do Mercado 25 de Março.

Os termos Mercado Municipal da Cantareira e Mercado Municipal Kinjo Yamato para definir tal equipamento, aparecem em norma de 1988¹²². Do ponto de vista funcional, este mercado complementou o Mercado Municipal no abastecimento por atacado, conforme já mencionado.

Hoje em dia também atende ao varejo, mas segundo visão de um dos permissionários¹²³, é o comércio atacadista que ainda sustenta o funcionamento do mercado. Rennó (2006:42) descreve o mercado como uma “feira-livre coberta”, o que de fato é a impressão que se tem durante o dia.

121 Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacolos/unidades/mercados/index.php?p=4207>

122 Decreto nº 26.574, de 8 de agosto de 1988.

123 Claudio Yoshishigue Odo Júnior, permissionário que atualmente trabalha com o comércio em Atacado, mas cujos avós (José Odo e Yoriko Odo) encontram-se no “Kinjo” a mais de cinco décadas.

Figura 69: Interior do Mercado Kinjo Yamato, década de 1940.
Fonte: Casa da Imagem.

Figura 70: Interior do Mercado Kinjo Yamato, 1959.
Fonte: Folhapress.

Figura 71: Interior do Mercado Kinjo Yamato, 2016.
Fonte: Acervo Pessoal.

Mas é na madrugada que o papel de entreposto continua presente, fazendo desta região, que também abriga o Mercado Municipal Paulistano e o Entreposto do Pátio do Pari, (descrito mais adiante) um segundo polo de Abastecimento de todo o Município, a despeito das pretensões do Plano Urbanístico Básico¹²⁴, já mencionado.

Passou por uma reforma em 2007, momento em que foi retirado o asfalto que recobria o paralelepípedo original¹²⁵. Também foram acrescentadas coberturas translúcidas entre os pavilhões metálicos e o edifício perimetral, que tem estrutura de concreto. Com isto, o mercado que antes possuía ruas internas desprotegidas, converte-se em mercado coberto.

Atualmente abriga 111 permissionários¹²⁶, que ocupam uma área de 2.376 m² e se dividem em 14 ramos¹²⁷ de atividade. Quanto a estes últimos¹²⁸, observa-se no gráfico e na tabela correspondente, a absoluta predominância do setor hortifrutícola, ante os demais, chegando a 77% da área total disponível.

124 São Paulo. Grupo Executivo de Planejamento.. Plano urbanístico básico. S.l., Grupo Executivo de Planejamento, 1968. 6v. caderno 5, p. 363.

125 Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacoleiros/unidades/mercados/index.php?p=4207>

126 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

127 A Portaria 11, de 26/04/2011 (Cosan), estabelece 47 ramos de atividade nos mercados municipais.

128 No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissioários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	87	1849	78,4%	77,8%
2	Empório	2	27	1,8%	1,1%
4	Mercearia	2	56	1,8%	2,4%
7	Lanchonete	3	92	2,7%	3,9%
10	Peixaria	3	55	2,7%	2,3%
11	Avícola	1	30	0,9%	1,3%
12	Rotisseria	1	32	0,9%	1,3%
13	Doçaria	4	117	3,6%	4,9%
15	Produtos para Uso Animal	1	21	0,9%	0,9%
17	Floricultura	1	16	0,9%	0,7%
23	Café	2	36	1,8%	1,5%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	2	3	1,8%	0,1%
31	Comércio Atacadista de Embalagens	1	30	0,9%	1,3%
32	Condimentos Especiarias	1	16	0,9%	0,7%
TOTAIS		111	2377	100.0%	100.0%

Tabela 2: Perfil do Mercado Municipal Kinjo Yamato

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 2: Ocupação do Mercado Municipal Kinjo Yamato

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

Esta proporção é bastante próxima daquela que representa o total de permissionários envolvidos nesta atividade, 78% do total, demonstrando uma distribuição equitativa do espaço do mercado, sem ocorrência significativa de concentração de capital varejista. Quanto à inserção na quadra, ocupa integralmente o lote em que se situa e não dispõe de subsolo, com isso, não possui área de estacionamento. Funciona de segunda a sábado, num período único, das 3 às 15 horas.

Reforçando a constatação obtida pela análise do Mercado Municipal Paulistano, o complexo¹²⁹ formado com o Mercado Kinjo Yamato, parece manter relativa importância como entreposto municipal de abastecimento.

3.2.2. Fase de consolidação – 1947 a 1986

Este período representa o auge da instalação de mercados públicos em São Paulo, cujos exemplares que permanecem na cidade são o Mercado da Lapa, Santo Amaro, São Miguel, Penha, Pirituba, Pinheiros, Tucuruvi, Ipiranga, Vila Formosa. Temos neste arco temporal a consolidação dos mercados como equipamentos de bairro, compondo o rol dos serviços públicos essenciais para consolidação de centralidades locais.

¹²⁹Decreto nº 44.754, de 18 de maio de 2004.

Tendo em vista que muito esforço foi depreendido no abastecimento da região central da cidade, agora era o momento de lidar com a expansão acelerada da mancha urbana, e organizar de forma sistêmica o abastecimento alimentar de uma região muito maior, com uma população que passa de 2.198.096 habitantes em 1950, para 8.493.226 em 1980¹³⁰.

O marco que inicia esta fase é a promulgação do Decreto nº 1.029¹³¹ de 1947, que regulamentou os Mercados Distritais. Esta nomenclatura já havia aparecido nas normas de 1933, mencionadas anteriormente, contudo, só agora se consolidava as especificidades deste equipamento, de cunho mais local. Um dos pontos que ilustram esta condição, é a preferência de localização reservada aos lavradores e sociedades de produtores no interior dos mercados.

Os primeiros mercados a se enquadrarem nesta nova normativa são os da Lapa e de Osasco¹³². Data de 1950 a lei¹³³ que criou o Mercado Distrital da Lapa. Neste mesmo ano temos um projeto de lei¹³⁴, de autoria do então vereador Jânio Quadros, prevendo a construção de um Mercado Distrital em Osasco.

Pouco tempo após a inauguração destes dois mercados, ambos em 1954¹³⁵, temos

130Fonte: IBGE, Censos Demográficos e EMPLASA

131Decreto nº 1.029, de 18 de novembro de 1947.

132Osasco foi subdistrito do Município de São Paulo até 1962.

133Lei nº 3.908, de 1 de julho de 1950.

134Projeto de Lei nº 92 de 1950.

135O Mercado da Lapa deveria ter sido inaugurado em 24 de agosto de 1954, mas teve seus portões

a promulgação de mais uma lei regulando a instalação de Mercados Particulares¹³⁶, alterando disposições das normas de 1932 mencionadas anteriormente.

Ainda nesta década, em 1957, temos as leis que deram início ao Mercado de São Miguel Paulista¹³⁷ (inaugurado apenas em 1967), e em 1958, a inauguração do novo Mercado de Santo Amaro¹³⁸. Seguimos na década seguinte com os marcos legais dos mercados da Penha em 1966¹³⁹ (inaugurado em 1971), Pirituba em 1967¹⁴⁰ (inaugurado em 1972), Tucuruvi em 1968¹⁴¹ (inaugurado em 1969), Pinheiros em 1968¹⁴² (inaugurado em 1971) e Ipiranga em 1969¹⁴³ (tendo a estrutura atual sido inaugurada em 1975).

No final da década, sob mandato de José Vicente de Faria Lima, temos uma nova atualização da normativa¹⁴⁴ que regulava o funcionamento dos mercados, abarcando também frigoríficos e entrepostos municipais.

fechadas às 10 h devido ao luto pela morte, naquele mesmo dia, do então presidente Getúlio Vargas. Foi aberto ao público apenas no dia 30 daquele mês. Já o Mercado de Osasco, foi inaugurado na primeira quinzena de setembro, conforme notícia do Jornal O Estado de São Paulo, de 28 de agosto de 1954.

136 Lei nº 4.615, de 13 de janeiro de 1955.

137 Decreto nº 3.762, de 27 de dezembro de 1957 e Lei nº 5.179, de 16 de maio de 1957.

138 Processo de tombamento do Mercado Municipal de Santo Amaro. Ordem 752/70, p. 11.

139 Decreto nº 6.409, de 23 de fevereiro de 1966.

140 Decreto nº 7.196, de 29 de setembro de 1967.

141 Decreto nº 7.343, de 9 de janeiro de 1968.

142 Decreto nº 7.560, de 19 de julho de 1968.

143 Decreto nº 8.419, de 30 de setembro de 1969.

144 Decreto nº 8.069, de 26 de março de 1969.

Demonstrando também o carácter sistêmico que se pretendia com a instalação de mercados, destacamos as iniciativas que não chegaram a ser efetivadas. Ainda nos anos 60, surgiu a declaração de utilidade pública para alguns imóveis na Mooca¹⁴⁵ (1963), com o objetivo de ali se instalar tal equipamento. Este ficaria na esquina da Rua Tamaratoca com Rua do Oratório.

O mesmo ocorreu com a delimitação de imóveis no Jardim São Luiz¹⁴⁶ (1967), em Santo Amaro, e em Santana¹⁴⁷ (1968). Neste último caso, o mercado situar-se-ia num terreno conformado pelas Ruas Darzan, Ezequiel Freire, Alferes Magalhães e Avenida Cruzeiro do Sul.

Ao que parece, a prefeitura conseguiu ao menos parte destes lotes, haja vista que numa das esquinas da quadra, encontra-se atualmente uma escola municipal.

Os casos da Mooca e de Santana, expostos acima, carecem de maior aprofundamento. Notícia de 1962¹⁴⁸, refere-se ao despejo do Mercado Distrital da Mooca do imóvel alugado em que este se situava e também trata da inauguração do Entrepasto de frutas, verduras e legumes de Santana, “instalado em prédio da rua Doutor César, onde funcionava o Mercado Distrital”.

Com isto, pode-se entender que, na realidade, estes bairros chegaram a abrigar

145Lei nº 6.334, de 26 de junho de 1963.

146Decreto nº 7.301, de 8 de dezembro de 1967.

147Lei nº 7.537, de 3 de julho de 1968.

148Acervo do Jornal o Estado de São Paulo. dia 28/09/1962, p. 13.

mercados distritais antes das referidas normas de 1963 e 1968, e estas representaram tentativas de implantação de mercados em terrenos próprios da prefeitura.

Outra fonte de pesquisa que revelou um grande número de iniciativas a favor da instalação de mercados públicos neste período, foram os Projetos de Lei existentes na base de dados disponível na página de internet da Câmara Municipal de São Paulo, com os textos apresentados entre 1948 e os dias atuais¹⁴⁹.

Foram encontradas iniciativas deste tipo entre os anos de 1949 e 1965. Ao todo, quarenta projetos que não tiveram prosseguimento foram identificados. Tais diziam respeito a edificar mercados nas localidades de Cambuci, Penha, Vila Mariana, Vila Clementino, Vila Maria, Vila Prudente, Aclimação, Bela Vista, Vila São José, Bom Retiro, Perdizes, Itaim, Vila Nova Conceição, Jabaquara, Belém, Brás, Tatuapé, Sacomã, Guaianases, Itaquera, Vila Prudente, Parque Edu Chaves, Pompeia, Pinheiros, Praça Roosevelt, Luz e Tucuruvi.

Algumas destas localidades chegaram a receber mercados, ou, no mínimo, tiveram leis autorizando sua instalação. No entanto, em locais diferentes dos indicados nestes projetos rejeitados. Esta pesquisa faz-se relevante para expor que, nesta época, tal equipamento mobilizava as atenções do legislativo municipal, e, por definição, de uma parcela da sociedade paulistana.

¹⁴⁹Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/atividade-legislativa/projetos-apresentados-desde-1948/>>

Houve, ainda, no período, outro marco legal que impactou o funcionamento dos mercados públicos: a caracterização e regulamentação dos supermercados¹⁵⁰. E, finalmente, fechando a década, em maio 1969 é criada a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo¹⁵¹ (CEAGESP) a partir da fusão de outras duas empresas do governo do Estado, Centro Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP). Estes acontecimentos acabaram por impactar, a médio prazo, o papel até então desempenhado pelos mercados públicos, respondendo em parte pelo quadro de declínio na importância de tais equipamentos como centros de abastecimento, observado na atualidade.

Depois destes dois eventos, os anos 70 ainda serão palco de outras iniciativas no sentido da criação de novos mercados, sendo estes os de Vila Mariana¹⁵², Casa Verde¹⁵³ e Praça Roosevelt, onde ficará evidente a concorrência já sentida frente aos supermercados. O primeiro, deveria ser instalado na Rua Domingos de Moraes, em terreno remanescente do imóvel nº 1113. Já para o segundo, tinha-se a pretensão de instalá-lo no terreno delimitado pelas Ruas Zanzibar, do Havre e Bernardino Fanganiello (à época denominada Rua da Casa Verde), local onde hoje encontra-se um Hipermercado.

150Lei nº 7.208, de 13 de novembro de 1968.

151Disponível em <<http://www.ceagesp.gov.br/a-ceagesp/institucional/>> acesso em 21/10/2016.

152Decreto nº 8.903, de 29 de julho de 1970.

153Decreto nº 10.262, de 13 de dezembro de 1972.

O caso da Praça Roosevelt é um pouco diferente. Vimos anteriormente a intenção de se instalar um mercado nesta praça, quanto foram avaliados os Projetos de Lei apresentados na Câmara Municipal na década anterior. Sua construção aparece indicada no Plano Urbanístico Básico¹⁵⁴, mas não chegou a funcionar como Mercado Municipal, tendo o projeto original sido alterado para receber um supermercado (CALLIARI, 2012). Notícia¹⁵⁵ de 7 de Janeiro de 1970, a respeito dos preparativos para a inauguração da praça, já indicam a previsão de um supermercado para o local.

Retomando as iniciativas efetivadas, temos em 1971 a inauguração do Mercado de Vila Formosa¹⁵⁶, e no mesmo ano a delimitação do terreno para o Mercado de Sapopemba (que será edificado apenas no período seguinte)¹⁵⁷. Encerrando este período, temos uma mudança significativa na estrutura administrativa municipal. A Secretaria de Abastecimento dá lugar a uma Coordenadoria¹⁵⁸, agora subordinada à Secretaria das administrações Regionais, indicando, a nosso ver, uma mudança de rumo das políticas públicas com relação ao abastecimento.

Cabe agora analisar mais detalhadamente as características e funcionamento dos mercados, tentando avaliar o impacto urbano que representaram para seu bairro.

154 São Paulo. Grupo Executivo de Planejamento.. Plano urbanístico básico. S.l., Grupo Executivo de Planejamento, 1968. 6v. Caderno 5.

155 O Estado de São Paulo. Quarta-feira, 7 de janeiro de 1970, p.13.

156 Documento não numerado pertencente à Supervisão de Mercados e Sacolões. Documento armazenado no antigo setor de projetos, Rua Barão de Duprat, 400, São Paulo-SP.

157 Decreto nº 9.273, de 28 de janeiro de 1971.

158 Decreto nº 16.530, de 13 de março de 1980.

Detalhe 64: Local do Mercado da Lapa em planta de 1930.

Detalhe 65: Local do Mercado da Lapa em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 66: Local do Mercado da Lapa em imagem de satélite de 2016.

3.2.2.1. Mercado da Lapa

Criado pelo Lei nº 3.908, de 1 de julho de 1950, o Mercado Distrital da Lapa foi inaugurado definitivamente em 30 de agosto 1954¹⁵⁹, após a tentativa de inauguração frustrada no dia 24¹⁶⁰ devido ao suicídio de Getúlio Vargas. Localiza-se na Rua Herbart, 47, distrito Lapa.

Configura-se como um edifício isolado, ocupando sem recuos toda uma quadra, tendo o terreno área¹⁶¹ total de 5.274 m². Sobre o local de instalação do mercado, temos alguns antecedentes na constituição de um polo comercial.

Em frente a primeira estação de trem da Lapa, situada no final da Rua Doze de Outubro, formou-se o largo da Estação, como a instalação de alguns armazéns de secos e molhados, açougues e lojas de armarinhos (RENNÓ, 2006). Outro centro de comércio já existente na região era a feira livre considerada a maior da cidade naquele momento.

Rennó também cita que muitos dos comerciantes estabelecidos no mercado quando da sua inauguração eram recém-chegados da Europa, e ocupavam anteriormente um mercadinho na Rua Clélia. Pontua também que foram os imigrantes os primeiros a

159Acervo do Jornal o Estado de São Paulo. dia 17/08/1954, p. 7.

160Acervo do Jornal o Estado de São Paulo. dia 27/08/1954, p. 7.

161No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

frequentar o local, em busca de produtos típicos de seus respectivos países¹⁶².

Atualmente abriga 97 permissionários¹⁶³, que ocupam uma área de 2.441,46 m² e distribuídos em 22 ramos de atividade¹⁶⁴. Analisando os dados apresentados no gráfico e na tabela correspondente, observa-se a predominância do setor de Empório, ocupando 27% da área total disponível, seguido por Açougue, 14%, e Frios e Laticínios, 11%. A proporção de permissionários envolvida em cada atividade é bastante correspondente, sendo 22%, 14% e 10% respectivamente.

Quanto à inserção urbana, ocupa integralmente a quadra em que se situa e não dispõe de subsolo, com isso, não possui área de estacionamento no lote, mas sim como um anexo, num terreno público ao lado de um viaduto. Funciona de segunda a sábado, sendo das 8 às 19 horas de segunda a sexta e das 8 às 18 horas no sábado.

As informações relativas ao horário de funcionamento dos mercados serão importantes na próxima seção, na análise dos mercados enquanto rede e a inserção desta na cidade.

162 Fenômeno semelhante ao descrito por Reis Filho (1994) ao tratar da Rua Anhangabaú, com a formação de uma concentração gastronômica ligada a produtos típicos para os estrangeiros que chegavam a cidade.

163 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

164 No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

Figura 72: Mercado da Lapa em 1954.
Fonte: Acervo do Jornal O Estado de São Paulo

Figura 73: Mercado da Lapa em 2014.
Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 74: Interior do Mercado da Lapa em 2016.
Fonte: Acervo Pessoal.

Rennó (2006, p. 89) dá destaque às reformas recentes pelas quais passou o mercado. Em 1995, expõe que o piso de asfalto foi substituído por um de cerâmica ocre, assim como a largura dos corredores foi aumentada. Em 2000, teve uma reforma geral do telhado, com a abertura de alguns pontos de iluminação natural.

Por certo, características dos demais equipamentos contemporâneos de abastecimento, como os super e hipermercados, impactam nos mercados públicos, por oferecerem estacionamentos, melhores condições ambientais, associação de novos ramos de atividade de comércio e serviço. Por outro lado, esta não é uma via de mão única, e conforme o exemplo do Eataly exposto no primeiro capítulo, existem características dos mercados públicos sendo incorporadas em supermercados.

De tal forma que, talvez mais relevante do que identificar de onde partem as influências, ou “contaminações”, fosse buscar perceber o que estas transformações indicam sobre os hábitos e necessidades contemporâneas, independentemente do tipo de equipamento em estudo. Relevante neste aspecto é notar que um ramo de atividade ligado à alimentação fora de casa já é o quarto em termos de área no mercado da Lapa, trata-se do item Lanchonete, com 7% desta.

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissionários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	5	128	5,2%	5,30%
2	Empório	21	674	21,6%	27,60%
4	Mercearia	5	143	5,2%	5,80%
6	Açougue	14	341	14,4%	14,00%
7	Lanchonete	5	173	5,2%	7,10%
8	Frios e laticínios	10	278	10,3%	11,40%
0	Peixaria	3	96	3,1%	3,90%
11	Avícola	6	121	6,2%	4,90%
12	Rotisseria	1	27	1,0%	1,10%
13	Doçaria	3	59	3,1%	2,40%
15	Produtos para Uso Animal	5	106	5,2%	4,40%
16	Utilidades Domésticas	1	42	1,0%	1,70%
17	Floricultura	3	71	3,1%	2,90%
21	Prestação de Serviços	1	31	1,0%	1,30%
22	Pastelaria	1	30	1,0%	1,20%
23	Café	2	27	2,1%	1,10%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	5	11	5,2%	0,50%
25	Papelaria, Livraria e Revistaria	1	14	1,0%	0,60%
31	Comércio Atacadista de Embalagens	1	17	1,0%	0,70%
33	Tabacaria	2	22	2,1%	0,90%
35	Ervaria	1	17	1,0%	0,70%
36	Entidade Assistencial	1	13	1,0%	0,50%
TOTAIS		97	2441	100.0%	100.00%

Tabela 3: Perfil do Mercado Municipal da Lapa

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 3: Ocupação do Mercado Municipal da Lapa

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

3.2.2.2. Novo Mercado de Santo Amaro

O distrito de Santo Amaro já contava com um mercado desde o fim do século XIX, conforme visto no segundo capítulo. Em 1954 foi firmado contrato¹⁶⁵ para a construção do novo Mercado de Santo Amaro, localizado na esquina das Ruas General Osório (atual Ministro Roberto Cardoso Alves) e Anchieta (Padre José de Anchieta).

Apesar de ter sido incorporado ao Município de São Paulo em 1935¹⁶⁶, o aparato administrativo desta região manteve certa estrutura e autonomia diferenciadas ante as demais. Em 1957 foi instituído¹⁶⁷ o “Serviço de Abastecimento na Subprefeitura de Santo Amaro”. Tal norma considerava que esta Subprefeitura deveria “exercer dentro dos limites de seu território, todas as atividades atinentes ao seu próprio abastecimento”.

Esta mesma norma, apresentava a região de Santo Amaro como uma das maiores abastecedoras hortifrutícolas da Capital, e considerava estratégico regionalizar as competências do Departamento de Abastecimento da Secretaria de Higiene. Para tal, criou estrutura correlata em Santo Amaro, a fim de que, entre outras expectativas, se incentivasse a lavoura e os pequenos produtores da região. O novo Mercado de Santo Amaro, também elencado nesta norma, ficou então vinculado à administração regional.

¹⁶⁵Processo administrativo nº 37/54. Prefeitura do Município de São Paulo.

¹⁶⁶Decreto Estadual nº 6.983, de 22 de fevereiro de 1935.

¹⁶⁷Decreto nº 3.549, de 5 de abril de 1957.

Detalhe 67: Local do novo Mercado de Santo Amaro em mapeamento de 1954.

Detalhe 68: Local do novo Mercado de Santo Amaro em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 69: Local do novo Mercado de Santo Amaro em imagem de satélite de 2016.

Figura 75: Fachada do Mercado de Santo Amaro, 2016.
Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 76: Interior do Mercado de Santo Amaro, 2016.
Fonte: Acervo Pessoal.

Este foi inaugurado em 13 de novembro de 1958¹⁶⁸, na Rua Ministro Roberto Cardoso Alves, 359. Segundo informação institucional, operou como entreposto atacadista até 1961, quando passou a operar no varejo¹⁶⁹. Neste ano foi inaugurado, em 19 de julho¹⁷⁰, o entreposto de frutas e verduras, anexo ao mercado.

Está implantado num terreno com área¹⁷¹ de 8.932 m², tendo o edifício área construída total 3.645 m². Configura-se como edifício isolado, com estacionamento interno ao lote. Arquitetonicamente, trata-se de um pavilhão com perímetro em alvenaria e estrutura de concreto, tendo cobertura sustentada por estrutura de madeira.

Nos detalhes da página anterior, é possível observar que o mercado foi implantado numa área nova do bairro. Na planta de 1954, já é possível observar o perímetro do edifício e o aspecto de urbanização recente da região. As fotografias seguintes, de 1958 e 2016 permitem observar como o bairro se consolidou no entorno do mercado, mantendo visivelmente, predominância residencial.

168 Processo de tombamento do Mercado Municipal de Santo Amaro. Ordem 752/70, p. 11.

169 Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacolos/unidades/mercados/index.php?p=4207>

170 Acervo do Jornal o Estado de São Paulo. dia 19/07/1961, p. 10.

171 No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissioários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	1	204	3,6%	14,0%
2	Empório	3	167	10,7%	11,5%
4	Mercearia	2	93	7,1%	6,4%
5	Restaurante	3	338	10,7%	23,2%
6	Acougue	2	109	7,1%	7,5%
7	Lanchonete	1	31	3,6%	2,1%
8	Frios e laticínios	2	97	7,1%	6,7%
10	Peixaria	1	59	3,6%	4,1%
12	Rotisseria	2	82	7,1%	5,6%
16	Utilidades Domésticas	2	63	7,1%	4,3%
17	Floricultura	1	48	3,6%	3,3%
18	Padaria	1	20	3,6%	1,4%
20	Empório Típico	1	49	3,6%	3,4%
21	Prestação de Serviços	1	30	3,6%	2,1%
22	Pastelaria	1	58	3,6%	4,0%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	4	9	14,3%	0,6%
TOTAIS		28	1457	100.0%	100.0%

Tabela 4: Perfil do Mercado Municipal de Santo Amaro

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 4: Ocupação do Mercado Municipal de Santo Amaro

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

Abriga atualmente 28 permissionários¹⁷², que ocupam área de 1.455 m² e distribuem-se em 16 ramos de atividade¹⁷³. Funciona de segunda a sábado, das 8 as 19 horas. Observa-se no gráfico e na tabela correspondente, uma razoável predominância do ramo Restaurante no quesito área, ocupando 23% do total disponível. No quesito distribuição de permissionários, este mesmo ramo contempla apenas 10% do total existente.

Considerando o conjunto deste ramo com outros dois, quais sejam, Hortifrutícola, 14%, e Empório, 11%, chega-se a 48% da área total do mercado. Outro dado, que não entra neste quantitativo, é também revelador da função deste mercado na sua região. Um ala do mercado, que não possui recuo em relação à calçada, abriga uma cervejaria. A mesma é tratada como uma concessão à parte¹⁷⁴, não entrando no cômputo da área de permissionários.

Ao se considerar que quase um quarto da área reservada aos permissionários do mercado, é ocupada por restaurantes, e somando-se a isto a existência da cervejaria, temos um quadro não mais associado simplesmente ao abastecimento alimentar, numa perspectiva de atendimento a necessidades básicas.

¹⁷²Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

¹⁷³No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

¹⁷⁴Dado da Supervisão Geral de Abastecimento, Prefeitura de São Paulo, 2014.

Detalhe 70: Local do Mercado de São Miguel em relação ao Largo da Capela de São Miguel em planta de 1930b.

Detalhe 71: Local do Mercado de São Miguel em relação ao Largo da Capela de São Miguel em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 72: Local do Mercado de São Miguel em relação ao Largo da Capela de São Miguel em imagem de satélite de 2016.

Presume-se que o mercado se converteu num local mais dedicado à alimentação fora do lar, que tanto atende à população flutuante do bairro, que diariamente se dirige a esta região para trabalhar, quanto serve aos moradores do entorno, como local de recreação.

3.2.2.3. Mercado de São Miguel

O distrito do São Miguel, cujo núcleo histórico, representado hoje pela Capela de São Miguel, remonta ao século XVI (Moreira, 2015, p. 26), situa-se no caminho que, saindo do centro de São Paulo, segue pelo vale do Paraíba, em direção ao Rio de Janeiro. No início do século XX, a região ainda não era industrializada, mas começa a expandir sua economia devido à chegada de imigrantes, inicialmente instalados na região rural deste distrito. Estes, por sua vez, contribuíram com a expansão do setor hortifrutícola da região (Moreira, 2015, p. 36).

O início de atividades industriais na região se deu pelo desenvolvimento de um setor ligado à extração e fornecimento de matérias primas para construção civil (madeira, tijolo, pedregulho, areia). É neste contexto que foi instalada a estação de trem de São Miguel, numa variante da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1932 (Moreira, 2015, p. 37).

Em 1935, instala-se no distrito, próximo ao núcleo histórico, a Companhia Nitro

Química Brasileira, marcando o início do período industrial da região, com aumento significativo da população (Moreira, 2015, p. 39).

Foi entorno destes três componentes, largo da Capela, estação de trem e Companhia Nitro Química, que o bairro se desenvolveu. E foi nas imediações destes que se definiu a instalação do Mercado Distrital de São Miguel Paulista, em 1957¹⁷⁵. Em dezembro deste ano, fora declarada a utilidade pública do terreno¹⁷⁶. Em 1960, notícia¹⁷⁷ da imprensa faz saber que a dotação orçamentária destinada à construção do mercado, sofreu redução.

Apenas em março de 1965, iniciam-se novas movimentações no sentido de construir o mercado. Em março¹⁷⁸, o então prefeito Prestes Maia determina publicação de edital de concorrência para a construção do mesmo. No entanto, esta tentativa não se consolida. Em abril, já sob gestão de Faria Lima, é publicada norma¹⁷⁹ ampliando a área do terreno destinada ao mercado.

Nas imagens anteriores, respectivamente, planta de 1930, fotografia aérea de 1958, e imagem de satélite atual, vemos o terreno do mercado, à direita, em relação ao largo da Capela, destacada à esquerda. Acima destes, vê-se a estação de trem e a Nitro Química.

175Lei nº 5.179, de 16 de maio de 1957.

176Decreto nº 3.762, de 27 de dezembro de 1957.

177Acervo do Jornal o Estado de São Paulo. dia 22/04/1960, p. 15.

178Acervo do Jornal o Estado de São Paulo. dia 09/03/1965, p. 16.

179Lei nº 6.657, de 28 de abril de 1965.

Na página seguinte:

Figura 77: Perspectiva do projeto original do Mercado de São Miguel Paulista, 1965.

Fonte: Supervisão Geral de Abastecimento. Prefeitura do Município de São Paulo.

MERCADO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL PAULISTA.
VISTA DO CONJUNTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO •

PROJETO: ARQ. A. A. VEIGA.
PERSPECTIVA: W. CHRISTOPH.
S. PAULO - 1965.

Pode-se observar a estruturação do bairro e a posição privilegiada do mercado. Localiza-se Avenida Marechal Tito, 567 e foi inaugurado em 6 de julho de 1967¹⁸⁰.

Apresenta-se como um conjunto de três edifícios, os blocos A, B e C. Este partido aparece também no projeto de 1965¹⁸¹, de autoria de A.A. Veiga, apresentado na figura 77 e que, no entanto, não fora executado. O conjunto de edifícios está implantado num terreno com área¹⁸² 10.500 m². Possuem conjuntamente área construída total 4.090 m².

Configuram-se, majoritariamente, como edifícios isolados, apesar da existência de pontos sem recuos com alguns lotes vizinhos. As vagas de estacionamento são internas ao lote. Funciona de segunda a sábado, das 8 as 19 horas. Abriga atualmente 45 permissionários¹⁸³, que ocupam área de 1.214 m² e distribuem-se em 21 ramos de atividade¹⁸⁴.

180Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacoloes/unidades/mercados/index.php?p=4207>

181Dado obtido na pesquisa de plantas originais dos mercados, disponíveis no arquivo remanescente da antiga Secretaria Municipal de Abastecimento. Este arquivo está localizado no setor administrativo do Mercado Kinjo Yamato.

182No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

183Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

184No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

Observa-se no gráfico e na tabela correspondente, uma ligeira predominância do ramo Empório no quesito área, onde este ocupa 20% do total disponível. No quesito distribuição de permissionários, este mesmo ramo contempla 15% do total existente.

Possui um perfil não restrito ao abastecimento alimentício, sendo que na composição de 55 % da área ocupada, encontram-se os ramos de Empório, já citado, Lanchonete, 10%, Hortifrutícola, 10%, Doçaria, 8% e Floricultura, 7%.

Entre os anos de 2008¹⁸⁵ e 2010, ocorreram movimentações no sentido de “revitalizar” o mercado. A proposta ganhou corpo com lideranças locais¹⁸⁶, e recebeu a colaboração de Ruy Otake, que desenvolveu o projeto. Na proposta apresentada, menciona-se a criação de um mini-shopping, praça de alimentação, café, restaurante, palco para manifestações culturais, auditório e uma incubadora de empresas.

A audiência pública¹⁸⁷ de apresentação do projeto gerou manifestações variadas. Enquanto uma ia no sentido de não se limitar as intervenções a um nível puramente arquitetônico, levando-se em consideração a realidade dos permissionários e vendedores ambulantes do entorno, outra questionava a manutenção do partido de blocos separados, mantidos na proposta de Ruy Otake.

185Disponível em: <http://mural.folha.blog.uol.com.br/arch2011-02-13_2011-02-19.html>.

186Ligadas a Fundação Tide Setubal. Disponível em: <http://www.ftas.org.br/noticias/1228/mercado-municipal-de-sao-miguel-ganha-projeto-de-revitalizacao#.WKM5N_mrSII>.

187Disponível em: <http://www.saomiguelpaulista.com.br/portal/?secao=news&id_noticia=944&subsecao=4>.

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissionários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	3	120	6,7%	9,8%
2	Empório	7	243	15,6%	20,0%
4	Mercearia	1	11	2,2%	0,9%
6	Açougue	1	49	2,2%	4,0%
7	Lanchonete	5	124	11,1%	10,2%
8	Frios e laticínios	1	66	2,2%	5,4%
10	Peixaria	2	69	4,4%	5,7%
11	Avícola	2	65	4,4%	5,4%
12	Rotisseria	1	32	2,2%	2,6%
13	Doçaria	4	101	8,9%	8,3%
15	Produtos para Uso Animal	1	19	2,2%	1,5%
16	Utilidades Domésticas	2	59	4,4%	4,9%
17	Floricultura	1	83	2,2%	6,8%
18	Padaria	1	20	2,2%	1,6%
19	Adega	1	16	2,2%	1,3%
21	Prestação de Serviços	2	27	4,4%	2,2%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	6	13	13,3%	1,0%
25	Papelaria, Livraria e Revistaria	1	16	2,2%	1,3%
26	Restaurante Típico	1	48	2,2%	4,0%
28	Bazar e Armarinhos	1	16	2,2%	1,3%
38	Choperia	1	20	2,2%	1,6%
TOTAIS		45	1217	100.0%	100.0%

Tabela 5: Perfil do Mercado Municipal de São Miguel Paulista

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 5: Ocupação do Mercado Municipal de São Miguel Paulista

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

Tal proposta não teve prosseguimento, limitando-se a promover a repintura do conjunto e algumas outras intervenções menores. Ao se considerar a localização do mercado, no centro comercial do bairro, centro este que, presumivelmente, o próprio mercado ajudou a consolidar, aliado ao perfil diversificado de comércio que este sustenta, intui-se que haja condições para um reforço do mesmo como centralidade, agregando outros ramos de atividade.

3.2.2.4. Mercado do Tucuruvi

O distrito do Tucuruvi contou com um mercado municipal desde 1949. Menciona-se em informação institucional da prefeitura¹⁸⁸, que o mesmo localizava-se num galpão na mesma avenida em que se situa o atual, no entanto, não se encontrou maiores detalhes sobre este primeiro mercado. Notícia¹⁸⁹ de 1965 sobre o lançamento de concorrência para ocupação de novas bancas no mercado, confirma que o mesmo já funcionava nesta data. O atual Mercado do Tucuruvi foi fundado em Janeiro de 1969, tendo sido criado em norma¹⁹⁰ do ano anterior.

¹⁸⁸Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacolos/unidades/mercados/index.php?p=4207>

¹⁸⁹Acervo do Jornal o Estado de São Paulo. dia 09/03/1965, p. 16.

¹⁹⁰Decreto nº 7.343, de 9 de janeiro de 1968.

Detalhe 73: Local do Mercado do Tucuruvi em planta de 1930b.

Detalhe 74: Local do Mercado do Tucuruvi em mapeamento de 1954.

Detalhe 75: Local do Mercado do Tucuruvi em imagem de satélite de 2016.

Localiza-se na Avenida Nova Cantareira, 1.686. Os detalhes 73 a 75 mostram a consolidação do bairro no entorno do mercado. Na década de 1930, o loteamento já ganhava forma, apesar da ocupação rarefeita. O eixo da Nova Cantareira já aparecia bem definido. O terreno possui área¹⁹¹ de 2.916 m² e o edifício encerra área construída total de 1.835 m².

Configura-se como edifício sem recuos laterais, com estrutura em concreto e vedação em alvenaria. Sua cobertura é sustentada por tesouras de madeira. Possui estacionamento no interior do lote.

Abriga atualmente 31 permissionários¹⁹², que ocupam área de 982 m² e distribuem-se em 16 ramos de atividade¹⁹³. Funciona de terça a domingo, sendo de terça a sábado das 8 as 19 horas, e aos domingos das 8 às 13 horas.

Observa-se no gráfico e na tabela correspondente que o uso predominante é o Hortifrutícola, com ocupação de 25% da área do mercado, sendo que no quesito permissionários corresponde à 12 % do total.

191 No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

192 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

193 No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissioários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	4	245	12,9%	24,9%
2	Empório	5	142	16,1%	14,4%
6	Acougue	2	55	6,5%	5,6%
7	Lanchonete	3	84	9,7%	8,5%
8	Frios e laticínios	1	58	3,2%	5,9%
10	Peixaria	2	123	6,5%	12,5%
11	Avícola	2	34	6,5%	3,5%
12	Rotisseria	1	32	3,2%	3,3%
15	Produtos para Uso Animal	1	30	3,2%	3,1%
16	Utilidades Domésticas	1	47	3,2%	4,8%
17	Floricultura	1	29	3,2%	3,0%
19	Adega	1	31	3,2%	3,1%
20	Empório Típico	1	19	3,2%	1,9%
21	Prestação de Serviços	1	23	3,2%	2,4%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	4	9	12,9%	0,9%
37	Artesanato	1	23	3,2%	2,3%
TOTAIS		31	984	100.0%	100.0%

Tabela 6: Perfil do Mercado Municipal do Tucuruvi

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 6: Ocupação do Mercado Municipal do Tucuruvi

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

O próximo uso relevante é o de Empório¹⁹⁴, com um perfil mais equilibrado, ocupando 14% da área e 16% dos permissionários. Com o ramo Peixaria, 12% da área e 6% dos permissionários, atinge-se já metade da área do mercado. Possui um perfil semelhante ao do Mercado da Lapa, inclusive com o ramo Lanchonete na quarta posição em termos de área, com 8% do total, revelando também aqui a incorporação da alimentação fora de casa como uma necessidade contemporânea, mesmo num mercado mais dedicado, aparentemente, ao abastecimento doméstico.

3.2.2.5. Mercado de Vila Formosa

Inaugurado em 18 de janeiro de 1971¹⁹⁵, o Mercado de Vila Formosa localiza-se na Praça das Canárias, s/nº, distrito de Vila Formosa. Configura-se como um edifício isolado, com área construída total de 2.422 m² e cujo terreno tem área¹⁹⁶ de 6.671 m². Possui estacionamento interno ao lote.

194Segundo a Portaria 51/12- ABAST/SMSP, o ramo Empório contempla: cereais, grãos, condimentos e especiarias, produtos industrializados em geral, azeites e óleos, mel, melado, rapaduras, gelatinas, amidos, farinhas, macarrão, pães, doces, antepastos e molhos, conservas em geral, castanhas, frutas secas e cristalizadas, carnes e peixes secos, salgados ou defumados em geral, bebidas em geral, leite e seus derivados, embutidos (curados ou defumados) e frios em geral.

195Dado obtido na pesquisa de plantas originais dos mercados, disponíveis no arquivo remanescente da antiga Secretaria Municipal de Abastecimento. Este arquivo está localizado no setor administrativo do Mercado Kinjo Yamato.

196No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

Detalhe 76: Local do Mercado de Vila Formosa em planta de 1930b.

Detalhe 77: Local do Mercado de Vila Formosa em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 78: Local do Mercado de Vila Formosa em imagem de satélite de 2016.

Figura 78: Fachada do Mercado de Vila Formosa, 1971.
Fonte: Casa da Imagem.

Figura 79: Interior do Mercado de Vila Formosa, 1971.
Fonte: Casa da Imagem.

Localiza-se em região predominantemente residencial. No detalhe 76, observa-se o arruamento já definido em 1930. Em 1958, o bairro ainda apresentava ocupação bem rarefeita. O local em que foi construído o mercado não é um lote, mas sim uma praça, definida pelo desenho do sistema viário, que por sua vez, aparenta filiação aos desenvolvidos para os bairros jardins.

Tem com destaque da arquitetura, a estrutura pré-fabricada em concreto, abrangendo inclusive as coberturas. Atualmente abriga 26 permissionários¹⁹⁷, que ocupam uma área de 1.534 m² e distribuem-se em 13 ramos de atividade¹⁹⁸. Funciona de terça a domingo, sendo de terça a sábado das 8 as 19 horas, e aos domingos das 8 às 13 horas.

Analizando os dados apresentados no gráfico e na tabela correspondente, observa-se a predominância do setor de Empório, ocupando 29% da área total disponível, seguido pelo Hortifrutícola, 11%, e Açougue, 11%. A proporção de permissionários envolvida em cada atividade não apresenta grandes discrepâncias, sendo 11%, 15% e 7% respectivamente.

197 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

198 No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissionários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	4	175	15,4%	11,4%
2	Empório	3	453	11,5%	29,5%
4	Mercearia	1	43	3,8%	2,8%
5	Restaurante	2	72	7,7%	4,7%
6	Açougue	2	168	7,7%	10,9%
7	Lanchonete	2	88	7,7%	5,8%
8	Frios e laticínios	2	165	7,7%	10,8%
10	Peixaria	1	84	3,8%	5,5%
11	Avícola	1	126	3,8%	8,2%
13	Doçaria	1	33	3,8%	2,1%
17	Floricultura	1	25	3,8%	1,6%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	5	10	19,2%	0,7%
29	Comércio Atacadista de Produtos para Uso Animal	1	93	3,8%	6,1%
TOTAIS		26	1535	100.0%	100.0%

Tabela 7: Perfil do Mercado Municipal de Vila Formosa

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 7: Ocupação do Mercado Municipal de Vila Formosa

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

A pesquisa no arquivo da antiga Secretaria de Abastecimento revelou para este mercado, aspectos da ocupação dos boxes no momento de sua inauguração. Desta fonte obteve-se que 22% da área era ocupada pelo setor Hortifrutícola, e 31% pelo de Empório. O ramo de Açougue representava 12,5% neste período.

Constata-se que os ramos de Empório e Açougue mantiveram-se praticamente inalterados. Já o Hortifrutícola, reduziu pela metade sua ocupação. Esta diminuição está associada à instalação de novos ramos de atividade. Em 1971, eram 10, ante aos 13 atuais.

As alterações foram poucas, mas reveladoras. Um ramo deixou de existir, o de Utilidades Domésticas, e quatro novos instalaram-se, Comércio Atacadista de Produtos para Uso Animal, Restaurante, Doçaria e Postos Bancários. Estes novos, em conjunto, passaram a representar 15% da área do mercado. Depreende-se que o setor hortifrutícola foi o que mais cedeu lugar à instalação dos novos usos.

3.2.2.6. Mercado da Penha

O primeiro mercado da Penha foi inaugurado em 20 de janeiro de 1971¹⁹⁹. Norma²⁰⁰ publicada em 1966, declarou a utilidade pública dos terrenos necessários à sua instalação. Localiza-se na Avenida Gabriela Mistral, 160, distrito da Penha.

Nos detalhes ao lado, pode-se avaliar o desenvolvimento do bairro em três períodos, 1930, 1958 e 2016. Não se trata do núcleo histórico da Penha de França, este localiza-se a 900 m ao sul. Mas o terreno está no ponto em que a rua da Penha, que parte deste referido centro, cruza com a Avenida Guarulhos, que chega até o centro deste município vizinho.

Na planta de 1930, ainda está presente o nome Avenida Guarulhos, mas atualmente, este refere-se à Avenida Gabriela Mistral. Esta ligação, Guarulhos - Penha, supõe-se bastante antiga, haja vista estas regiões remontarem aos séculos XVI (Moreira, 2015, p. 29) e XVII, respectivamente. Em planta de 1905, este eixo já aparece bem demarcado. Já em outra, de 1913, a Avenida Guarulhos (Gabriela Mistral) aparece denominada “Estrada para a Conceição”²⁰¹.

Detalhe 79: Local do Mercado da Penha em planta de 1930b.

Detalhe 80: Local do Mercado da Penha em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 81: Local do Mercado da Penha em imagem de satélite de 2016.

199Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacoloes/unidades/mercados/index.php?p=4207>

200Decreto nº 6.409, de 23 de fevereiro de 1966.

201Nossa Senhora da Conceição era o antigo nome de Guarulhos.

Foi então, neste eixo histórico, que se instalou o Mercado da Penha. O terreno possui área²⁰² de 9.923 m². A arquitetura do primeiro mercado destacava-se pela pré-fabricação em concreto. Possuía linguagem semelhante ao contemporâneo Mercado de Vila Formosa. As fotografias apresentadas, com o mercado em fase final de construção, evidenciam estas características. Em 1980, a antiga CMTC²⁰³ implantou o terminal de transferência ônibus- trólebus da Penha (Giacaglia, 1999, p. 180), localizado na porção sul do terreno do mercado. Com isto, o mercado melhora sua condição de acessibilidade.

Em 1990 sofreu um incêndio, responsável por sua destruição quase completa (Rennó, 2006, p. 44). Foi reinaugurado em 9 de novembro 1994, já na gestão de Paulo Maluf. A reforma necessária implicou alterações na arquitetura original do mercado, e hoje, caracteriza-se pela utilização de estruturas metálicas, principalmente na cobertura. A área construída atual é de 5.046 m², e possui estacionamento interno ao lote.

Sobre seu funcionamento, abriga atualmente 30 permissionários²⁰⁴, que ocupam 1.619 m² e distribuem-se em 18 ramos de atividade²⁰⁵. Funciona de terça a domingo, sendo de terça a sábado das 8 às 19 horas, e aos domingos das 8 às 13 horas.

Figura 80: Mercado em construção, 1971.
Fonte: Casa da Imagem

202No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

203Companhia Municipal de Transportes Coletivos, pertencente à Prefeitura de São Paulo. Este foi substituída em 1993 pela atual São Paulo Transporte S/A - SPTrans.

204 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

205No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

Figura 81: Mercado da Penha em 1971.
Fonte: Casa da Imagem

Figura 82: Aspecto atual do Mercado da Penha.
Fonte: Acervo Pessoal.

210 3. Rede de Mercados Públicos de São Paulo: histórico e caracterização

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissioários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	3	200	10,0%	12,4%
2	Empório	2	112	6,7%	6,9%
4	Mercearia	2	75	6,7%	4,6%
5	Restaurante	1	83	3,3%	5,1%
6	Acougue	3	167	10,0%	10,3%
7	Lanchonete	2	85	6,7%	5,3%
8	Frios e laticínios	1	82	3,3%	5,0%
10	Peixaria	1	85	3,3%	5,2%
11	Avícola	2	80	6,7%	4,9%
12	Rotisseria	1	52	3,3%	3,2%
13	Doçaria	2	62	6,7%	3,8%
15	Produtos para Uso Animal	1	191	3,3%	11,8%
16	Utilidades Domésticas	1	35	3,3%	2,2%
18	Padaria	1	84	3,3%	5,2%
19	Adega	1	85	3,3%	5,3%
23	Café	1	43	3,3%	2,7%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	4	10	13,3%	0,6%
27	Embalagens	1	90	3,3%	5,6%
TOTAIS		30	1620	100.0%	100.0%

Tabela 8: Perfil do Mercado Municipal da Penha

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 8: Ocupação do Mercado Municipal da Penha

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

Observa-se no gráfico e na tabela correspondente que os diversos ramos de atividade, distribuem-se de forma bastante equilibrada. A atividade mais representativa é a Hortifrutícola, no entanto, esta representa apenas 12% do total, e correspondendo a 10% do total de permissionários. Com isto, são necessários seis ramos de atividade para chegar a 50% da área disponível. Quais sejam, Hortifrutícola, Produtos para Uso Animal, Açougue, Empório, Embalagens e Lanchonete.

Neste caso, percebe-se um perfil mais diversificado, não limitado à função de abastecimento alimentício. Intui-se que seja resultado de uma localização mais próxima ao núcleo comercial do bairro e à presença do terminal de ônibus, diferentemente dos mercados situados em regiões predominantemente residenciais.

3.2.2.7. Novo Mercado de Pinheiros

Conforme visto no segundo capítulo, o bairro de Pinheiros já contava com um mercado público desde 1910. Este fora removido para dar lugar à Avenida Faria Lima na segunda metade da década de 1960. Na primeira imagem ao lado, detalhe 82, é possível ver na parte inferior esquerda, o antigo mercado ainda instalado. A imagem seguinte, de 2002, deixa claro a posição da Avenida Faria Lima, passando exatamente pelo local em que este equipamento existia. Também apresenta o novo Mercado de Pinheiros, no centro da imagem, e possibilita constatar a proximidade de ambos.

Detalhe 82: Local do novo Mercado de Pinheiros em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 83: Local do novo Mercado de Pinheiros em ortofoto de 2004.

Detalhe 84: Local do novo Mercado de Pinheiros em imagem de satélite de 2016.

Figura 83: Final da Construção do Mercado de Pinheiros, 1970.
Fonte: Casa da Imagem.

O local deste novo mercado foi definido em norma²⁰⁶ de 1968, sob administração de José Vicente de Faria Lima. Segundo informação institucional, o edifício atual foi inaugurado em 1971²⁰⁷. Notícia da imprensa²⁰⁸ faz saber que começou a operar em 5 de maio deste mesmo ano.

Localiza-se na Rua Pedro Cristi, 89, Distrito de Pinheiros. O terreno possui área²⁰⁹ de 4.010 m², já o edifício, encerra área construída total de 5.349 m², sendo 1.797 m² destinados aos permissionários.

Do ponto de vista da inserção urbana, se configura apenas aparentemente como edifício isolado. Isto porque, o piso inferior é melhor definido como semienterrado, e este por sua vez, ocupa todo o limite do lote. Possui estacionamento interno ao lote, sendo parte ao ar livre, e parte no volume inferior.

Tem como destaque a arquitetura, declaradamente modernista e com autoria conhecida. Os arquitetos Eurico Prado Lopes e Luiz Telles, responsáveis pelo projeto do Centro Cultural São Paulo, recebem também os créditos pelo projeto do Mercado de

206Decreto nº 7.560, de 19 de julho de 1968.

207Informação institucional da Prefeitura de São Paulo. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacoloes/unidades/mercados/index.php?p=4207>

208Acervo do Jornal o Estado de São Paulo. dia 04/05/1971, p. 22.

209No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

Pinheiros²¹⁰. Em planta localizada no arquivo da antiga Secretaria de Abastecimento²¹¹, apenas o nome de Eurico Prado Lopes aparece.

Esse mercado vem passando por processo de renovação, intensificado em 2014. Em outubro desse ano foi inaugurada, num dos boxes do mercado, a “Comedoria Gonzales”, do chef Checho Gonzales, ao qual se atribuí ser o estopim do processo de renovação.

Ainda em 2014, é assinado em dezembro o termo de cooperação entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto ATÁ, que tem como um dos membros fundadores o Chef Alex Atala, com vias a promover o projeto “Fortalecimento da Diversidade Gastronômica na Cidade de São Paulo”.

O termo de cooperação envolve a concessão de cinco boxes ao instituto, que serão ocupados por produtos e associações representantes dos diferentes biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado e Pampas).

Antes disto, em 2000, ocorre uma reforma estrutural, que incluiu instalações elétricas e hidráulicas, além de troca e impermeabilização dos pisos.

²¹⁰Disponível em: <<http://www.arquivo.arq.br/mercadodepinheiros>>

²¹¹Dado obtido na pesquisa de plantas originais dos mercados, disponíveis no arquivo remanescente da antiga Secretaria Municipal de Abastecimento. Este arquivo está localizado no setor administrativo do Mercado Kinjo Yamato.

Em 2006²¹² promove-se a construção de um deck no segundo andar, nas faces voltadas para a rua, com mesas ao ar livre. Em 2007 a cobertura foi reformada. Após o convênio com o ATA e adequação dos espaços ocupados pelo instituto, outros boxes foram reformados por iniciativa dos próprios permissionários. Os sanitários também foram reformados e o mercado ganhou nova pintura.

Importante ressaltar que este processo de dinamização do mercado, tem origem extrínseca, decorrente das modificações do entorno, promovidas pela “requalificação” do Largo da Batata²¹³. No entanto, a partir da entrada no mercado dos novos espaços de alimentação e da iniciativa do ATÁ, é que a dinamização ganha corpo.

O que, provavelmente, tornou o mercado atrativo para a instalação de restaurantes foi a intensa modificação da ocupação do entorno, com a chegada de novos edifícios de escritórios a partir da requalificação da área, e da inauguração da estação Faria Lima, da linha amarela do Metrô, bastante próxima ao mercado, promovendo o aumento da demanda para o setor de alimentação fora do lar. Funciona de segunda a sábado, num período único, das 8 às 18 horas.

²¹²Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacolos/unidades/mercados/index.php?p=4207>

²¹³Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=134181>>.

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissioários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	4	294	10,0%	16,4%
2	Empório	3	173	7,5%	9,6%
4	Mercearia	7	439	17,5%	24,4%
6	Açougue	5	312	12,5%	17,4%
7	Lanchonete	3	99	7,5%	5,5%
8	Frios e laticínios	2	85	5,0%	4,7%
10	Peixaria	1	97	2,5%	5,4%
11	Avícola	3	79	7,5%	4,4%
12	Rotisseria	1	68	2,5%	3,8%
13	Doçaria	2	57	5,0%	3,2%
19	Adega	1	31	2,5%	1,7%
21	Prestação de Serviços	1	17	2,5%	0,9%
22	Pastelaria	1	20	2,5%	1,1%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	5	11	12,5%	0,6%
33	Tabacaria	1	16	2,5%	0,9%
TOTAIS		40	1798	100.0%	100.0%

Tabela 9: Perfil do Mercado Municipal de Pinheiros

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 9: Ocupação do Mercado Municipal de Pinheiros

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

Abriga atualmente 40 permissionários²¹⁴, sendo 17,5% destes, dedicados ao ramo²¹⁵ Merceria, constituindo o maior percentil. Ainda abordando os ramos de atividade presentes no mercado, é interessante atentar no gráfico e na tabela correspondente, que apenas três, dos 15 ramos de atividade²¹⁶ presentes, ocupam mais da metade da área disponível. Quais sejam: Merceria, 24%; Açougue, 17%; e Hortifrutícola, 16%. Pode-se concluir que possui um perfil de abastecimento alimentício mais diversificado.

Já pela análise da distribuição de permissionários, tem-se, para além dos 17,5% dedicados a Merceria, já citados, Açougue com 12,5%, Hortifrutícola com 10%, Empório com 7,5%, e Lanchonete com 7,5%, ultrapassando, assim, metade do total de permissionários atuantes no mercado.

214 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

215 No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

216 A Portaria 11, de 26/04/2011 (Cosan), estabelece 47 ramos de atividade nos mercados municipais.

Figura 84: Fachada do Mercado de Pinheiros, 2016.
Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 85: Interior do Mercado de Pinheiros em 2016.
Fonte: Acervo Pessoal.

Na página seguinte:

Figura 86: Perspectiva do projeto do mercado de Pinheiros.
Fonte: Supervisão Geral de Abastecimento. Prefeitura do Município de São Paulo.

Project Name	
Client	
Architect	
Date	
Scale	
Sheet No.	
Total Sheets	

MERCADO DISTRITAL DE PINHEIROS

15

PLATE

3.2.2.8. Mercado de Pirituba

Em 1967 é publicada norma²¹⁷ que declara a utilidade pública dos terrenos necessários à construção do então Mercado Distrital de Pirituba. Com isto, dezessete lotes, com frentes para as ruas Celso Vieira, Luís de Andrade, Almirante Isaías de Noronha e Comendados Gabriel Cotti, são suprimidos²¹⁸, dando origem ao terreno em que se implantou o mercado.

Foi inaugurado em 12 de outubro de 1972²¹⁹. Localiza-se na Vila Pereira Barreto, distrito de Pirituba. Esta vila é uma das mais antigas do distrito, aparecendo no detalhe da planta de 1930, ao lado. Percebe-se, um pouco à direita do mercado, o eixo da Avenida Paula Ferreira, responsável por ligar esta região à Freguesia do Ó, núcleo urbano histórico do setor noroeste de São Paulo.

Esta avenida, antiga Estrada de Pirituba, apresenta-se como um dos eixos comerciais importantes da região. Apesar da proximidade, o mercado encontra-se implantado num setor majoritariamente residencial, e o fluxo da Avenida não se faz presente em tal região.

²¹⁷Decreto nº 7.196, de 29 de setembro de 1967.

²¹⁸Informação contida no croqui da quadra fiscal 432, setor 077. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Licenciamento.

²¹⁹Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacolos/unidades/mercados/index.php?p=4207>

Detalhe 85: Local do Mercado de Pirituba em planta de 1930b.

Detalhe 86: Local do Mercado de Pirituba em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 87: Local do Mercado de Pinheiros em imagem de satélite de 2016.

Figura 87: Construção do Mercado Distrital de Pirituba
Fonte: Casa da Imagem.

A fotografia apresentada, do momento em que se finalizava a construção do mercado, permite observar a configuração do bairro no seu entorno.

O terreno, resultante da unificação de lotes acima exposta, possui área²²⁰ de 11.983 m², e abriga edifício com área construída total de 2.746 m². Possui estacionamento, interno ao lote, ao redor do mercado. Uma curiosidade sobre a implantação, é a existência de dois platôs, sendo o mercado implantado no mais elevado, deixando o inferior numa condição de pátio de estacionamento aberto.

Mas o grande diferencial do Mercado de Pirituba é a arquitetura. Esta parte de uma planta circular, e estrutura em concreto aparente composta por um pilar central, sobre o qual se apoiam doze lajes em forma de casca. Estas, por sua vez, são atirantadas ao topo do pilar central, formando uma figura complexa. O diâmetro deste conjunto é de 70 metros. Contudo, este imenso esforço estrutural, não se traduz numa área útil de porte considerável.

Os mercados cobertos, historicamente, constituíram-se como grandes espaços cobertos, com o mínimo de interferência da estrutura. Por isto o caráter revolucionário do uso do ferro na construção destes equipamentos, tecnologia que permitiu a construção de grandes vãos, com estruturas esbeltas.

²²⁰No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

Mas tal condição não é cativa de um único sistema estrutura, ao longo do século XX, foi o concreto armado que produziu exemplos relevantes de mercados públicos²²¹. O próprio Mercado Municipal Paulistano é exemplar deste modelo de mercado.

O informativo institucional da prefeitura sobre este mercado²²², indica que o projeto arquitetônico esteve a cargo de Abelardo Riedy de Souza, autor de obras renomadas como os edifícios Nações Unidas e Três Marias, ambos localizados na Avenida Paulista, e também a Sede do IAB-SP. Menciona também o engenheiro José Carlos de Figueiredo Ferraz como responsável pela construção.

Sobre este último profissional, ele já havia ocupado cargos na administração municipal em dois momentos²²³, antes da construção do mercado, na Secretaria Municipal de Obras em 1957, e na Secretaria Municipal de Transportes em 1968. Em 1971 assume o cargo de Prefeito.

As fotografias ao lado, do acervo da empresa de Figueiredo Ferraz não deixam dúvida sobre a participação deste na construção do mercado. Já sobre Abelardo de Souza, o trabalho de Constantino (2004, p. 93) é elucidador e informa que o projeto original não previa a existência de caixilhos entre o perímetro dos boxes e a cobertura.

221 No primeiro capítulo, mencionou-se o exemplo dos mercados alemães do primeiro pós guerra.

222 Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacoloes/unidades/mercados/index.php?p=4207>

223 Disponível em: <<http://www.figueiredoferraz.com.br/br/empresa/fundador/prefeito>>.

Figura 88: Construção do Mercado de Pirituba.
Fonte: Acervo da empresa Figueiredo Ferraz.

Figura 89: Construção do Mercado de Pirituba.
Fonte: Acervo da empresa Figueiredo Ferraz.

Detalhe 88: Corte de uma das lajes que compõem a cobertura do Mercado de Pirituba.
Fonte: Supervisão Geral de Abastecimento. Prefeitura do Município de São Paulo.

A ideia, segundo o próprio arquiteto, seria criar uma condição que se assemelhasse ao de uma feira coberta, com grande permeabilidade entre interior e exterior. Estes conceitos encontram-se hoje desvirtuados, como se observa nas fotos atuais.

Sobre seu funcionamento, abriga 15 permissionários²²⁴ para um projeto que previa quarenta (Constantino, 2004, p. 185). Estes ocupam uma área de 2.010 m² e distribuem-se em 11 ramos de atividade²²⁵. Funciona todos os dias, sendo de segunda a sábado das 7 as 21 horas, e aos domingos das 7 às 14 horas.

Observa-se no gráfico e na tabela correspondente, a absoluta predominância do ramo Empório no quesito área, onde este ocupa 73% do total disponível. No entanto, no quesito distribuição de permissionários, este representa apenas 1, equivalendo a 6% do total existente. Isto porque neste ramo foi incluído a instalação de um supermercado.

Esta solução foi descrita em entrevista ao Jornal da Tarde, ainda em 1976, pelo então Chefe de gabinete do Secretário de Abastecimento, Flávio Cappelletti, como “única forma encontrada para dinamizar aquele mercado, que nunca teve bom movimento e contava com poucos permissionários” (Constantino, 2004, p. 188).

224 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

225 No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

224 3. Rede de Mercados Públicos de São Paulo: histórico e caracterização

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissioários	% Área Ocupada
2	Empório	1	1479	6,7%	73,6%
6	Açougue	1	50	6,7%	2,5%
7	Lanchonete	3	125	20,0%	6,2%
8	Frios e laticínios	1	50	6,7%	2,5%
11	Avícola	1	50	6,7%	2,5%
12	Rotisseria	1	50	6,7%	2,5%
17	Floricultura	1	50	6,7%	2,5%
18	Padaria	1	50	6,7%	2,5%
19	Adega	1	50	6,7%	2,5%
22	Pastelaria	1	50	6,7%	2,5%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	3	6	20,0%	0,3%
TOTAIS		15	2010	100,0%	100,0%

Tabela 10: Perfil do Mercado Municipal de Pirituba

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 10: Ocupação do Mercado Municipal de Pirituba

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

Ou seja, apenas quatro anos após a inauguração, o mercado já apresentava problemas para sua manutenção. A indicação de baixo movimento de clientes aparece também em notícia de 1978²²⁶, em que uma frequentadora, Carolina Bono, descreve que “quando ele (o mercado) foi inaugurado, no final de 1972, era uma beleza, mas tinha um movimento muito fraco, fazendo com que os comerciantes fossem falindo pouco a pouco”.

Nesta mesma fonte, um dos permissionários da época, Paulino Uema, responsável por um empório, dizendo não se sentir prejudicado pela presença do supermercado, afirmou que o “Morita²²⁷ é o chamariz do comércio aqui; é ele que atrai nossos fregueses”.

Duas considerações mostram-se pertinentes sobre este exemplo do Mercado de Pirituba, a primeira, é que parece claro que, de fato, a localização do mercado não se deu por critérios objetivos, que levassem em conta fluxo, mercado consumidor, área de influência, dentre outros possíveis. E também que associação de outros equipamentos, neste caso um supermercado, com vias à dinamização de um mercado público, não é uma inovação recente.

226Acervo do Jornal o Estado de São Paulo. dia 16/12/1978, p. 48.

227Supermercado que venceu o processo licitatório e instalou-se no Mercado de Pirituba em 1976 (Constantino, 2004, p. 188).

3.2.2.9. Mercado do Ipiranga

O distrito do Ipiranga, conta com um mercado municipal desde a década de 1940²²⁸. Este primeiro mercado, foi fundado na Rua Bom Pastor, e em 1949, foi transferido para o atual terreno da Rua Silva Bueno, atual 2109, esquina com a Rua Gonçalves Ledo (Fernandes, 2012, p. 111). A pesquisa revelou que, inicialmente, o mercado foi instalado num terreno particular, tendo sido este declarado “de utilidade pública” com a finalidade de desapropriação pela prefeitura, apenas em setembro 1969²²⁹.

Notícia²³⁰ de dezembro deste mesmo ano, sobre irregularidades no funcionamento dos mercados distritais, descreve grandes problemas no piso, cobertura, instalações elétricas e hidráulicas deste Mercado do Ipiranga. Em março de 1970, é publicada norma²³¹ declarando o terreno ao lado deste mercado para desapropriação, com vias à sua ampliação.

Detalhe 89: Local do Mercado do Ipiranga em planta de 1930b.

Detalhe 90: Local do Mercado do Ipiranga em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 91: Local do Mercado do Ipiranga em imagem de satélite de 2016.

228Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacolos/unidades/mercados/index.php?p=4207>

229Decreto nº 8.419, de 30 de setembro de 1969.

230Acervo do Jornal o Estado de São Paulo. dia 05/12/1969, p. 17.

231Decreto nº 8.697, de 4 de março de 1970.

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissionários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	3	160	15,3%	9,1%
2	Empório	4	213	20,3%	12,1%
4	Mercearia	1	46	4,3%	3,0%
5	Restaurante	1	18	1,8%	3,0%
6	Acougue	1	45	4,3%	3,0%
7	Lanchonete	2	45	4,3%	6,1%
8	Frios e laticínios	1	76	7,2%	3,0%
10	Peixaria	1	63	6,0%	3,0%
11	Avícola	2	52	4,9%	6,1%
12	Rotisseria	1	96	9,7%	3,0%
13	Doçaria	1	23	2,1%	3,0%
15	Produtos para Uso Animal	1	54	5,2%	3,0%
17	Floricultura	1	24	2,3%	3,0%
19	Adega	2	38	3,6%	6,1%
22	Pastelaria	1	21	2,0%	3,0%
23	Café	1	9	0,9%	3,0%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	6	12	1,2%	18,2%
27	Embalagens	1	15	1,4%	3,0%
28	Bazar e Armarinhos	1	21	2,0%	3,0%
39	Quiosque	1	18	1,7%	3,0%
TOTAIS		33	1048	100.0%	100.0%

Tabela 11: Perfil do Mercado Municipal do Ipiranga

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 11: Ocupação do Mercado Municipal do Ipiranga

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

O novo edifício do mercado fora inaugurado em 1975 (Rennó, 2006, p. 44), praticamente com o dobro da área de terreno do anterior (de 1.594,99 m², segundo norma de 1969 citada, ante 3.108,03 m² do atual²³²). Possui área construída total 3.702 m² e configura-se como edifício sem recuos laterais e de fundo, possuindo recuos frontais com vagas de estacionamento. Tem como característica principal a estrutura pré-fabricada em concreto, inclusive nas coberturas.

Nos detalhes 89 a 91, é possível observar o bairro já em formação na década de 1930. Na fotografia aérea de 1958, vê-se o primeiro mercado da Rua Silva Bueno, e na seguinte, atual, vemos o resultado da ampliação ocorrida na década de 1970.

Funciona de terça a domingo, sendo de terça a sábado das 8 às 19 horas, e aos domingos das 8 às 13 horas. Abriga atualmente 33 permissionários²³³, que ocupam área de 1.048 m² e distribuem-se em 20 ramos de atividade²³⁴. Observa-se no gráfico e na tabela correspondente, uma ligeira predominância do ramo Empório no quesito área, onde este ocupa 20% do total disponível. No entanto, no quesito distribuição de permissionários, este mesmo ramo contempla apenas 12% do total existente.

232No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

233 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

234No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

Possui um perfil de abastecimento alimentício mais diversificado, com 57 % da área sendo ocupada pelos ramos de Empório, Hortifrutícola, Rotisseria, Frios e Laticínios e Peixaria. De certa forma, parece manter o perfil do mercado da década de 1950. Fernandes (2012, p. 112), descreve que os proprietários dos estabelecimentos neste período (instalação do mercado na Rua Silva Bueno), eram majoritariamente imigrantes “italianos, portugueses, judeus, sírios”, compondo um comércio “essencialmente familiar”.

3.2.3 Fase de declínio e descaracterização do modelo – 1986 a 2014

Este último período a ser trabalhado, representa a fase em que se perde a clareza quanto ao papel dos mercados como equipamentos públicos, seja no que se refere ao seu papel para a sociedade, seja na adequação às políticas públicas de abastecimento.

Embora em 1986, a publicação do Decreto²³⁵ que reativava a Secretaria de Abastecimento, cujo status havia sido perdido em 1980, com a criação da Coordenadoria de Abastecimento, fizesse crer que os mercados voltariam a ter relativa importância, tal iniciativa ficou limitada a um período específico, relativo à administração do prefeito Jânio da Silva Quadros (1986 a 1989).

235Decreto nº 21.845, de 03 de janeiro de 1986.

Na verdade, o período caracterizou-se por um momento de incertezas, com mercados cuja implantação fora autorizada, mas não viraram realidade e, de, outros inaugurados e, poucos anos depois, extintos. Os poucos, desta fase, que ainda estão em funcionamento são Central Leste de Abastecimento²³⁶ (1988), Mercado Municipal de Guaianases²³⁷ (1989), Mercado Municipal de Sapopemba²³⁸ (1989/2000), Mercado Municipal Teotônio Vilela(1991²³⁹ /2006²⁴⁰), Central de Abastecimento Pátio do Pari²⁴¹ (2013).

Como representantes do processo de extinção mencionado acima, temos os mercados de Vila Maria, Jardim Miriam, Vila Prudente e Vila Nova Cachoeirinha. Os três primeiros são todos de 1988²⁴², já para o último, não foi localizada uma Lei ou Decreto para sua criação, apenas consta que já estava ativo em 1992, quando aparece na listagem de mercados do Decreto que reorganizou a Secretaria Municipal de Abastecimento²⁴³.

236Decreto nº 26.135, de 13 de junho de 1988.

237Patarra, 1996, p.64.

238Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacoloes/unidades/mercados/index.php?p=4207>

239(Patarra, 1996, p.285)

240Supervisão Geral de Abastecimento.

241Decreto nº 54.597, de 18 de novembro de 2013.

242Mercado Municipal de Vila Maria (Decreto nº 26.256, de 27 de junho de 1988)

Mercado Municipal do Jardim Miriam (Decreto nº 26.578, de 08 de agosto de 1988)

Mercado Municipal de Vila Prudente (Decreto nº 26.612, de 12 de agosto de 1988)

243Decreto nº 32.933, de 30 de dezembro de 1992.

Em 2003, durante administração de Marta Suplicy, ocorre o encerramento dos mercados Jardim Miriam, Vila Prudente e Vila Nova Cachoeirinha²⁴⁴. Já o de Vila Maria, é convertido em Banco de Alimentos em 2005²⁴⁵.

No que se refere aos diferentes conceitos de mercados surgidos no período, vão surgir os minimercados e os sacolões. Em 1988 é criado o Minimercado Municipal do Jaçana²⁴⁶, promulgando-se em seguida o regulamento e definição do que seriam estes equipamentos²⁴⁷. A norma menciona que estes teriam como foco o abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade, o que não representa grandes diferenças frente a última regulamentação do funcionamento de mercados públicos da cidade, datada de 1969²⁴⁸.

O outro formato que surge no período, as Centrais de Abastecimento, por sua vez, criadas na mesma época, 1988²⁴⁹, ao que tudo indica tinham um maior foco no comércio atacadista, mas não apresentavam grande diferença, frente aos mercados distritais, quanto aos ramos de comércio autorizados em seu funcionamento. Lembrando que a partir da inauguração do CEAGESP, no fim dos anos 60, os mercados municipais que dispunham deste tipo de comércio, atacadista, perdem importância nesta atividade.

244Decreto nº 43.796, de 16 de setembro de 2003.

245infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/4_feiras_livres_mercados_e_sacoloes_munici_2003_10772.html

246Decreto nº 25.821, de 27 de abril de 1988.

247Decreto nº 26.368, de 11 de julho de 1988.

248Decreto nº 8069, de 26 de março de 1969.

249Decreto nº 26.351, de 06 de julho de 1988.

Imaginava-se que a distinção entre as Centrais e os demais equipamentos dar-se-ia pela abrangência de seu atendimento. Não seriam equipamentos de bairro, mas sim, centrais regionais. Para tal, conformaram-se em edifícios maiores, com grandes estacionamentos. Podemos também supor que foram pensadas como complementos ao CEAGESP, tendo em vista que este se localiza na zona Oeste do Município, e foram criadas as Centrais Norte²⁵⁰, Sul²⁵¹ e Leste²⁵².

Curioso notar, ao se observar as datas de promulgação dos decretos acima mencionados, que primeiro criou-se o equipamento (Central Leste, num decreto de junho), e depois, definiu-se o conceito, num decreto de julho.

No entanto, este plano inicial não se consolidou. Em norma de 1991²⁵³, já na gestão Luíza Erundina, temos que: a Central Norte estava ocupada pela Coordenadoria de Alimentação e Suprimento, uma unidade administrativa da Secretaria de Abastecimento; a Central Leste, por sua vez, havia sido convertida em Sacolão Municipal, conceito do qual falaremos a seguir; e a Central Sul estava com espaços ociosos. Podemos supor que este foi um caso onde a vontade política sobrepôs-se a critérios de planejamento.

250Decreto nº 26.363, de 08 de julho de 1988.

251Decreto nº 26.614, de 12 de agosto de 1988.

252Decreto nº 26.135, de 13 de junho de 1988.

253Decreto nº 30.741, de 13 de dezembro de 1991.

A última variante de equipamento que temos no período foram os chamados Sacolões Municipais. Foram instituídos em 1990, com o Decreto 28.850²⁵⁴. O objetivo destes era oferecer à população, gêneros alimentícios a preços mais baixos que os de mercado. Estes equipamentos foram instalados em locais improvisados, em baixo de viadutos, galpões industriais desocupados, e também substituindo alguns dos minimercados da gestão anterior²⁵⁵.

Devemos destacar que os sacolões funcionam de forma diversa dos mercados municipais. Os mercados são caracterizados pela concentração de diversos permissionários, que oferecem produtos variados, sem determinação específica sobre o preço daquilo que oferecem. O cliente precisa da ajuda dos vendedores para terem acesso aos produtos, o diálogo é fundamental. É o formato de comércio que nos vem à mente quando pensamos em feiras e mercados públicos.

Já os sacolões, apesar de serem espaços cobertos e sob administração municipal, não podem ser comparados aos demais equipamentos de abastecimento. Uma diferença evidente está no próprio sistema de compra, caracterizado como autosserviço, onde o cliente escolhe o que quer, vai até a linha de caixas e efetua o pagamento. Assume o conceito do self-service introduzido pelos supermercados, interferindo nas relações sociais da troca, do encontro e da conversa, presente nos mercados tradicionais.

254Decreto nº 28.850, de 16 de julho de 1990.

255Caso dos minimercados do Jardim Peri Peri e Anhanguera, que foram transformados nos sacolões Butantã e Jaraguá, respectivamente.

Mas a principal diferença se dá pela finalidade dos mesmos. Estão ligados a uma política pública de Segurança Alimentar. Ou seja, almejam garantir para extratos sociais de menor poder aquisitivo, o acesso à alimentação de qualidade. Para tal, necessitam de mecanismos que garantam preços inferiores às práticas de mercado.

Esse controle sobre preços, porém, faz com que os sacolões não tenham a mesma dinâmica econômica dos outros equipamentos apresentados. Apesar de constituírem parte do sistema de abastecimento, estão enquadrados num nicho bastante específico e, desta forma, não serão incluídos como parte da rede de mercados públicos, pois, de fato, são equipamentos que funcionam sob outras premissas, tanto do ponto de vista da arquitetura como da inserção urbana.

Dando prosseguimento às idas e vindas características deste período, boa parte da legislação produzida a respeito de mercados e abastecimento diz respeito apenas a mudanças organizacionais da própria prefeitura, sendo a competência sobre o assunto deslocada administrativamente de pasta em pasta.

Em 2003, a publicação do Decreto nº 43.796²⁵⁶ põe fim definitivo à Secretaria de Abastecimento, e estabelece em seu artigo 1º a transferência para as Subprefeituras a “administração, a fiscalização, a operacionalização e a manutenção dos (...) Mercados Municipais”.

²⁵⁶Decreto nº 43.796, de 16 de setembro de 2003.

Este mesmo decreto já havia sido mencionado anteriormente quando citamos a extinção de alguns mercados. Outras normas que exemplificam a descontinuidade administrativa deste período são os Decretos nº 46.398²⁵⁷ de 2005 e 54.888²⁵⁸ de 2014.

Os mercados cobertos não foram prioridades nas gestões municipais que sucederam Jânio Quadros (1986 – 1988). Depois do Mercado de Guaianases, já mencionado anteriormente e cuja criação se dá em 1989, o próximo a ingressar nesta rede foi o de Sapopemba, também em 1989, porém como Sacolão convertido em Mercado Municipal em 2006. Por último, Mercado Teotônio Vilela, em 1993, também criado como Sacolão, e convertido em Mercado Municipal em 2006.

Durante a gestão José Serra/Gilberto Kassab (2005-2009), ocorrem outras iniciativas de implantação de mercados, porém, sem resultados. Dentre os mercados criados na legislação mas que não chegaram a ser efetivamente implantados, temos os de São Mateus²⁵⁹ (2006), Zaki Narchi²⁶⁰ (2007) e Itaquera²⁶¹ (2011). O de Zaki Narchi constitui uma tentativa de se reapropriar da antiga Central de Abastecimento Norte, desativada como mencionado, para uso como mercado.

257Decreto nº 46.398, de 28 de setembro de 2005.

258Decreto nº 54.888, de 28 de fevereiro de 2014.

259Decreto nº 47.492, de 19 de julho de 2006.

260Portaria nº 182/2007 secretaria: SMSP.

261Decreto nº 52.072, de 6 de janeiro de 2011.

O último mercado acrescido à rede, até o momento, foi a Central de Abastecimento do Pátio do Pari, em 2013²⁶². Trata-se da regulamentação de um comércio hortifrutícola informal que já acontecia naquele lugar, levado a cabo pela prefeitura quando esta passa a deter o direito real de uso do imóvel, após celebração de contrato com a União.

Todo este percurso histórico se justifica para que consigamos caracterizar de forma mais precisa a rede de mercados de São Paulo. Percebemos com isto que sua configuração se deu de forma descontinuada e desarticulada. Temos sob o nome “mercado municipal”, equipamentos pensados para diferentes momentos e diferentes estruturas de rede.

Apesar destas tentativas constantes de reformulação do modelo, ainda não houve uma verdadeira reflexão sobre qual o papel dos mercados públicos na cidade. Quais atividades deveriam eles exercer para a cidade, considerando que sua função inicial, de abastecimento, está garantida por outros equipamentos, tanto públicos (feiras, sacolões, Entrepostos), quanto privados (mercados de bairro, supermercados, hipermercados e e-commerce).

²⁶²Decreto nº 54.597, de 18 de novembro de 2013.

Chega-se ao ano de 2014, onde um novo Plano Diretor²⁶³ foi aprovado. Este definiu o Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais públicos como sendo “composto pelas redes de equipamentos urbanos e sociais voltados para a efetivação e universalização de direitos sociais, compreendidos como direito do cidadão e dever do Estado, com participação da sociedade civil nas fases de decisão, execução e fiscalização dos resultados”.

Também estabelece como componente deste sistema, no inciso VI do artigo 302, os “equipamentos de abastecimento e segurança alimentar”. Para esta rede, elenca como prioridade a elaboração de um plano municipal. Talvez seja o momento de se construir um novo olhar para os mercados, incorporando-se outras formas de abastecimento, e reavaliando o papel destes dentro de uma dinâmica urbana que exige outras funções.

3.2.3.1. Central Leste de Abastecimento

Esse mercado foi criado em 1988²⁶⁴, como uma das centrais de abastecimento reguladas pelo decreto nº 26.351²⁶⁵, conforme já mencionado anteriormente. Localiza-se na Avenida Imperador, 1900, distrito de Vila Jacuí.

²⁶³Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014.

²⁶⁴Decreto nº 26.135, de 13 de junho de 1988.

²⁶⁵Decreto nº 26.351, de 06 de julho de 1988.

Aparentemente, estas centrais comporiam, junto com o Ceagesp, um sistema de abastecimento atacadista descentralizado. No mapa 18, pode-se verificar a localização do Ceagesp e das centrais previstas. As centrais Norte²⁶⁶ e Sul²⁶⁷, localizavam-se, respectivamente na Avenida Zaki Narchi, distrito de Santana, e Avenida Padre José Maria, distrito de Santo Amaro.

Conforme relatado na introdução desta seção, pode-se supor que a implantação de tais equipamentos estivera mais relacionada a decisões políticas, de estabelecer centrais atacadistas municipais, do que oriundas da necessidade, tendo em vista o fato de que nenhum destes atingiu os objetivos esperados, e isto já no ano de 1991²⁶⁸.

No entanto, a Central Leste foi reinaugurada em 15 de setembro de 1995²⁶⁹, reassumindo o papel, ao menos legalmente, de entreposto. Esta Central está implantada num terreno com área²⁷⁰ de 25.465 m², tendo o edifício, área construída total de 6.567 m². Configura-se como uma edificação isolada, tendo espaço para estacionamento interno ao lote numa das laterais, e na outra, amplo espaço de carga e descarga.

Detalhe 92: Local da Central Leste de Abastecimento em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 93: Local da Central Leste de Abastecimento em imagem de satélite de 2016.

²⁶⁶Houve uma tentativa em 2007 de se reativar este espaço como mercado municipal, através da Portaria nº 182/2007 secretaria: SMSP.

²⁶⁷Decreto nº 26.614, de 12 de agosto de 1988.

²⁶⁸Decreto nº 30.741, de 13 de dezembro de 1991.

²⁶⁹Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacolos/unidades/mercados/index.php?p=4207>

²⁷⁰No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

Mapa 18: Localização do Ceagesp e das 3 Centrais de Abastecimento propostas em 1988.

- 1 - Ceagesp
- 2 - Central de Abastecimento Leste
- 3 - Central de Abastecimento Norte
- 4 - Central de Abastecimento Sul

Fonte: Mapa adaptado pelo autor com base em cartografias do IBGE, da Prefeitura do Município de São Paulo – Portal Gestão Urbana e imagem de satélite Google Maps, 2016.

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissioários	% Área Ocupada
3	COMÉRCIO ATACADISTA	12	2078	35,3%	61,7%
9	COMÉRCIO VAREJISTA	20	1283	58,8%	38,1%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	2	5	5,9%	0,2%
TOTAIS		34	3366	100.0%	100.0%

Tabela 12: Perfil da Central Leste de Abastecimento

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 12: Ocupação da Central Leste de Abastecimento

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

Funciona de terça a domingo, sendo de terça a sábado das 7 as 18 horas, e aos domingos das 7 às 13 horas. Abriga atualmente 34 permissionários²⁷¹, que ocupam uma área de 3.366 m². A análise dos ramos de atividade²⁷² existentes no mercado, mostra-se prejudicada pelos dados disponíveis na prefeitura. Isto porque, existem dois ramos exclusivos para cadastrar os permissionários de entrepostos municipais: o grupo nº 25, Atacado; e o grupo nº 26, Varejo.

Com esta limitação, chega-se no gráfico e na tabela correspondente da Central Leste de Abastecimento com apenas três itens: Atacado; Varejo e Postos Bancários/Caixas Eletrônicos.

Das poucas considerações possíveis, pode-se destacar que o comércio Atacadista ocupa mais de 60% da área, mas representa apenas 35% dos permissionários. No varejo, temos uma inversão, ocupando 38% da área e abarcando 58% dos permissionários.

Um dado de comparação interessante que se pôde obter a partir da avaliação dos dados disponibilizados pela Prefeitura (Anexo B) é a densidade de permissionários²⁷³.

271 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

272 No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

273 No Apêndice C encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às comparações gerais entre os mercados.

Detalhe 94: Local do Mercado de Guaianases em planta de 1930b.

Detalhe 95: Local do Mercado de Guaianases em imagem de satélite de 2016.

Este dado será amplamente utilizado quando da avaliação do conjunto de mercados, na sequência do capítulo.

Este dado indica que para a Central Leste, cada permissionário ocupa, em média, 99 m². Ao se comparar com a maior densidade encontrada, Mercado Municipal Kinjo Yamato, com 21 m² para cada permissionário, e que também cumpre a função de Entrepósito, vislumbra-se uma maior concentração de capital varejista nesta Central da Zona Leste. Cabem, contudo, aprofundamentos sobre o volume de mercadorias comercializadas em ambos para que se possa compreender a efetividade ou não desta Central no ramo atacadista.

3.2.3.2. Mercado de Guaianases

Dos mercados que compõem o terceiro período, este é certamente o com maior acessibilidade, tendo, hoje, num raio de 500 metros, uma estação da CPTM²⁷⁴. No entanto, até o ano 2000²⁷⁵, esta estação situava-se em frente ao mercado. Tal estação foi fundada ainda no século XIX, em 1875²⁷⁶, com o nome Lageado, e era parte da Estrada de

274Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

275A antiga estação “Guaianazes” foi desativada em 28/05/2000, com a entrada em funcionamento do Expresso Leste, linha 11 da CPTM, e a inauguração da nova estação Guaianases, que possui porte adequado para o novo modal ferroviário instalado.

276Informação obtida em portal eletrônico dedicado à memória ferroviária. Disponível em:

Ferro do Norte. O nome foi alterado para Carvalho de Araújo, e este conjunto largo/estação, aparece bem demarcado no detalhe 94, da planta de 1930.

Ainda nessa planta, é possível verificar sua localização central na aglomeração urbana, num largo, atualmente Praça Presidente Getúlio Vargas, distrito do Lajeado. O Mercado de Guaianases foi construído em 1988²⁷⁷, ainda na gestão Jânio Quadros, e foi inaugurado na gestão seguinte, Luiza Erundina, em 5 de maio de 1989 (Patarra, 1996, p.64). Substituiu um feira-livre que ocorria no local²⁷⁸.

Localiza-se num terreno com área²⁷⁹ 9.514 m², sendo a área construída total de 2.686 m². Configura-se como edifício isolado e não gradeado, edificado não sobre um lote, mas sobre uma praça. Possui estacionamento público no entorno do edifício. Foi projetado pela Promon Engenharia S.A²⁸⁰, tendo como contratante a EMURB²⁸¹. Compõem um conjunto, possivelmente alvo de uma contratação única, com os mercados Jardim Miriam e Sapopemba, tendo os três a mesma linguagem arquitetônica.

<<http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/guaianazes.htm>>

277Decreto nº 26.257, de 27 de Junho de 1988.

278Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacolos/unidades/mercados/index.php?p=4207>

279No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

280Dado obtido na pesquisa de plantas originais dos mercados, disponíveis no arquivo remanescente da antiga Secretaria Municipal de Abastecimento. Este arquivo está localizado no setor administrativo do Mercado Kinjo Yamato.

281Empresa Municipal de Urbanização. Antiga empresa de urbanização pertencente à Prefeitura de São Paulo e que atualmente corresponde à São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo.

Sobre seu funcionamento, abriga atualmente 38 permissionários²⁸², que ocupam 1.138 m² e distribuem-se em 20 ramos de atividade²⁸³. Funciona de terça a domingo, sendo de terça a sábado das 8 horas e 30 minutos às 19 horas e 30 minutos, e aos domingos das 8 às 13 horas.

Observa-se no gráfico e na tabela correspondente que os diversos ramos de atividade, distribuem-se de forma bastante equilibrada. A atividade mais representativa é a Hortifrutícola, no entanto, esta representa apenas 15% do total, tanto em área ocupada, quanto em número de permissionários. Com isto, são necessários seis ramos de atividade para chegar a 50% da área disponível. Quais sejam, hortifrutícola, Açougue, Avícola, Mercearia, Padaria, Peixaria.

Neste caso, temos claramente a função de abastecimento alimentício como a prioritária, mas o mercado também abriga usos como Papelaria, Livraria e Revistaria, Bazar e Armarinhos. É presumível o impacto que teve o deslocamento da estação ferroviário, retirando do mercado a condição vantajosa, no quesito fluxo, de estar no “largo da estação”.

282 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

283 No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissionários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	6	175	15,8%	15,4%
2	Empório	1	50	2,6%	4,4%
4	Mercearia	3	86	7,9%	7,6%
6	Açougue	3	100	7,9%	8,8%
7	Lanchonete	1	50	2,6%	4,4%
8	Frios e laticínios	1	25	2,6%	2,2%
10	Peixaria	2	75	5,3%	6,6%
11	Avícola	3	100	7,9%	8,8%
12	Rotisseria	1	50	2,6%	4,4%
13	Doçaria	1	25	2,6%	2,2%
15	Produtos para Uso Animal	1	50	2,6%	4,4%
17	Floricultura	1	50	2,6%	4,4%
18	Padaria	1	82	2,6%	7,2%
19	Adega	1	48	2,6%	4,2%
22	Pastelaria	2	50	5,3%	4,4%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	5	12	13,2%	1,0%
25	Papelaria, Livraria e Revistaria	1	25	2,6%	2,2%
26	Restaurante Típico	1	25	2,6%	2,2%
27	Embalagens	1	25	2,6%	2,2%
28	Bazar e Armarinhos	2	36	5,3%	3,2%
TOTAIS		38	1139	100.0%	100.0%

Tabela 13: Perfil do Mercado Municipal de Guaianases

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 13: Ocupação do Mercado Municipal de Guaianases

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

3.2.3.3. Mercado de Sapopemba

Este mercado também foi fundado como Sacolão da Prefeitura. Apesar da escolha do terreno ter ocorrido ainda na década de 1970²⁸⁴, a inauguração só ocorreu em 5 de outubro de 1989²⁸⁵. Representa bem as alterações sucessivas no tocante à função dos mercados municipais, tendo sido concebido como “Mercado Distrital” na administração Paulo Salim Maluf do início da década de 1970, contratado como “Mercado Municipal” na gestão Jânio Quadros, no final da década de 1980, e inaugurado como “Sacolão Municipal” na gestão seguinte, de Luiza Erundina.

Foi convertido em Mercado Municipal em 1º de julho de 2000²⁸⁶. Localiza-se na Avenida Sapopemba, 7911, Distrito de Sapopemba. Os detalhes ao lado mostram que o eixo da Avenida Sapopemba já estava definido na década de 1930, naquele momento chamada “Estrada de Sapopemba”. O terreno possui área²⁸⁷ de 3.816 m² e o edifício encerra área construída total de 3.882 m². Configura-se como edifício isolado, com estrutura em concreto, sendo a cobertura sustentada por treliças metálicas e vedações externas em tijolos de barro.

²⁸⁴Decreto nº 9.273, de 28 de janeiro de 1971.

²⁸⁵Diponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/vila_prudente/noticias/?p=32722>

²⁸⁶Durante gestão Celso Pitta.

²⁸⁷No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

Detalhe 96: Local do Mercado de Sapopemba em planta de 1930b.

Detalhe 97: Local do Mercado de Sapopemba em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 98: Local do Mercado de Sapopemba em imagem de satélite de 2016.

Conforme já mencionado, fez parte de uma aparente contratação conjunta, com os mercados Guaianases e Jardim Miriam, tendo sido projetado pela Promon Engenharia S.A. Possui estacionamento no interior do lote, tendo vagas ao ar livre e também no subsolo. Abriga atualmente 23 permissionários²⁸⁸, que ocupam área de 980 m² e distribuem-se em 14 ramos de atividade²⁸⁹. Funciona de terça a domingo, sendo de terça a sábado das 8 as 19 horas, e aos domingos das 8 às 13 horas.

Observa-se no gráfico e na tabela correspondente que o uso predominante é o Hortifrutícola, com ocupação de 37% da área do mercado. No entanto, este representa atividade de um único permissionário, o que corresponde a 4 % do total. Isto porque se configura como um Hortifruti, ou sacolão privado, ocupando grande área e utilizando o sistema de autosserviço.

O próximo uso relevante é o de Merceria, com um perfil mais equilibrado, ocupando 12,7% da área e 13% dos permissionários. Com o ramo Peixaria, 7,6% da área e 4% dos permissionários, atinge-se já metade da área do mercado. Mas é interessante observar o ramo de atividade que se encontra na quarta posição, Prestação de Serviços, mais uma vez demonstrando que os mercados têm absorvido demandas da vida contemporânea, não se restringindo ao papel de abastecimento alimentar.

288 Os dados relativos aos permissionários encontram-se no Anexo B.

289 No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissioários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	1	362	4,3%	37,0%
2	Empório	1	50	4,3%	5,1%
4	Mercearia	3	125	13,0%	12,8%
6	Açougue	1	50	4,3%	5,1%
7	Lanchonete	2	50	8,7%	5,1%
8	Frios e laticínios	1	50	4,3%	5,1%
10	Peixaria	1	75	4,3%	7,7%
11	Avícola	1	25	4,3%	2,6%
12	Rotisseria	1	50	4,3%	5,1%
13	Doçaria	1	18	4,3%	1,8%
15	Produtos para Uso Animal	1	25	4,3%	2,6%
21	Prestação de Serviços	2	62	8,7%	6,4%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	6	12	26,1%	1,3%
25	Papelaria, Livraria e Revistaria	1	25	4,3%	2,6%
TOTAIS		23	980	100.0%	100.0%

Tabela 14: Perfil do Mercado Municipal de Sapopemba

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 14: Ocupação do Mercado Municipal de Sapopemba

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

3.2.3.4. Mercado Teotônio Vilela

Este mercado localiza-se na gleba de um conjunto habitacional da Cohab²⁹⁰, Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 1900, distrito do Sapopemba. Foi inaugurado como Sacolão da Prefeitura em 29 de junho 1991 (Patarra, 1996, p.285) e convertido em mercado municipal em 2006.

Compondo uma parte muito recente do tecido urbano, constituída principalmente por conjuntos habitacionais, não se tem informações relevantes do lugar em plantas ou fotografias aéreas antigas. Como exemplo do quão recente é esse setor urbano, o próprio conjunto no qual se insere o mercado, Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, Jardim Sapopemba, tem seu loteamento proposto no ano de 1986²⁹¹.

Está instalado num terreno com de 4.756 m² ²⁹², tendo área construída total de 1192 m². Configura-se como edifício isolado, com espaço para estacionamento em seu redor. A arquitetura é bastante simples, composta por estrutura metálica singela e vedações em alvenaria.

Detalhe 99: Local do Mercado Teotônio Vilela em imagem de satélite de 2016.

290 Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo. Empresa pertencente à Prefeitura de São Paulo e dedicada à construção de habitações sociais.

291 Processo administrativo 37-0.28.571/86. Prefeitura do Município de São Paulo.

292 No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

Abriga 19 permissionários²⁹³, que ocupam uma área de 772 m² e distribuem-se em 13 ramos de atividade²⁹⁴. Curiosamente, apesar de ter sido fundado como sacolão, equipamento caracterizado pelo conceito de segurança alimentar e foco no abastecimento hortifrutícola, atualmente, o uso predominante deste mercado é o de Mercearia, conforme se observa no gráfico e na tabela correspondente.

Ocupando 58% da área útil, representa apenas 16% do total de permissionários. Isto porque o uso Mercearia, neste caso, representa um pequeno supermercado. Os próximos usos na sequência são os de Utilidades Domésticas, 6% da área e 10% dos permissionários, e Padaria, 5% da área e 5% dos permissionários.

Interessante notar como numa região carente de oferta varejista é o mercado público que assume a posição de centro varejista diversificado, deixando para as feiras livres o papel de abastecedoras hortifrutícolas. Funciona todos os dias da semana, sendo de segunda a sábado das 7 às 19 horas e aos domingos das 7 às 13 horas.

293Os dados relativos aos permissionários, bem como a fonte de tais informações, encontram-se no Anexo B.

294No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissioários	% Área Ocupada
4	Mercearia	3	451	15,8%	58,4%
5	Restaurante	1	11	5,3%	1,4%
6	Açougue	1	32	5,3%	4,1%
8	Frios e laticínios	1	23	5,3%	2,9%
10	Peixaria	1	32	5,3%	4,1%
11	Avícola	1	28	5,3%	3,6%
12	Rotisseria	1	27	5,3%	3,5%
15	Produtos para Uso Animal	1	17	5,3%	2,2%
16	Utilidades Domésticas	2	50	10,5%	6,4%
18	Padaria	1	40	5,3%	5,1%
21	Prestação de Serviços	1	33	5,3%	4,3%
22	Pastelaria	1	23	5,3%	3,0%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	4	7	21,1%	0,8%
TOTAIS		19	773	100.0%	100.0%

Tabela 15: Perfil do Mercado Municipal Teotônio Vilela

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 15: Ocupação do Mercado Municipal Teotônio Vilela

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

3.2.3.5. Central de Abastecimento do Pátio do Pari

Esse último mercado que compõe a rede de Mercados Municipais de São Paulo representa um curioso fechamento de ciclo. Trata-se da regularização de um comércio hortifrutícola que se formou à revelia da administração pública, no chamado Pátio do Pari, antigo polo de armazéns da São Paulo *Railway Company*, no distrito do Brás.

Nos detalhes ao lado, a planta de 1893 aponta esta região como “Estação de Pary”. Vemos na fotografia de 1958 o pátio ferroviário plenamente estabelecido, com os diversos ramais de linhas e o conjunto de armazéns. Nota-se a localização deste conjunto em relação ao complexo do Mercado Municipal Paulistano e Mercado Municipal Kinjo Yamato, à esquerda do da imagem.

A última imagem, atual, demonstra claramente o conjunto de armazéns já destituídos do uso ferroviário e percebe-se uma grande movimentação no entorno destes. Trata-se do comércio que se desenvolveu numa continuidade do eixo da “Zona Cerealista”, estando o acesso ao mercado na própria Rua Santa Rosa, na altura do número 330. Conforme já exposto, a formação deste núcleo de comércio alimentício está diretamente relacionada à proximidade com o Mercado Municipal, haja vista ter sido este, até a década de 60, o grande polo de abastecimento da cidade.

Detalhe 100: Local da Central de Abastecimento do Pátio do Pari em planta de 1893.

Detalhe 101: Local da Central de Abastecimento do Pátio do Pari em aerofotogrametria de 1958.

Detalhe 102: Local da Central de Abastecimento do Pátio do Pari em imagem de satélite de 2016.

Neste sentido, a instalação do mais recente mercado da cidade, está diretamente relacionada ao impacto urbano do primeiro mercado desta rede. Foi instituído em 2013²⁹⁵, após a obtenção do direito real de uso do imóvel por parte da prefeitura, conforme relatado anteriormente. Antes, toda a área, incluindo o trecho norte, onde se situa a feira da madrugada²⁹⁶, pertencia à União, como espólio da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.

O trecho sul desta gleba, onde se localiza o mercado, tem área²⁹⁷ total de aproximadamente 60.000 m², sendo que os galpões que abrigam tal uso, totalizam uma área estimada de 9.700 m². Atuam no local 215 permissionários²⁹⁸, divididos em 12 ramos de atividade²⁹⁹ e ocupando 6.225 m².

Observa-se no gráfico e na tabela correspondente, um perfil bastante próximo ao do Kinjo Yamato, com predominância inequívoca do setor hortifrutícola, chegando a 76% da área total disponível e concentrando 82% dos permissionários.

295Decreto nº 54.597, de 18 de novembro de 2013.

296Concentração varejista de itens diversos, especialmente vestuário, que formou-se com a ocupação do antigo pátio ferroviário do Pari, na região do Brás.

297No Apêndice B encontram-se as indicações das fontes e consolidação dos dados relativos às áreas dos mercados.

298Os dados relativos aos permissionários, bem como a fonte de tais informações, encontram-se no Anexo B.

299No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

260 3. Rede de Mercados Públicos de São Paulo: histórico e caracterização

Geral	Ramo de Atividade	Otde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissioários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	177	4737	82,3%	76,1%
4	Mercearia	3	126	1,4%	2,0%
5	Restaurante	5	244	2,3%	3,9%
7	Lanchonete	8	260	3,7%	4,2%
8	Frios e laticínios	1	24	0,5%	0,4%
14	Comércio Atacadista de Frutas, Verduras, Legumes e Similares	9	579	4,2%	9,3%
16	Utilidades Domésticas	3	87	1,4%	1,4%
21	Prestação de Serviços	1	46	0,5%	0,7%
28	Bazar e Armarinhos	2	31	0,9%	0,5%
31	Comércio Atacadista de Embalagens	1	22	0,5%	0,4%
32	Condimentos Especiarias	4	59	1,9%	1,0%
35	Ervaria	1	10	0,5%	0,2%
TOTAIS		215	6225	100.0%	100.0%

Tabela 16: Perfil da Central de Abastecimento do Pátio do Pari

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 16: Ocupação da Central de Abastecimento do Pátio do Pari

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes – Elaboração do autor com base em dados da COSAN

Quanto à inserção na quadra, se tratam de edifícios isolados, neste caso, galpões adaptados, com grande espaço interno ao lote para estacionamento, contudo, sem uma adequação a tal uso. No todo, ainda impera a informalidade do conjunto, não tendo sido realizados os investimentos necessários para a adequação do local para funcionar como equipamento Municipal de abastecimento. Funciona de segunda a sábado, sendo de segunda a sexta das 4 às 22 horas, e no sábado das 4 às 20 horas.

Tendo em vista o Complexo de Abastecimento Cantareira (Mercado Municipal Paulistano e Mercado Municipal Kinjo Yamato), pode-se incluir este entreposto do Pátio do Pari como parte do conjunto. Isto avaliando que os três conformam uma região ampliada de abastecimento, tanto varejista quanto atacadista, em pleno centro da metrópole paulistana. As previsões pessimistas, da década de 60 sobre o futuro e a relevância do Mercado Municipal Central, mostraram-se, afinal, equivocadas.

3.3. Arquitetura, inserção urbana e contemporaneidade

Após a reconstrução do desenvolvimento histórico de cada um dos mercados atuais de São Paulo, aliado a considerações sobre o funcionamento deles, cabe agora uma análise do conjunto, a princípio, bastante heterogêneo. Esta análise está centrada nos três aspectos principais que conduziram o desenvolvimento do trabalho, quais sejam: arquitetura, inserção urbana e contemporaneidade.

Mapa 19: Localização dos Mercados Municipais de São Paulo.

- 1 - Mercado Municipal Paulistano
- 2 - Mercado Kinjo Yamato
- 3 - Mercado da Lapa
- 4 - Mercado de Santo Amaro
- 5 - Mercado de São Miguel Paulista
- 6 - Mercado do Tucuruvi
- 7 - Mercado da Pinheiros
- 8 - Mercado da Penha
- 9 - Mercado de Vila Formosa
- 10 - Mercado de Pirituba
- 11 - Mercado do Ipiranga
- 12 - Central Leste de Abastecimento
- 13 - Mercado de Guaianases
- 14 - Mercado de Sapopemba
- 15 - Mercado Teotônio Vilela
- 16 - Pátio do Pari

Fontes: Mapa adaptado pelo autor com base em cartografias do IBGE e da Prefeitura do Município de São Paulo – Portal Gestão Urbana.

A análise da arquitetura não almeja entrar em minúcias projetuais, antes, busca avaliar de forma ampla, como os diferentes contextos, explicitam-se em arquiteturas distintas, e de que forma essas arquiteturas, por sua vez, podem impactar no funcionamento futuro de cada mercado. Estrutura-se em dois pontos: linguagem arquitetônica; avaliação de áreas construídas.

O aspecto de inserção urbana se deu pela avaliação de três pontos fundamentais para o desenvolvimento do comércio: existência de mercado consumidor; renda; e fluxo. Para os dois primeiros, buscaram-se dados sobre densidade habitacional, densidade de empregos e faixas de renda, todos ponderados pela divisão distrital do município. Para os fluxos, optou-se por avaliar a localização dos mercados em relação à infraestrutura de transporte público.

Para o último aspecto, relacionado ao uso atual dos mercados, elencou-se três fatores para análise: horário de funcionamento; densidade de permissionários; distribuição dos ramos de atividade.

Através destes pontos, foi possível construir uma visão de conjunto, identificando discrepâncias e aproximações entre tais equipamentos, a princípio, tão diferentes, e com isto vislumbrar diferentes possibilidades de usufruir da permanência destes na cidade de modo mais eficiente.

3.3.1. Arquitetura dos Mercados

Conforme visto ao longo do capítulo, a construção dos mercados atuais de São Paulo pôde ser organizada em três períodos distintos. Ao se avaliar a linguagem arquitetônica dos mercados em cada período, é possível estabelecer-se algumas subdivisões mantendo, no entanto, a coerência da cronologia anteriormente proposta.

Primeiro período – 1920 a 1947

O primeiro período contempla dois mercados com perfis *sui generis*. O segundo período permite a ordenação de três grupos. Já o terceiro período abrange dois grupos distintos. Cabe já uma ressalva, o Mercado da Penha, que na ordenação cronológica está inserido no segundo período, na avaliação arquitetônica entrará no terceiro, pois a reconstrução sofrida em 1994 devido ao incêndio anteriormente relatado alterou suas características originais.

Como representantes do primeiro período, o Mercado Municipal Paulistano (1933) e o Mercado Kinjo Yamato (1936) possuem características bastante diversas, e únicas no universo dos dezesseis mercados. O primeiro traz em sua arquitetura eclética, a projeção dos anseios de uma elite voluntarista que almejava ser referência artística do

país, profundamente influenciada pelo exemplo da “capital cultural do século XIX”, Paris (Camargos, 2013).

Segundo Murilha e Salgado (2011), pertence à tipologia dos mercados cobertos, não metálicos, dotados de torreões laterais. Os autores consideram como referência desta tipologia, o Mercado Central de Berlim, de 1886, e pontuam a construção em alvenaria, fachadas com grande número de aberturas simétricas e de grandes dimensões.

Reis Filho (1994, p. 128) destaca os vitrais coloridos nas janelas, de autoria de Conrado Sorgenicht, e o desenho das fachadas, realizado por Felisberto Ranzini, membro do Escritório Técnico Ramos de Azevedo. Possui planta simétrica, com dois edifícios anexos que, originalmente, abrigavam a administração do conjunto e um restaurante (Oliveira Júnior, 2006, p. 57). Conta com pé direito alto e lanternins, que contribuem para a ventilação e iluminação naturais. Tal pé-direito possibilitou a instalação do mezanino em 2004, espaço que vem transformando o uso do mercado.

Tendo em vista o processo de diminuição de importância deste mercado após a inauguração do Ceagesp, década de 1960, cogitou-se a demolição do mesmo em 1973. Pela mobilização dos permissionários, feirantes e simpatizantes³⁰⁰, que resistiram à mudança ao Ceagesp, manteve-se funcionando³⁰¹.

³⁰⁰Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacoloes/unidades/mercados/index.php?p=4207>

³⁰¹O histórico deste embate está registrado no estudo de tombamento do Mercado Municipal junto ao Condephaat, Processo nº 26399 de 30 de agosto de 1988.

Em 1988, durante gestão de Jânio Quadros, são iniciados os primeiros estudos de intervenção no Mercado, com participação do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva (Oliveira Júnior, 2006, p. 58). Este primeiro estudo contemplava construção de dois mezaninos e subsolos de estacionamento, mas não teve prosseguimento.

Em 2004, obteve-se junto ao Condephaat a inscrição do Mercado como “bem cultural de interesse histórico arquitetônico”³⁰². Neste mesmo ano, gestão de Marta Suplicy, ganha corpo uma nova proposta para o mercado, do mesmo arquiteto mencionado, mas desta vez, com escopo mais limitado.

Teve como premissas a modernização da infraestrutura e adequação a novos usos. Um dos resultados mais visíveis, foi instalação de um mezanino, definido por Melo Saraiva como uma “varanda gastronômica”³⁰³. Além desse espaço, que hoje abriga um conjunto de restaurantes, mesas para alimentação e sanitários, o projeto previa a utilização das quatro torres para instalação de restaurantes maiores, proposta até o momento não executada.

Segundo Oliveira Júnior (2006, p. 59), esta proposta “devolveu a dignidade do patrimônio arquitetônico, resgatando-o como marco referencial histórico e turístico para a cidade”.

302Resolução SC 43/04, de 2 de setembro de 2004, publicado no DOE 14/09/2004, p. 75.

303Artigo de Fernando Serapião, publicado originalmente na revista Projeto Design, nº 297. Disponível em: <<https://arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/pedro-paulo-de-melo-saraiva-revitalizacao-de-17-11-2004>>.

E é nesses termos que o mercado aparece nos meios de comunicação, invariavelmente vinculado ao “patrimônio arquitetônico” e ao turismo.

O revés deste processo é a diminuição de seu papel como centro abastecedor, embora reafirme seu caráter simbólico, oferecendo a oportunidade aos seus visitantes de saborear iguarias das mais diversas regiões do país.

Já o outro mercado deste período, o atual Kinjo Yamato, atendeu a demandas mais pragmáticas, voltadas especificamente ao abastecimento alimentício. Esta característica, pragmatismo, também se faz presente na arquitetura.

Em sua morfologia, mantém características do antigo Mercado 25 de Março, na versão posterior a 1907, conforme pode ser observado pelas fotografias existentes, que apresenta um perímetro edificado em alvenaria, com o interior abrigando um conjunto de pavilhões cobertos, unidos por ruas descobertas.

Esta configuração é bastante similar à do Kinjo, sendo que o grande destaque deste mercado é justamente a estrutura metálica de seus pavilhões. O perímetro compreende um bloco edificado com dois pavimentos, sendo o primeiro destinado, basicamente, aos boxes dos permissionários, enquanto no segundo estão escritórios e depósitos. É neste espaço que estão muitas das plantas existentes dos mercados atuais.

Nos dados disponíveis, encontra-se informação de uma única reforma, em 2007³⁰⁴, que resultou na recuperação dos paralelepípedos originais das ruas internas e a colocação de uma cobertura translúcida entre os pavilhões e edifício perimetral.

Em 2011³⁰⁵ foi incluso, como um dos anexos do Mercado Municipal, na resolução³⁰⁶ do Condephaat que salvaguardou este último. Esta norma limita a preservação à “estrutura interna - sistema de cobertura, localizada no interior da quadra”. Apesar de corresponderem a um mesmo momento histórico, estes dois mercados apresentam perfis distintos, tanto funcional quanto arquitetônico.

Segundo período – 1947 a 1986

Já os mercados correspondentes ao segundo período, compreendem três grupos distintos. O primeiro tem como característica a simplicidade formal, onde predomina a concepção de edifício com perímetro em estrutura de concreto não aparente, com vedações em alvenaria, sem filiação óbvia com a corrente arquitetônica do período, qual seja modernista.

304Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/mercados_municipais_e_sacoloes/unidades/mercados/index.php?p=4207>

305Resolução SC 103/10, de 20 de dezembro de 2010, publicação 15/janeiro/2011, pág. 45, Poder Executivo - Seção I - São Paulo

306Resolução SC 43/04, de 2 de setembro de 2004, publicado no DOE 14/09/2004, p. 75.

Possuem traços de funcionalidade e pragmatismo, tal como o Kinjo Yamato, porém, constituindo volume coberto único, não mais como uma praça de mercado coberta. Foram construídos entre o início da década de 1950 e fim da década seguinte. Incluem-se neste grupo os mercados da Lapa (1954), Santo Amaro (1958), São Miguel Paulista (1967) e Tucuruvi (1969). No caso do mercado de São Miguel, trata-se de um conjunto de pavilhões, onde estes apresentam as características citadas.

Um segundo grupo é formado pelos mercados que utilizaram largamente a pré-fabricação em concreto. Tratam-se dos mercados de Vila Formosa (1971) e Ipiranga (1975). O mercado da Penha (1971) entraria neste grupo, mas perdeu esta característica após a reconstrução de 1994.

O último grupo deste período é o formado pelos mercados de Pinheiros (1971) e Pirituba (1972). Ambos contemplam filiação inequívoca à corrente modernista, sendo, inclusive, projetos de autores reconhecidos, Eurico Prado Lopes e Luiz Telles no caso de Pinheiros e Abelardo Riedy de Souza no de Pirituba.

Estes últimos não apresentam similaridade espacial, mas encontram na estrutura expressiva em concreto armado sua filiação. Distinguem-se da morfologia usual de mercados públicos e ambos apresentaram problemas de funcionamento, seja por baixa procura por parte dos consumidores, seja por dificuldades na manutenção física da estrutura.

Terceiro período – a partir de 1986

O terceiro período corresponde a dois diferentes perfis de equipamentos. O primeiro deles, do final da década de 1980, representa o último momento de proliferação de mercados, e corresponde à gestão Jânio Quadros. Neste momento acontece a contratação em lote³⁰⁷ de um conjunto de mercados, dos quais sobrevivem Central Leste de Abastecimento (1988), Guaianases (1989) e Sapopemba (1989).

Caracterizam-se por estruturas em concreto, vedações em alvenaria de blocos aparente e cobertura sustentada por estrutura metálica. No caso dos dois últimos mencionados, que possuem dimensão bem inferior ao da Central de Abastecimento, as vedações externas são em tijolos de barro. Afirmam-se como edifícios funcionais, não tendo grandes intenções arquitetônicas. O antigo mercado do Jardim Miriam, irmanado a este grupo, foi reformado e, hoje, abriga o Poupa Tempo Cidade Ademar.

O hiato existente entre as inaugurações do mercado de Pirituba e da Central Leste evidencia um período de crise, em que os mercados municipais perderam, de certa forma, a razão de ser, haja vista a consolidação dos super/hipermercados no papel de principais equipamentos de abastecimento.

³⁰⁷Fato constatado pelo conjunto de plantas da Promon Engenharia, disponíveis no arquivo remanescente da antiga Secretaria Municipal de Abastecimento. Este arquivo está localizado no setor administrativo do Mercado Kinjo Yamato.

Quando a construção de equipamento é retomada, brevemente, no período de Jânio Quadros, não se sustenta, sendo estes transformados em sacolões na gestão seguinte de Luiza Erundina. Este último governo municipal citado, não instalou mercados municipais, apenas sacolões, e a característica destes foi aprecariedade das instalações, ocupando em muitos casos áreas públicas residuais, com estruturas metálicas leves e vedações em bloco de concreto aparente.

Assim se caracteriza o atual Mercado Teotônio Vilela (1991), construído como sacolão e convertido em mercado em 2006. A reforma do Mercado da Penha, em 1994, gestão Paulo Maluf, implicou a instalação de uma cobertura em estrutura metálica espacial, de certa forma mais elaborada que a dos sacolões, mas denota o pragmatismo característico do período.

Em 2013, gestão Fernando Haddad, oficializa-se a Central de Abastecimento do Pátio do Pari, sem que para isso se tenha investido na adequação do local que já funcionava irregularmente.

Desta forma, o último perfil que caracteriza os mercados atuais de São Paulo não diz respeito, propriamente, às características arquitetônicas bem definidas, mas sim, a um momento em que os mercados não são mais dignos de grandes preocupações por parte das administrações municipais, refletindo em ações mais corretivas e singelas no tocante aos edifícios de mercado.

Neste percurso, pôde-se notar que juntamente à perda de expressão dos mercados como equipamentos de abastecimento, ocorre também a falta de preocupação com a sua arquitetura. Fato este seguramente explicado pela priorização de construção de outros equipamentos urbanos (estações de metrô, centros culturais, parques de exposição etc) cuja visibilidade passaram a ter mais impacto sobre a avaliação da gestão pública.

Para que se construa uma visão mais adequada do conjunto, é interessante avaliar a diversidade dos mercados no tocante a dimensão física dos mesmos. Para além das características arquitetônicas delineadas acima, a área dos equipamentos certamente impacta no papel que estes podem desempenhar na cidade, estando diretamente relacionada ao volume comercial possível em suas dependências.

A leitura do quadro abaixo permite constatar que a grande variação existente entre as áreas³⁰⁸ dos mercados. Partindo dos extremos, enquanto o Mercado Teotônio Vilela possui área útil de 772 m², o Mercado Municipal Paulistano possui quase dez vezes mais, com 7.273 m². Neste quesito, não há correspondência entre a área de determinado mercado e o seu período de construção, nem mesmo uma relação com a área a ser abastecida, o que mostra falta de conhecimento e expertise com relação ao abastecimento desde sempre e ausência de planejamento.

³⁰⁸Estas áreas correspondem ao espaço ocupado por permissionários, não incluem as demais áreas que formam a planta de cada mercado, como por exemplo, circulação, sanitários, administração, etc.

Nome	Total de permissionários	Área ocupada (m ²)	% da área ocupada	% do total de permissionários
Mercado Municipal Paulistano	268	7.273,81	20,07%	25,45%
Mercado Kinjo Yamato	111	2.376,66	6,56%	10,54%
Mercado da Lapa	97	2.441,46	6,74%	9,21%
Mercado de Santo Amaro	28	1.455,91	4,02%	2,66%
Mercado de São Miguel Paulista	45	1.214,81	3,35%	4,27%
Mercado do Tucuruvi	31	982,74	2,71%	2,94%
Mercado de Vila Formosa	30	1.619,63	4,47%	2,85%
Mercado da Penha	40	1.797,79	4,96%	3,80%
Mercado de Pinheiros	26	1.534,62	4,23%	2,47%
Mercado de Pirituba	15	2.010,00	5,55%	1,42%
Mercado do Ipiranga	33	1.048,48	2,89%	3,13%
Central de Abastecimento Leste	34	3.366,29	9,29%	3,23%
Mercado de Sapopemba	23	979,88	2,70%	2,18%
Mercado de Guaianases	38	1.138,87	3,14%	3,61%
Mercado Teotônio Vilela	19	772,96	2,13%	1,80%
Central de Abastecimento do Pátio do Pari	215	6.225,15	17,18%	20,42%
TOTAIS	1053	82024,44	100%	100%

Tabela 17: Comparativo de áreas e permissionários dos mercados municipais de São Paulo

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de São Paulo.

Gráfico 17: Comparativo de áreas e permissionários dos mercados municipais de São Paulo

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de São Paulo.

Na página anterior:

Figura 90: Implantação geral dos Mercados de São Paulo Escala 1:7500.

- 1 - Mercado Municipal Paulistano e Mercado Kinjo Yamato
- 2 - Mercado da Lapa
- 3 - Mercado de Santo Amaro
- 4 - Mercado de São Miguel Paulista
- 5 - Mercado do Tucuruvi
- 6 - Mercado da Pinheiros
- 7 - Mercado da Penha
- 8 - Mercado de Vila Formosa
- 9 - Mercado de Pirituba
- 10 - Mercado do Ipiranga
- 11 - Central Leste de Abastecimento
- 12 - Mercado de Guaianases
- 13 - Mercado de Sapopemba
- 14 - Mercado Teotônio Vilela
- 15 - Pátio do Pari

Fonte: Elaboração do autor com base em plantas disponibilizadas pelo setor de engenharia da Supervisão Geral de Abastecimento – Prefeitura do Município de São Paulo.

Quanto à área total construída, os maiores edifícios são, ou foram, entrepostos. Tratam-se do Mercado Municipal Paulistano, a Central do Pátio do Pari, a Central Leste e o Kinjo Yamato, respectivamente com 18.173 m², 9.700 m², 6.568 m² e 5.517 m². A figura 90 evidencia a heterogeneidade existente neste universo de equipamentos, com grande discrepância de dimensão entre os componentes da rede.

3.3.2. Inserção urbana

Para a análise da inserção urbana dos edifícios de mercado, a densidade habitacional, de emprego e de renda são elementos fundamentais para sua compreensão, pois, a quantidade de consumidores, sejam eles residentes ou trabalhadores, com seus respectivos poderes de compra é que viabilizam a gênese e a permanência de equipamentos que abrigam atividades de comércio e serviços na sociedade capitalista, incluindo os mercados públicos. (VARGAS, 2017)

Nesse sentido, um olhar sobre a situação dos mercados paulistanos pode auxiliar na compreensão das transformações que estes equipamentos vem sofrendo, principalmente no que se refere ao tipo de atividades que oferecem.

O mapa 20 a seguir permite uma apreensão rápida das diferentes situações de implantação dos mercados. Enquanto os mercados do leste, Teotônio Vilela, Sapopemba

e Central Leste, encontram-se em áreas de altíssima densidade, os do oeste e do sul, Pinheiros, Lapa e Santo Amaro, vivem situação oposta.

Análise confirmada quando se observa as respectivas densidades distritais³⁰⁹, onde o Mercado Teotônio Vilela possui densidade de 21.076 habitantes/Km², o de Santo Amaro dispõe de quase 20% deste valor, com 4.587 habitantes/Km². Esta constatação nos conduz a intuir que há um maior número de consumidores na área de influência que se apresentam mais densas. No entanto, conforme observa Vargas(2001), a composição com a renda (poder de compra) é que dá a devida expressão do mercado, lato sensu.

Lembrando que a renda também interfere, no tipo e na qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelos mercados. Desta forma, do mapa 22 depreende-se uma maior concentração de renda³¹⁰ no vetor Sudoeste da cidade, abrangendo os mercados de Pinheiros e Santo Amaro. Em posição intermediária encontram-se os mercados do Tucuruvi, Lapa, Vila Formosa. Os restantes inserem-se em distritos com concentração de rendas mais baixas.

O binômico densidade demográfica e renda, pode explicar, portanto, a permanência de alguns mercados e as transformações que vem incorporando de modo a atender o seu público-alvo.

309 Dados da Prefeitura do Município de São Paulo disponíveis no portal de internet Dados Abertos.

310 Cabe a ressalva que os dados utilizados não dizem respeito à divisão do município em determinadas faixas de renda, mas sim avalia a concentração de domicílios com renda igual ou superior a 20 salários-mínimos.

Mapa 20: Localização dos Mercados de São Paulo em relação à densidade habitacional.

- 1 - Mercado Municipal Paulistano
- 2 - Mercado Kinjo Yamato
- 3 - Mercado da Lapa
- 4 - Mercado de Santo Amaro
- 5 - Mercado de São Miguel Paulista
- 6 - Mercado do Tucuruvi
- 7 - Mercado da Pinheiros
- 8 - Mercado da Penha
- 9 - Mercado de Vila Formosa
- 10 - Mercado de Pirituba
- 11 - Mercado do Ipiranga
- 12 - Central Leste de Abastecimento
- 13 - Mercado de Guaianases
- 14 - Mercado de Sapopemba
- 15 - Mercado Teotônio Vilela
- 16 - Pátio do Pari

Fontes: Mapa adaptado pelo autor com base em cartografias do IBGE e da Prefeitura do Município de São Paulo – Portal Gestão Urbana.

Outra variável que deve ser considerada é a acessibilidade ao mercado, o que pode aumentar sua área de influência, ao possibilitar um acesso mais rápido dos consumidores, por meio de melhores serviços de transporte.

O mapa 22 permite avaliar esta correlação entre equipamentos e a rede de transporte público existente. Neste quesito, identificam-se seis mercados em localizações privilegiadas do ponto de vista do transporte sobre trilhos: Mercado Municipal, Kinjo Yamato, Lapa, Pinheiros, Guaianases e São Miguel.

Outros três localizam-se próximos a este modal, quais sejam, Pátio do Pari, Tucuruvi e Ipiranga. Já Santo Amaro, Pirituba e Penha possuem relação mais facilitada a corredores de ônibus, sendo que o da Penha possui um terminal associado.

Os quatro restantes, Vila Formosa, Sapopemba, Teotônio Vilela e Central Leste, possuem apenas previsão de implantação de eixos de transporte público de alta/média capacidade nas proximidades.

De qualquer forma, as pessoas não estão dispostas a se deslocar a grandes distâncias para suprir suas necessidades para produtos de primeira necessidade. A não ser que os mercados se encontrem junto aos seus locais de trabalho. Assim, outra variável importante é a densidade de emprego existente no entorno dos mercados. Neste caso, conforme Vargas (2017b), aqueles mercados localizados em locais de alta densidade de empregos, vão contribuir para a intensificação dos serviços de refeições.

Mapa 21: Localização dos Mercados de São Paulo em relação à densidade de empregos.

- 1 - Mercado Municipal Paulistano
- 2 - Mercado Kinjo Yamato
- 3 - Mercado da Lapa
- 4 - Mercado de Santo Amaro
- 5 - Mercado de São Miguel Paulista
- 6 - Mercado do Tucuruvi
- 7 - Mercado da Pinheiros
- 8 - Mercado da Penha
- 9 - Mercado de Vila Formosa
- 10 - Mercado de Pirituba
- 11 - Mercado do Ipiranga
- 12 - Central Leste de Abastecimento
- 13 - Mercado de Guaianases
- 14 - Mercado de Sapopemba
- 15 - Mercado Teotônio Vilela
- 16 - Pátio do Pari

Fontes: Mapa adaptado pelo autor com base em cartografias do IBGE e da Prefeitura do Município de São Paulo – Portal Gestão Urbana.

Pela avaliação do mapa 21, já é possível fazer algumas correlações nesta direção entre todos os mercados. Na região leste os mercados estão inseridos em áreas com baixa concentração de empregos, ao passo que os da região oeste e sul, vivem situação oposta. A estes últimos, somam-se os mercados centrais, Mercado Municipal, Kinjo Yamato e Pátio do Pari.

Os dois mercados ao norte, Pirituba e Tucuruvi, acrescidos do Ipiranga, ao sul, fazem parte do grupo de mercados em distritos menores densidades de empregos. Já é possível intuir que estas diferenças implicam, necessariamente, em demandas diferentes aos mercados, a depender da dinâmica urbana do local em que se encontra.

Outras variáveis, ao serem cruzadas com os dados acima mencionados, podem auxiliar nas análises, como por exemplo, os horários de funcionamento e os ramos de atividades.

A questão do horário é interessante quando avaliada em conjunto aos dados apresentados anteriormente, principalmente densidade habitacional e densidade de empregos. Avaliando o funcionamento atual dos mercados, encontram-se três perfis de funcionamento: todos os dias da semana; segunda a sábado; e terça a domingo.

Os representantes do primeiro perfil são Mercado Municipal Paulistano, Pirituba e Teotônio Vilela. Intui-se que o motivo deste horário de funcionamento não seja o mesmo para estes mercados bastante distintos.

Mapa 22: Localização dos Mercados de São Paulo em relação à renda domiciliar.

- 1 - Mercado Municipal Paulistano
- 2 - Mercado Kinjo Yamato
- 3 - Mercado da Lapa
- 4 - Mercado de Santo Amaro
- 5 - Mercado de São Miguel Paulista
- 6 - Mercado do Tucuruvi
- 7 - Mercado da Pinheiros
- 8 - Mercado da Penha
- 9 - Mercado de Vila Formosa
- 10 - Mercado de Pirituba
- 11 - Mercado do Ipiranga
- 12 - Central Leste de Abastecimento
- 13 - Mercado de Guaianases
- 14 - Mercado de Sapopemba
- 15 - Mercado Teotônio Vilela
- 16 - Pátio do Pari

Fontes: Mapa adaptado pelo autor com base em cartografias do IBGE e da Prefeitura do Município de São Paulo – Portal Gestão Urbana.

Enquanto para o Mercado Municipal parece ser decorrência de sua condição ímpar de ponto turístico, entreposto atacadista e local que concentra espaços para alimentação fora do lar, para os outros dois, por certo o fato de abrigarem supermercados, conforme visto, o período de funcionamento se ampliou. Quanto aos demais mercados, atentam, em sua maioria, à lógica de sua localização.

Isto porque, ao se correlacionar os dados anteriormente apresentados, pode-se intuir que aqueles mercados inseridos em locais com baixa densidade residencial, porém, alta concentração de empregos, estariam mais aptos a trabalharem durante os dias úteis, ao passo que a situação inversa, baixa concentração de empregos aliada à alta densidade residencial, exigiria um funcionamento mais voltado aos finais de semana, ou períodos noturnos, para aqueles que retornam ao lar após o dia de trabalho em outras regiões.

Na maior parte dos casos, a regra confirmou-se. No grupo que não trabalha de domingo, encontram-se os mercados Kinjo Yamato, Lapa, Santo Amaro, Pátio do Pari, São Miguel e Vila Formosa. Estes dois últimos enquadram-se no perfil de baixa concentração de empregos e alta densidade residencial, e, desta forma, intui-se que não usufruam da melhor forma possível das características de seus bairros.

Mapa 23: Localização dos Mercados de São Paulo em relação ao sistema de transporte público de alta/média capacidade.

- 1 - Mercado Municipal Paulistano
- 2 - Mercado Kinjo Yamato
- 3 - Mercado da Lapa
- 4 - Mercado de Santo Amaro
- 5 - Mercado de São Miguel Paulista
- 6 - Mercado do Tucuruvi
- 7 - Mercado da Pinheiros
- 8 - Mercado da Penha
- 9 - Mercado de Vila Formosa
- 10 - Mercado de Pirituba
- 11 - Mercado do Ipiranga
- 12 - Central Leste de Abastecimento
- 13 - Mercado de Guaianases
- 14 - Mercado de Sapopemba
- 15 - Mercado Teotônio Vilela
- 16 - Pátio do Pari

Fontes: Mapa adaptado pelo autor com base em cartografias do IBGE e da Prefeitura do Município de São Paulo – Portal Gestão Urbana.

O último grupo, que não trabalha às segundas-feiras, contempla os mercados de Tucuruvi, Pinheiros, Penha, Ipiranga, Central Leste, Guaianases e Sapopemba. Destes, apenas o de Pinheiros está deslocado, haja vista a grande concentração de empregos de que a região de Pinheiros dispõe, e com tendência de aumento da oferta pela remodelação do Largo da Batata e entorno.

Quanto aos ramos de atividades encontrados nos diversos mercados, podemos sintetizar os dados apresentados e traçar um perfil geral. A tabela 18 apresenta os percentis de área ocupada e permissionários envolvidos para cada ramo de atividade³¹¹. Pode-se, então, constatar que 29% de toda a área disponível para permissionários nos dezesseis mercados é ocupada pelo ramo Hortifrutícola, o mais representativo de todo o elenco, envolvendo cerca de 37% dos permissionários..

O segundo mais representativo é o de Empório, ocupando 13% da área total e envolvendo 8% dos permissionários. Já é possível constatar a inequívoca preponderância do setor Hortifrutícola. Os próximos 37 ramos de atividade³¹² ocupam áreas que correspondem a uma faixa que vai de 5,73%(Comércio Atacadista da Central Leste de Abastecimento) à 0,05% (Choperia e Quiosque) do total disponível.

311A tabela completa, com valores absolutos, encontra-se no Apêndice D.

312No Anexo A, encontra-se a lista completa dos Ramos de Atividade permitidos nos mercados municipais, conforme disciplina a Portaria 11 de 26/04/2011. Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), Prefeitura do Município de São Paulo

Então, qual é a função dos mercados de São Paulo atualmente? Segundo estes dados, os mercados ainda representam equipamentos de abastecimento alimentício. Mais de 50% do total das áreas disponíveis e dos permissionários estão dedicados aos setores Hortifrutícola, Empório, Comércio Atacadista e Merceria.

Em contrapartida, os ramos de atividade ligados à alimentação fora do lar já respondem por 13% da área total disponível e ocupam 11% dos permissionários. Estes ramos são Restaurante, Lanchonete, Padaria, Pastelaria, Café, Restaurante Típico, Lanchonete Típica, Casa de Suco e Choperia.

O gráfico 18 permite correlacionar o percentil de área ocupada pelos ramos de atividades com o dado relativo aos permissionários, tornando claras as relações desproporcionais que ocorrem em determinados ramos, para além do efetivo peso de cada um na composição deste quadro geral, tema este que foge ao objetivo deste trabalho, mas que permitirá futuras reflexões sobre a concentração do capital varejista que passa a atingir também os mercados.

Tal gráfico representa a própria síntese do que são os Mercados Públicos cobertos da São Paulo contemporânea, apesar da pouca atenção dos poderes públicos sobre o seu funcionamento e importância mantiveram-se ativos, e aos poucos, passam a adaptar seus usos às demandas recentes da sociedade e da sua dinâmica urbana, sempre em transformação.

Tabela 18: Perfil dos Mercados Municipais de São Paulo

Geral	Ramo de Atividade	Qtde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissioários	% Área Ocupada
1	Hortifrutícola	397	10604	37,7%	29,3%
2	Empório	84	4793	8,0%	13,2%
3	COMÉRCIO ATACADISTA	12	2078	1,1%	5,7%
4	Mercearia	46	2061	4,4%	5,7%
5	Restaurante	22	2024	2,1%	5,6%
6	Açougue	56	1955	5,3%	5,4%
7	Lanchonete	59	1756	5,6%	4,8%
8	Frios e laticínios	37	1434	3,5%	4,0%
9	COMÉRCIO VAREJISTA	20	1283	1,9%	3,5%
10	Peixaria	36	1239	3,4%	3,4%
11	Avícola	30	872	2,8%	2,4%
12	Rotisseria	16	661	1,5%	1,8%
13	Doçaria	25	619	2,4%	1,7%

Fonte: COSAN - Prefeitura do Município de São Paulo.

Geral	Ramo de Atividade	Qtde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissionários	% Área Ocupada
14	Comércio Atacadista de Frutas, Verduras, Legumes e Similares	9	579	0,9%	1,6%
15	Produtos para Uso Animal	13	513	1,2%	1,4%
16	Utilidades Domésticas	13	400	1,2%	1,1%
17	Floricultura	11	395	1,0%	1,1%
18	Padaria	7	361	0,7%	1,0%
19	Adega	10	325	0,9%	0,9%
20	Empório Típico	9	319	0,9%	0,9%
21	Prestação de Serviços	12	312	1,1%	0,9%
22	Pastelaria	8	252	0,8%	0,7%
23	Café	8	213	0,8%	0,6%
24	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	67	161	6,4%	0,4%
25	Papelaria, Livraria e Revistaria	6	133	0,6%	0,4%
26	Restaurante Típico	3	130	0,3%	0,4%

Geral	Ramo de Atividade	Qtde. Permissionários	Área Ocupada (m ²)	% de Permissionários	% Área Ocupada
27	Embalagens	3	130	0,3%	0,4%
28	Bazar e Armarinhos	6	104	0,6%	0,3%
29	Comércio Atacadista de Produtos para Uso Animal	1	93	0,1%	0,3%
30	Lanchonete Típica	5	84	0,5%	0,2%
31	Comércio Atacadista de Embalagens	4	81	0,4%	0,2%
32	Condimentos Especiarias	5	75	0,5%	0,2%
33	Tabacaria	4	51	0,4%	0,1%
34	Casa de Suco	2	37	0,2%	0,1%
35	Ervaria	2	27	0,2%	0,1%
36	Entidade Assistencial	2	26	0,2%	0,1%
37	Artesanato	1	23	0,1%	0,1%
38	Choperia	1	20	0,1%	0,1%
39	Quiosque	1	18	0,1%	0,1%
TOTAIS		1053	36239	100,0%	100,0%

Gráfico 18: Ocupação dos Mercados Municipais de São Paulo

Anel externo – área ocupada | Anel interno – permissionários correspondentes - Elaboração do autor com base em dados da COSAN

Considerações Finais

Na tentativa de esboçar uma conclusão ao percurso realizado, faz-se necessária uma recapitulação dos temas tratados. Tendo como ponto de partida o objetivo de compreender o papel atual dos mercados públicos na cidade de São Paulo, se fez necessário um aprofundamento inicial, mais abrangente, em busca do desenvolvimento da própria ideia de Mercado Público como equipamento urbano, cujas raízes foram encontradas na Europa do século XIX.

Com a composição deste quadro inicial, o trabalho prosseguiu com a exposição das transformações sofridas por estes equipamentos em decorrência das sucessivas mudanças nos contextos sociais e econômicos que os originaram. Como parte deste processo de mudança, abarcou-se as possibilidades contemporâneas de uso dos mercados.

De posse dessas considerações iniciais, o foco em São Paulo se inicia pelo histórico dos antigos lugares de mercado da cidade, evidenciando, também neste caso, as mudanças de contexto que levaram à conformação dos mercados como equipamentos urbanos.

Desta forma embasou-se o caso paulistano, a fim de se compreender a formação e caracterização do sistema atual de mercados públicos da cidade. A caracterização destes levando em conta aspectos arquitetônicos, de inserção urbana e contemporaneidade de usos, revelou características da permanência e funcionamento atual do conjunto e

permitiu algumas conclusões, que de certa forma já foram indicadas no decorrer dos capítulos anteriores, cujos pontos principais aqui resgatamos.

Quanto à arquitetura, denota-se ao longo do século XX e até os dias atuais uma contínua diminuição da importância atribuída aos mercados, com reflexo direto no aspecto físico destes. O que possibilitou pertencerem a este mesmo grupo de equipamentos, um exemplar concebido como projeção de uma elite emergente, o Mercado Municipal, até uma situação de mera adaptação de um edifício existente e não concebido como mercado, representado pelo Pátio do Pari.

Quanto às respectivas inserções urbanas, o que fica claro é que qualquer iniciativa de dinamização dos mercados, deve levar em conta suas especificidades, de tal forma que as estratégias para a sua preservação e dinamização respondam adequadamente às demandas locais, as quais garantem a sua viabilidade contemporânea.

As análises realizadas sobre a inserção urbana permitem também uma melhor compreensão do papel contemporâneo dos mercados, já que a sua função inicial de abastecimento alimentar continua como prioritária, apesar de já aparecerem exemplos de diversificação dos produtos e serviços ofertados.

Diante o exposto, chega-se a uma questão crucial: os Mercados Públicos cobertos continuam sendo equipamentos importantes para São Paulo?

Desta, várias outras reflexões podem ser feitas. Para quem o funcionamento dos mercados na forma como se encontram hoje são importantes? Para os permissionários? Para os frequentadores dos mercados? Para o abastecimento maciço da população?

Não são questões que poderiam ser respondidas apenas com as bases levantadas, mas este trabalho espera contribuir em tal percurso.

Finalmente, a avaliação da importância atual dos mercados deve envolver, invariavelmente, uma estratégia de acompanhamento da dinâmica urbana, pois além de constituírem equipamentos que abrigam diversos tipos de atividades, participam do processo de consolidação de centralidades, cuja localização continua a se apresentar como uma forte garantia para a sua duradoura permanência.

Referências

ALVES, Juliana Tourrucão. **A gestão da Comunicação como mediadora dos conflitos das feiras livres na cidade de São Paulo**. Monografia do Curso de Gestão da Comunicação: políticas, educação e cultura. ECAUSP. 2010.

AMARAL, Antônio Barreto do. **O bairro de Pinheiros**. 3a ed. [São Paulo], Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1985. 143 p.

AYUNTAMIENTO DE BARCELONA. **Pla estratègic Mercats de Barcelona 2015 | 2025**. Barcelona. Disponível em:

<https://w110.bcn.cat/portal/site/Mercats/menuitem.c58fec8c9308bb596f256f25a2ef8a0c/vgnextoid=bbc10637ecb0a410VgnVCM1000001947900aRCRD&vgnextfmt=formatDetall&vgnextchannel=c18fede30b518210VgnVCM10000074fea8c0RCRD&lang=ca_ES>. Acesso em: 11 jul. 2014.

AYUNTAMIENTO DE MADRID. **Mercados de Madri**. Madrid, 1939 - 1943. Disponível em: http://www.memoriademadrid.es/fondos/OTROS/Imp_38513_bhm_mercadosdemadrid.pdf>. Acesso em 10 jul. 2014.

_____. **Plan de innovación y transformación de los mercados de**

madrid. Madri, 2012. Disponível em:

<<http://www.madrid.es/UnidadesDescentralizadas/Consumo/ficheros/MercadosJunio2012.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

BARRETA, João. **O comércio de proximidade: fazer acontecer a regeneração urbana**. Lisboa: CIP, 2012. Disponível em:

<http://www.Regeneracaourbana.cip.org.pt/irj/go/km/docs/site-manager/www_regeneracaourbana_cip_org_pt/documentos/pt/estudo/informacao/Estudos/5.%20Com%C3%A9rcio%20de%20Proximidade.pdf>. Acesso em 20 jul. 2015.

_____. **Mercados municipais em portugal: cenários prováveis para 2030**. Lisboa: CECO, 2012. Disponível em:

<<http://www.ceco.pt/custompage/crcarticles?aid=74>>. Acesso em: 11 Jul 2014.

BECHERINI, Aurélio. FERNANDES JUNIOR, Rubens. GARCIA, Angela C. MARTINS, José de Souza. **Aurélio Becherini**. São Paulo, Cosac & Naify, 2009.

BENEVOLO, Leonardo. Mazza, Silvia (trad). **História da cidade**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAMPOS, Eudes. **Arquitetura paulistana sob o império:** aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo. 1997. Tese - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiais: obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863. **Anais do Museu Paulista:** história e cultura material. São Paulo: Museu Paulista, 2007. v. 15, n. 1, p. 11-114, jan./jun.

_____. Alimentação em São Paulo. **INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL**, 2 (10), jan/fev.2007: Disponível em:

<<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acesso em 2014.

_____. São Paulo antigo: plantas da cidade. **INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL**, 4 (20): set/out.2008 : Disponível em:

<<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acesso em 2014.

BRUNO, Guilherme Rodrigo. **Mercado Central de Pelotas:** A permanência no lugar do consumo. 2010. 180 f. Dissertação - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em:

<http://www2.ufpel.edu.br/ich/ppgmp/%20dissertacoes/guilherme-bruno/?doing_wp_cron=%2014044137%2067>. Acesso em: 3 Jul 2014.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. 3. ed. São Paulo, HUCITEC, 1984.

_____. **História e tradições da cidade de São Paulo**. 3.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954. 3 v.

CAMARGOS, Marcia. **Belle Époque na garoa:** São Paulo entre a tradição e a modernidade. São Paulo, Fundação Energia e Saneamento, 2013. 160 p.

CARVALHO, Clara Cristina Valentin Anaya de Carvalho. **Os setores médios e a urbanização de São Paulo:** Vila Mariana, 1890 a 1914. 2015. 268 f. Dissertação - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

CASTELLO, Lineu. O Comércio e o lugar da urbanidade: uma relação de origem. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE COMÉRCIO E CIDADE: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM, 2.,2008, São Paulo. **Anais II CINCCI**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em:

<http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/2_

cincci/1004%20Castelo.pdf>. Acesso em: 14 Jul. 2014.

_____. **O lugar Geneticamente Modificado**. ARQTEXTOS (UFRGS), v. 9, p. 76-91, 2006.

_____. **Repensando o lugar no Projeto Urbano**. Variações na Percepção de lugar na Virada do Milênio (1985-2004). Tese doutoral. Porto Alegre: UFRGS/PROPAR, 2005.

DEAECTO, Marisa Midori. **Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Senac, 2002

REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo e outras cidades**: produção social e degradação dos espaços urbanos. São Paulo: Hucitec, 1994.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. **Do mercado popular ao espaço de vitalidade**: o Mercado Central de Belo Horizonte. 2006. 172 f. Dissertação - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/BeatrizSilveiraCastroFilgueiras.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

FRANÇA, Carolina Rebouças; REZENDE, Vera F. O desaparecimento do Mercado Municipal Praça XV, fator na formação do espaço público da Cidade do Rio de Janeiro. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 29 de novembro a 3 de dezembro de 2010. **Anais do I ENANPARQ**.

Disponível em:

<<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/195/195-350-1-SP.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

FREITAS, Carlos Roberto Bastos. **O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes**: a sedução persistente de uma instituição pública. 2006. 166 f. Dissertação - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2006.

Disponível em:

<<http://uenf.br/pos-graduacao/politicas-sociais/files/2015/06/CARLOS-ROBERTO-BASTOS-FREITAS.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

GARREFA, Fernando. **Shopping Centers**: de centro de abastecimento a produto de consumo. 2007. Tese - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-18052010-153220/>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

GIORDANO, Carolina Celestino. Ações sanitárias na imperial cidade de São Paulo: mercados e matadouros. 2006. Dissertação – PUC Campinas, 218 p. Campinas, 2006.

GONÇALVES, Camila Teixeira. **Intervenções contemporâneas no Bixiga: fissuras urbanas e insurgências**. São Carlos, 2016. 442 p. Dissertação – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-06072016-094834/pt-br.php>>. Acesso em: ago. 2016.

GUÀRDIA, Manuel; OYÓN, José Luis. **Hacer ciudad a través de los mercados**. Europa, siglos XIX y XX. Barcelona: MUHBA, 2010.

____; _____. **La formació del modern sistema de mercats de Barcelona**. In: X Congrés d'Història de Barcelona: "Dilemes de la fi de segle, 1874-1901, Barcelona, 27 a 30 nov. 2007. Disponível em: <<http://w110.bcn.cat/ArxiuHistoric/Continguts/Documents/Fitxers/guardiatext.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

____; _____. Los mercados públicos en la ciudad contemporánea. El caso de Barcelona. Biblio 3W, **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. XII, n. 744, 25 ago. 2007.

Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-744.htm>>. Acesso em: 14 Jul. 2014.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Fapesp, 1998.

MAILLARD, Carol. **25 Halles de marchés**. Paris: Le Moniteur, 2004.

MARTINS, Antonio Egydio. **São Paulo antigo: 1554 a 1910**. São Paulo, Paz e Terra, 2003. 550 p.. Coleção São Paulo. Reimpressão da 1ª edição de 1911/12.

MEDEIROS, Jorge França da Silva. **As feiras livres em Belém (PA): Dimensão Geográfica e Existência Cotidiana**. 2010. 118 f. Dissertação - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. Disponível em: <<http://www3.ufpa.br/ppgeo/arquivos/dissertacoes/2010/Jorge%20Fran%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 10 Jun. 2014.

MERCATS DE BARCELONA. **Infomercats: Multitudinària Estrena del nou Mercat de Santa Caterina**. Barcelona. Disponível em:

<<http://w110.bcn.cat/Mercats/Continguts/Documents/Fitxers/Infomercats%20especial%20estrena%20Santacaterina.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

MOROZ, Isabel Cristina; GOUVEIA, Caccia. A cidade de São Paulo e seus rios: uma história repleta de paradoxos. Confins, **Revista franco-brasileira de geografia**, n. 27, 2016. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10884>; DOI :10.4000/confins.10884>. Acesso em 16 nov. 2016.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**: memórias, depoimentos, evocações. São Paulo: Ateliê, 1999.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. **A arquitetura dos mercados públicos**: tipos, modelos e referências projetuais. Arqtextos, São Paulo, ano 12, n. 138.02, Vitruvius, nov. 2011. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.138/4113>>. Acesso em 10 jun. 2014.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Vanildo de. **Fluxograma do processo de planejamento arquitetônico aplicado a mercados públicos**. 2006. 146 f. Dissertação - Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba,

João Pessoa, 2006. Disponível em:

<<http://www.ct.ufpb.br/pos/ppgecam/images/arquivos/dissertacoes/2004/11-2004.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

PERRROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. in **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 101-125.

PINTAUDI, S. M. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Revista Cidades**, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, v. 3, n. 5, 2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/505/537>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

RENNÓ, Raquel. **Do Mármore ao vidro**: mercados públicos e supermercados, curva e reta sobre a cidade. São Paulo, Annablume, 2006.

ROMERO, Bianca de Cássia. **Análise e Localização de Plataformas Logísticas**: aplicação ao caso do ETSP – Entrepasto Terminal São Paulo - CEAGESP. 2006. 144 f. Dissertação - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3148/tde-04092006-175748/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SANABRA, Joel. São Paulo: urbanidade, projeto e oportunidade. 2015. 270 f. Dissertação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

SCHNECK, Sheila. **Formação do Bairro do Bexiga em São Paulo:** loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913). São Paulo, 2010. 2 v. Dissertação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.
Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-01062010-111349/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jun.2015.

SESSO FILHO, Umberto Antonio. **O setor supermercadista no Brasil nos anos 1990.** 2003. Tese - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

SILVA, Geraldo Gomes. **Arquitetura do ferro no Brasil.** São Paulo:Nobel, 1988.

SILVA, João Luiz Maximo da. **Alimentação de rua na cidade de São Paulo (1828 - 1900).** 2008. 246 f. Tese - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde>

[_23112009-142821/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde)>. Acesso em: 11 jul. 2014.

SIMIONATO, Letícia Yoshimoto. O Lugar do Mercado. In: III Colóquio Internacional de Comércio e Cidade: uma relação de origem, São Paulo, 08 a 10 set. 2010. **Anais do III CinCci.** São Paulo: FAUUSP-LABCOM. 2010.

STEEL, Carolyn. **Hungry City:** How Food Shapes Our Lives. Londres: Vintage, 2009.

TAUNAY, Affonso de E. **História da cidade de São Paulo.** São Paulo: Melhoramentos, 1954.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Espaços públicos da orla marítima do centro Histórico de Florianópolis:** o lugar do mercado. 2002. 95 f. Dissertação - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TOLEDO, Benedito Lima de; AZEVEDO, Militão Augusto de; KOSSOY, Boris; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Album comparativo da cidade de São Paulo/1862-1887:** Militão Augusto de Azevedo. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1981.

VARGAS, Heliana Comin. **A localização comercial não se define por “decreto”**. Laboratório de Comércio e Cidade – LABCOM, 2015. Disponível em: <<http://www.labcom.fau.usp.br/?p=577>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. As motivações do consumidor definindo o tempo e o espaço das atividades de comércio e serviços. In: V Colóquio Internacional de Comércio e Cidade: uma relação de origem. São Paulo, 21 a 24 mar. 2016. **Anais do V CinCci**. São Paulo: FAUUSP-LABCOM. 2016.

_____. **Comércio:** Localização estratégica ou estratégia na Localização. 1993. 331 f. Tese - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1993.

_____. Da Arquitetura Corporativa à cidade corporativa. **Arquitextos** v 040.06 ano 04, set 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.040/655>>.

_____. Do espaço da troca ao espaço do consumo a permanência do local frente ao global, 2009. **Anais do 53 ICA. Congresso Internacional de Americanistas**. A Arquitetura nas Américas: câmbios e continuidades da centralidade e estrutura da forma urbana. México. 2009.

_____. **Espaço terciário:** O lugar, a Arquitetura e a Imagem do Comércio. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. **Espaços comerciais na metrópole paulista**. São Paulo: CIEE, 2017b (no prelo).

_____. Gênese e Permanência dos Edifícios de Mercado inaugurados no Século XIX em Cidades Brasileiras . Encaminhado para a **revista Ciudades**, 2017 (no prelo).

_____. O comércio e os serviços varejistas principais agentes e sua inserção urbana. 2000. p. 77-87. **Geousp:** espaço e tempo, São Paulo, n. 8, p. 77-87, 2000.

VEIGA, Débora de Fátima Lima. **Os Mercados de Belém:** um estudo sobre a preservação da Arquitetura do Ferro. 2007. 158f. Dissertação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 2007.

ZUCCONI, Guido. **A Cidade do Século XIX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Leis e Decretos

Legislação municipal disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/leis-e-outras-normas/>>.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 1 de 29 de setembro de 1892. Cria quatro intendências distribuindo os serviços municipais.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 2 de 29 de outubro de 1892. Especifica a competência de cada Intendente municipal.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 69 de 10 de novembro de 1893. Autoriza a construção do Mercado de Peixe, anexo ao Mercado 25 de Março.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 131 de 23 de janeiro de 1895. Autoriza melhoramentos no mercado da rua 25 de Março.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 176 de 8 de maio de 1895. Autoriza a construção de um Mercado no Largo de São Paulo.

SÃO PAULO (Município). Acto Executivo nº 11 de 23 de setembro de 1896. Regulamenta as Praças de Mercado.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 263 de 14 de agosto de 1896. Autoriza a construção de um mercado para verduras no Largo da Concórdia.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 303 de 30 de abril de 1897. Autoriza melhoramentos no Mercado São João.

SÃO PAULO (Município). Lei Nº 425 de 14 de outubro de 1899. Autoriza o Prefeito a fazer o seguro dos mercados da capital.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 888 de 11 de abril de 1906. Autoriza o Prefeito a mandar executar a reconstrução da parte velha do Mercado da rua 25 de Março.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 892 de 20 de abril de 1906. Aprova o fechamento do Mercado do Largo da Concórdia.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 1050 de 2 de outubro de 1907. Autoriza a demolição e substituição do Mercado da rua São João.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 1083 de 30 de abril de 1908. Autoriza a construção de um novo Mercado na rua Anhangabaú e obras no Mercado de Peixe, no Mercado de Caipiras e Anexos.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 1137 de 9 de outubro de 1908. Autoriza a reconstrução do Mercado de Caipiras.

SÃO PAULO (Município). Acto nº 328 de 11 de junho de 1909. Modifica o art. 49 do regulamento dos mercados.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 1240 de 20 de setembro de 1909. Cria um Mercado Rural em Pinheiros

SÃO PAULO (Município). Acto nº 361 de 28 de julho de 1910. Regulamenta o funcionamento do Mercado de Pinheiros.

SÃO PAULO (Município). Acto nº 710 de 25 de agosto de 1914. Cria os Mercados Francos na cidade (Feiras Livres).

SÃO PAULO (Município). Lei nº 1814 de 23 de setembro de 1914. Autoriza a construção do Mercado Anhangabaú.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 2002 de 5 de agosto de 1916. Regulamento o trânsito de gado até o Matadouro Municipal.

SÃO PAULO (Município). Acto nº 1122 de 16 de julho de 1917. Cria novos

Mercados Francos.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 2052 de 10 de fevereiro de 1917. Autoriza montagem de todo material aproveitável do antigo Mercado São João no local onde funciona o Mercado Rural de Pinheiros.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 2779 de 17 de novembro de 1924. Autoriza a construção de um Mercado Municipal no Parque D. Pedro II.

SÃO PAULO (Município). Acto nº 367 de 11 de julho de 1932. Institui a Intendência Geral dos Mercados e dá outras providências.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 3546 de 11 de dezembro de 1936. Autoriza o Prefeito a construir, no distrito da Penha, um Mercado Municipal.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 1029 de 18 de novembro de 1947. Dá regulamento aos Mercados Distritais.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 3908 de 1 de julho de 1950. Cria o Mercado Distrital da Lapa e dá outras providências.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 2586 de 7 de junho de 1954. Regulamenta os serviços do Matadouro Municipal “Carapicuíba”.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 5179 de 16 de maio de 1957. Cria o Mercado Distrital de São Miguel Paulista e dá outras providências.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 6334 de 26 de junho de 1963. Declara de utilidade pública terrenos necessários à construção do Mercado Distrital da Moóca.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 7196 de 29 de setembro de 1967. Declara de utilidade pública terrenos necessários à construção do Mercado Distrital de Pirituba.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 7301 de 8 de dezembro de 1967. Declara de utilidade pública terrenos necessários à construção do Mercado Distrital do Jardim São Luiz, em Santo Amaro.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 7343 de 9 de janeiro de 1968. Declara de utilidade pública terrenos necessários à construção do Mercado Distrital do Tucuruvi.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 7537 de 3 de julho de 1968. Declara de utilidade pública terrenos necessários à construção do Mercado Distrital de Santana.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 7560 de 19 de julho de 1968. Declara de utilidade pública terrenos necessários à construção do Mercado de Pinheiros.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 7208 de 13 de novembro de 1968. Define Supermercado, regulamenta seu funcionamento.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 8069 de 26 de março de 1969. Regulamenta o funcionamento de frigoríficos, entrepostos e mercados Municipais.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 8390 de 5 de setembro de 1969. Aprova o regulamento da secretaria de abastecimento.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 8903 de 29 de julho de 1970. Declara de utilidade pública terrenos necessários à construção do Mercado distrital da Vila Mariana.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 9273 de 28 de janeiro de 1971. Declara de utilidade pública área necessária à construção de Mercado Distrital de Sapopemba

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 9960 de 10 de maio de 1972. Declara de utilidade pública área necessária à construção de Mercado Distrital e viaduto da Lapa.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 10262 de 13 de dezembro de 1972. Declara de utilidade pública terrenos necessários à construção do Mercado Distrital da Casa Verde.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 25821 de 27 de abril de 1988. Dispõe sobre a denominação do Minimercado Municipal do Jaçanã.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 26135 de 13 de junho de 1988. Dispõe sobre a criação e denominação da Central de Abastecimento da Zona Leste.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 26256 de 27 de junho de 1988. Dispõe sobre a criação e denominação do Mercado Municipal de Vila Maria.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 26257 de 27 de junho de 1988. Dispõe sobre a criação e denominação do Mercado Municipal de Guaianazes.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 26351 de 6 de julho de 1988. Regulamenta o funcionamento das Centrais de Abastecimento de Gêneros Alimentícios, e dá outras providências.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 26368 de 11 de julho de 1988. Regulamenta o funcionamento dos Minimercados Municipais, e dá outras providências.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 32933 de 30 de dezembro de 1992. Consolida as disposições relativas à organização da secretaria municipal de abastecimento - SEMAB, e dá outras providências.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 46398 de 28 de setembro de 2005. Dispõe sobre atribuições e competências relativas à administração dos mercados e sacolões municipais.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 47492 de 19 de julho de 2006. Dispõe sobre a transferência da Supervisão Geral de Abastecimento e do

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16050 de 31 de julho de 2014. Plano Diretor Estratégico.

SÃO PAULO (Município). Plano urbanístico básico. S.l., Grupo Executivo de Planejamento, 1968. 6v. Caderno 5.

SÃO PAULO (Município). Projeto de Lei nº 272/2015. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014.

Cartografia

1791 - MAPPA DA VILLA DE REIS DE SANTO AMARO. Autor: José da Costa Ferreira. Código de Referência: BR_APESP_IGC_IGG_CAR_I_S_0310_001_001. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

1880 - 1874 - PLAN' - HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Por Affonso A. de Freitas. Emplasa. Nº de chamada: 24 24.02 24.07.

1841 - MAPA DA CIDADE DE SÃO PAULO E SEUS SUBURBIOS. Cópia de

1918 de uma planta de autoria de Carlos Abraão Bresser datada de 1841. Arquivo Histórico Municipal. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out.2008.

1842 - CARTA DA CAPITAL DE SÃO PAULO. Cópia sem data de uma planta de autoria de José Jacques da Costa Ourique datada de 1842. Arquivo Histórico Municipal. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out.2008.

1850 - PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Organizada pelo Engenheiro Gastão Cesar Bierrembach de Lima. Código de Referência: BR_APESP_IGC_IGG_CAR_I_S_0245_001_002. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

1868 - PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Original atribuído a Carlos Frederico Rath - 1868. Arquivo Histórico Municipal. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out.2008.

1877 - MAPA DA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Cópia sem data, de autoria de Francisco Sansoni, do original impresso de 1877 por Fernando de Albuquerque e Jules Martin. Arquivo Histórico Municipal. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out.2008.

1881 – PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Cópia sem data, de autoria de J. Domingues dos Santos F.^o, da planta executada pela Companhia Cantareira e Esgotos em 1881. Arquivo Histórico Municipal. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out.2008.

1890 – PLANTA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E SEUS ARRABALDES. Desenhada e publicada por Jules Martin. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento da Prefeitura do Município de São Paulo (SMUL/PMSP). <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>.

1893 – PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Editor Ugo Bonvicini. Escala 1:10.000. Código de Referência: BR_APESP_IGC_IGG_CAR_I_S_0289_001_001. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

1895 – PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Edictor Hugo Bonvicini. Escala 1:10000. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento da Prefeitura do Município de São Paulo. (SMUL/PMSP). <http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/>.

1897 – PLANTA GERAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO. Organizada sob direção do Dr.^o Gomes Cardim, Intendente de Obras. Escala 1:20.000.

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento da Prefeitura do Município de São Paulo (SMUL/PMSP). <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>.

1905 – PLANTA GERAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. Levantada e organizada pelo Engenheiro Civil Alexandre Mariano Cococi e Luiz Frutuoso F. Costa. Engenheiros da Comissão Geográfica e Geológica. Escala 1:20000. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento da Prefeitura do Município de São Paulo. (SMUL/PMSP). <http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/>.

1913 – PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Levantada e organizada pelo Engenheiro Civil Alexandre Mariano Cococi e Luiz Frutuoso F. Costa. Companhia Lithographica Hartmann-Reichenbach. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento da Prefeitura do Município de São Paulo. (SMUL/PMSP). <http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/>.

1913b – CIDADE DE SÃO PAULO. Código de Referência: BR_APESP_IGC_IGG_CAR_I_S_0196_001_001. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

1916 – PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Secção da Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal. Aprovada pelo Acto nº 972, de 24 de Agosto de 1916. Escala 1:20.000. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento da Prefeitura do Município de São Paulo. (SMUL/PMSP).

<http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/>.

1929 – PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Levantada e organizada pela 7ª Secção da Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal. Escala 1:5.000. Código de Referência: BR_APESP_IGC_IGG_CAR_I_S_0307_001_001. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

1930 – MAPA TOPOGRÁFICO DO MUNICÍPIO. Executado pela empresa SARA BRASIL S/A. Escala 1:1.000. Arquivo Histórico Municipal. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 10 (37): dez. 2014.

1930b – MAPA TOPOGRÁFICO DO MUNICÍPIO. Executado pela empresa SARA BRASIL S/A. Escala 1:5.000. Arquivo Histórico Municipal. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 10 (37): dez. 2014.

1954 – MAPEAMENTO VASP CRUZEIRO. Levantamento Aerofotogramétrico executado por VASP aerofotogrametria S/A e Serviços

Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento da Prefeitura do Município de São Paulo (SMUL/PMSP).

<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>.

1958 – AEROFOTOGAMETRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Geoportal.

<<http://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>>.

2004 – ORTOFOTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo. GeoSampa. Executado por processo licitatório no período de 2004 a 2007 pelas empresas: Aeroimagem, Aerocarta, Engefoto e Esteio. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento da Prefeitura do Município de São Paulo (SMUL/PMSP).

<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>.

2016 – IMAGEM DE SATÉLITE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. GOOGLE MAPS. 2016. Nota (Pesquisa por Município de São Paulo). Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-23.6815314,-46.8754985,10z>>.

Apêndice A - Cronologia dos lugares de mercado da cidade de São Paulo

Ano Equipamento ou local
1687 Feira da Misericórdia
antes de 1773 Rua da Quitanda
1773 Casinhas (rua da Casinhas)
1797 Feira de Pilatos
1806 Casinhas da Ladeira do Carmo
1836 - 1838 Barracão do Carmo
antes de 1841 Açougue / Curral do Conselho
1852 Matadouro Humaitá
1867 Mercado 25 de Março
1873 Largo do Mercadinho
1873 - 1874 Mercado de Verduras
1886 - 1887 Matadouro Vila Mariana / Vila Clementino
1890 Mercado São João
1892 Mercado do Largo do Riachuelo
1893 Mercado dos Caipiras
1893 Mercado de Peixes
1895 Mercado do Largo São Paulo
1897 Mercado do Largo da Concórdia
1910 Mercado de Pinheiros
1914 Mercado Anhangabaú
1914 Mercados Francos / Feiras livres
1933 Mercado Municipal Paulistano

Ano Equipamento ou local
1936 Mercado Cantareira / Kinjo Yamato
1954 Mercado da Lapa
1958 Novo Mercado de Santo Amaro
1967 Mercado de São Miguel Paulista
1969 Mercado do Tucuruvi
1969 CEAGESP
1971 Mercado de Vila Formosa
1971 Mercado da Penha
1971 Novo Mercado de Pinheiros
1972 Mercado de Pirituba
1975 Mercado do Ipiranga
1988 Central Leste de Abastecimento
1988 Mercado de Vila Maria
1988 Central de Abastecimento da Zona Norte
1988 Central de Abastecimento da Zona Sul
1988 Mercado do Jardim Miriam
1988 Mercado de Vila Prudente
1989 Mercado de Sapopemba
1989 Mercado de Guaianases
antes de 1992 Mercado de Vila Nova Cachoeirinha
2006 Mercado de Teotônio Vilela
2013 Central de Abastecimento do Pátio do Pari

Apêndice B - Comparativo geral entre os mercados

Permissionários | Áreas | Densidades

Nome	Total de permissionários	Área ocupada (m ²)	m ² /permissionário	% da área ocupada	% do total de permissionários
Mercado Municipal Paulistano	268	7.273,81	27	20,07%	25,45%
Mercado Kinjo Yamato	111	2.376,66	21	6,56%	10,54%
Mercado da Lapa	97	2.441,46	25	6,74%	9,21%
Mercado de Santo Amaro	28	1.455,91	52	4,02%	2,66%
Mercado de São Miguel Paulista	45	1.214,81	27	3,35%	4,27%
Mercado do Tucuruvi	31	982,74	32	2,71%	2,94%
Mercado de Vila Formosa	30	1.619,63	54	4,47%	2,85%
Mercado da Penha	40	1.797,79	45	4,96%	3,80%
Mercado de Pinheiros	26	1.534,62	59	4,23%	2,47%
Mercado de Pirituba	15	2.010,00	134	5,55%	1,42%
Mercado do Ipiranga	33	1.048,48	32	2,89%	3,13%
Central de Abastecimento Leste	34	3.366,29	99	9,29%	3,23%
Mercado de Sapopemba	23	979,88	43	2,70%	2,18%
Mercado de Guaianases	38	1.138,87	30	3,14%	3,61%
Mercado Teotônio Vilela	19	772,96	41	2,13%	1,80%
Central de Abastecimento do Pátio do Pari	215	6.225,15	29	17,18%	20,42%
TOTAIS	1053	82024,44	-----	100%	100%

Anexo A - Ramos de Atividade

Portaria 11 - Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan)

Prefeitura do Município de São Paulo

26 | 04 | 2011

Tipo	Código
Hortifrutícola	1
Açougue	2
Avícola	3
Peixaria	4
Empório	5
Mercearia	6
Utilidades Domésticas	7
Floricultura	8
Produtos para Uso Animal	9
Lanchonete	10
Doçaria	11
Ervaria	12
Casa de Suco	13
Choperia	14
Padaria	15
Artigos Religiosos	16
Artesanato	17
Entidade Assistencial	18
Tabacaria	19
Pastelaria	20
Café	21
Quiosque	22
Condimentos Especiarias	23
Empório Típico	24

Tipo	Código
COMÉRCIO ATACADISTA	25
COMÉRCIO VAREJISTA	26
Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	27
Adega	28
Bazar e Armarinhos	29
Papelaria, Livraria e Revistaria	30
Rotisseria	31
Restaurante	32
Embalagens	33
Frios e laticínios	34
Prestação de Serviços	35
Lanchonete Típica	36
Estacionamento	37
Rotisseria de Bacalhau	38
Restaurante Típico	39
Comércio Atacadista de Frutas, Verduras, Legumes e Similares	40
Comércio Atacadista de Vegetais Processados	41
Comércio Atacadista de Bebidas	42
Comércio Atacadista de Cereais e Grãos	43
Comércio Atacadista de Doces	44
Comércio Atacadista de Embalagens	45
Comércio Atacadista de Produtos Industrializados	46
Comércio Atacadista de Produtos para Uso Animal	47

Anexo B - Ocupação dos Mercados Municipais

Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan)

Prefeitura do Município de São Paulo

10 | 06 | 2016

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m²)
Mercado Municipal Paulistano	Hortifrutícola	99	1.954,54
	Açougue	20	477,38
	Avícola	5	83,70
	Peixaria	17	327,25
	Empório	31	1.009,91
	Mercearia	13	368,44
	Utilidades Domésticas	1	18,00
	Lanchonete	19	449,00
	Doçaria	6	125,58
	Casa de Suco	2	36,80
	Padaria	1	65,55
	Entidade Assistencial	1	12,50
	Tabacaria	1	13,20
	Café	2	98,10
	Empório Típico	7	250,20
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	6	31,43
	Adega	2	26,25
	Papelaria, Livraria e Revistaria	2	52,90
	Rotisseria	3	63,95
	Restaurante	9	1.257,52
	Frios e laticínios	12	356,10
	Prestação de Serviços	2	42,00

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m²)
Mercado Municipal Paulistano	Lanchonete Típica	5	83,81
	Restaurante Típico	1	57,20
	Comércio Atacadista de Embalagens	1	12,50
	TOTAIS	268	7.273,81
Mercado Kinjo Yamato	Hortifrutícola	87	1848,81
	Avícola	1	29,60
	Peixaria	3	54,80
	Empório	2	26,72
	Mercearia	2	56,40
	Floricultura	1	15,60
	Produtos para Uso Animal	1	20,93
	Lanchonete	3	91,56
	Doçaria	4	116,84
	Café	2	35,60
	Condimentos Especiarias	1	15,60
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	2	3,00
	Rotisseria	1	31,60
	Comércio Atacadista de Embalagens	1	29,60
	TOTAIS	111	2.376,66
Mercado da Lapa	Hortifrutícola	5	128,30
	Açougue	14	341,10
	Avícola	6	120,71

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m ²)
Mercado da Lapa	Peixaria	3	95,54
	Empório	21	674,25
	Mercearia	5	142,60
	Utilidades Domésticas	1	42,40
	Floricultura	3	70,80
	Produtos para Uso Animal	5	106,40
	Lanchonete	5	172,80
	Doçaria	3	59,05
	Ervaria	1	17,20
	Entidade Assistencial	1	13,00
	Tabacaria	2	22,20
	Pastelaria	1	29,50
	Café	2	27,00
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	5	11,25
	Papelaria, Livraria e Revistaria	1	14,20
	Rotisseria	1	26,76
	Frios e laticínios	10	278,16
	Prestação de Serviços	1	31,04
	Comércio Atacadista de Embalagens	1	17,20
	TOTAIS	97	2.441,46
Mercado de São Miguel Paulista	Hortifrutícola	3	119,50
	Açougue	1	48,75

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m ²)
	Avícola	2	65,15
	Peixaria	2	69,45
	Empório	7	243,00
	Mercearia	1	10,50
	Utilidades Domésticas	2	58,93
	Floricultura	1	83,12
	Produtos para Uso Animal	1	18,50
	Lanchonete	5	124,25
	Doçaria	4	100,67
	Choperia	1	19,80
	Padaria	1	20,00
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	6	12,75
	Adega	1	15,77
	Bazar e Armarinhos	1	16,00
	Papelaria, Livraria e Revistaria	1	16,00
	Rotisseria	1	32,00
	Frios e laticínios	1	66,00
	Prestação de Serviços	2	26,67
	Restaurante Típico	1	48,00
Mercado de São Miguel Paulista	TOTAIS	45	1.214,81
Mercado da Penha	Hortifrutícola	3	200,46
	Açougue	3	166,70

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m ²)
Mercado da Penha	Avícola	2	79,52
	Peixaria	1	84,84
	Empório	2	112,02
	Mercearia	2	74,59
	Utilidades Domésticas	1	35,00
	Produtos para Uso Animal	1	190,70
	Lanchonete	2	85,46
	Doçaria	2	62,09
	Padaria	1	83,73
	Café	1	43,13
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	4	9,50
	Adega	1	85,34
	Rotisseria	1	51,76
	Restaurante	1	83,22
	Embalagens	1	90,00
	Frios e laticínios	1	81,57
	TOTAIS	30	1619,63
Mercado de Pirituba	Açougue	1	50,00
	Avícola	1	50,00
	Empório	1	1479,00
	Floricultura	1	50,00
	Lanchonete	3	125,00

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m ²)
Mercado de Pirituba	Padaria	1	50,00
	Pastelaria	1	50,00
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	3	6,00
	Adega	1	50,00
	Rotisseria	1	50,00
	Frios e laticínios	1	50,00
	TOTAIS	15	2010
Mercado de Santo Amaro	Hortifrutícola	1	203,80
	Açougue	2	108,50
	Peixaria	1	59,00
	Empório	3	167,16
	Mercearia	2	92,90
	Utilidades Domésticas	2	62,54
	Floricultura	1	47,80
	Lanchonete	1	30,70
	Padaria	1	20,00
	Pastelaria	1	57,75
	Empório Típico	1	49,30
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	4	9,00
	Rotisseria	2	82,06
	Restaurante	3	338,20
	Frios e laticínios	2	97,20

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m ²)
Mercado de Santo Amaro	Prestação de Serviços	1	30,00
	TOTAIS	28	1455,91
Mercado do Tucuruvi	Hortifrutícola	4	244,90
	Açougue	2	54,80
	Avícola	2	34,20
	Peixaria	2	122,66
	Empório	5	141,95
	Utilidades Domésticas	1	46,73
	Floricultura	1	29,00
	Produtos para Uso Animal	1	30,00
	Lanchonete	3	83,90
	Artesanato	1	22,80
	Empório Típico	1	19,00
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	4	9,00
	Adega	1	30,80
	Rotisseria	1	32,00
	Frios e laticínios	1	57,60
	Prestação de Serviços	1	23,40
	TOTAIS	31	982,74
Mercado de Pinheiros	Hortifrutícola	4	294,12
	Açougue	5	312,46
	Avícola	3	78,50

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m²)
Mercado de Pinheiros	Peixaria	1	96,50
	Empório	3	172,80
	Mercearia	7	438,85
	Lanchonete	3	99,26
	Doçaria	2	57,00
	Tabacaria	1	15,60
	Pastelaria	1	20,00
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	5	11,00
	Adega	1	31,40
	Rotisseria	1	68,00
	Frios e laticínios	2	85,30
	Prestação de Serviços	1	17,00
	TOTAIS	40	1.797,79
Mercado do Ipiranga	Hortifrutícola	3	160,20
	Açougue	1	45,00
	Avícola	2	51,60
	Peixaria	1	63,30
	Empório	4	213,12
	Mercearia	1	45,60
	Floricultura	1	24,00
	Produtos para Uso Animal	1	54,00
	Lanchonete	2	45,30

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m ²)
	Doçaria	1	22,50
	Pastelaria	1	21,40
	Café	1	9,00
	Quiosque	1	18,00
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	6	12,25
	Adega	2	37,50
	Bazar e Armarinhos	1	21,00
	Rotisseria	1	95,76
	Restaurante	1	18,35
	Embalagens	1	15,00
	Frios e laticínios	1	75,60
Mercado do Ipiranga	TOTAIS	33	1.048,48
Mercado de Vila Formosa	Hortifrutícola	4	175,00
	Açougue	2	168,00
	Avícola	1	126,00
	Peixaria	1	84,05
	Empório	3	453,26
	Mercearia	1	42,50
	Floricultura	1	25,00
	Lanchonete	2	88,25
	Doçaria	1	32,50
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	5	10,00

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m ²)
Mercado de Vila Formosa	Restaurante	2	72,00
	Frios e laticínios	2	165,06
	Comércio Atacadista de Produtos para Uso Animal	1	93,00
	TOTAIS	26	1534,62
Mercado de Sapopemba	Hortifrutícola	1	362,38
	Açougue	1	50,00
	Avícola	1	25,00
	Peixaria	1	75,00
	Empório	1	50,00
	Mercearia	3	125,00
	Produtos para Uso Animal	1	25,00
	Lanchonete	2	50,00
	Doçaria	1	18,00
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	6	12,25
	Papelaria, Livraria e Revistaria	1	25,00
	Rotisseria	1	50,00
	Frios e laticínios	1	50,00
	Prestação de Serviços	2	62,25
	Estacionamento	1	2.076,00
	TOTAIS	24	3055,88
Central Leste de Abastecimento	Comércio atacadista	12	2.077,84
	Comércio varejista	20	1.283,20

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m ²)
Central Leste de Abastecimento	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	2	5,25
	TOTAIS	34	3366,29
Mercado de Guaianases	Hortifrutícola	6	175,00
	Açougue	3	100,00
	Avícola	3	100,00
	Peixaria	2	75,00
	Empório	1	50,00
	Mercearia	3	86,40
	Floricultura	1	50,00
	Produtos para Uso Animal	1	50,00
	Lanchonete	1	50,00
	Doçaria	1	25,00
	Padaria	1	81,69
	Pastelaria	2	50,00
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	5	11,75
	Adega	1	48,03
	Bazar e Armarinhos	2	36,00
	Papelaria, Livraria e Revistaria	1	25,00
	Rotisseria	1	50,00
	Embalagens	1	25,00
	Frios e laticínios	1	25,00
	Restaurante Típico	1	25,00

330 Anexo B - Ocupação dos Mercados Municipais - Ocupação dos Mercados Municipais

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m ²)
Mercado de Guaianases	TOTAIS	38	1138,87
Mercado Teotônio Vilela	Açougue	1	32,00
	Avícola	1	28,00
	Peixaria	1	32,00
	Mercearia	3	451,27
	Utilidades Domésticas	2	49,50
	Produtos para Uso Animal	1	17,00
	Padaria	1	39,60
	Pastelaria	1	23,00
	Postos Bancários/Caixas Eletrônicos	4	6,50
	Rotisseria	1	27,36
	Restaurante	1	10,93
	Frios e laticínios	1	22,80
	Prestação de Serviços	1	33,00
	TOTAIS	19	772,96
Central de Abastecimento Pátio do Pari	Hortifrutícola	177	4737,35
	Mercearia	3	125,70
	Utilidades Domésticas	3	87,05
	Lanchonete	8	260,23
	Ervaria	1	10,00
	Condimentos Especiarias	4	59,36
	Bazar e Armarinhos	2	30,92

Nome	Grupo de Comércio	Permissionários	Área ocupada (m ²)
Central de Abastecimento Pátio do Pari	Restaurante	5	243,90
	Frios e laticínios	1	23,54
	Prestação de Serviços	1	46,40
	Comércio Atacadista de Frutas, Verduras, Legumes e Similares	9	578,87
	Comércio Atacadista de Embalagens	1	21,83
	TOTAIS	215	6225,15